

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 26 de Outubro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1143 • Director: Carlos Brito

Octávio Teixeira em entrevista

EXISTE BASE INSTITUCIONAL PARA UMA NOVA POLÍTICA

• «Não defraudaremos os que em nós confiaram o voto»

Págs. 6 e 7

«Diálogo» «consenso» e decisão política

• Artigo de Luís Sá

Pág. 18

NATO

A última sinfonia de Claes

• Daniel Rosário

Págs. 24 e 25

Os 50 anos da ONU

Pág. 19



Paulo Sucena
ao «Avante!»

As palavras estão gastas

Em entrevista
por Anabela Fino

Centrais

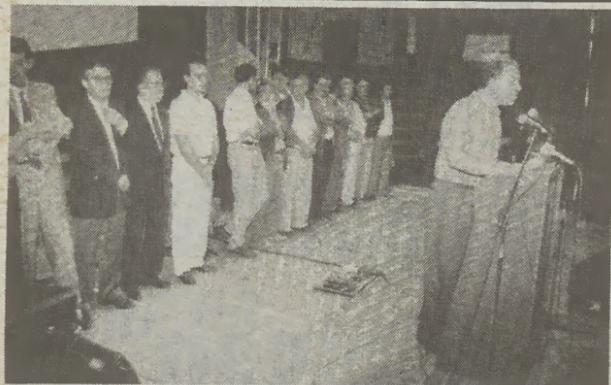
Transportes colectivos do Barreiro

■ Henrique Custódio



A luta das comunicações

Págs. 20 e 21



CGTP comemora o 25.º aniversário, em Lisboa

RESUMO

18
Quarta-feira

António Guterres é entrevistado na TVI, pela primeira vez, na qualidade de Primeiro-Ministro indigitado ■ Um violento incêndio destrói uma fábrica de resinas no concelho de Montemor-o-Velho ■ A Direcção-Geral da Associação Académica da Universidade de Coimbra acusa Manuela Ferreira Leite de "autismo, arrogância e prepotência", durante a abertura solene das aulas ■ Cerca de 600 palestinianos, expulsos da Líbia, apelam para que os deixem voltar à Síria ■ Os EUA autorizam a entrada no país ao Presidente cubano, Fidel Castro, para assistir às cerimónias do 50.º aniversário das Nações Unidas, em Nova Iorque ■ Um funcionário da Aliança Atlântica afirma que a NATO não vai colocar armamento nuclear na Europa de Leste.

19
Quinta-feira

O presidente da Federação Académica do Porto declara-se contra a simples suspensão da Lei das Propinas, pedindo antes a sua anulação ■ Roberto Carneiro pede explicações à Comissão Europeia sobre 20 milhões de contos que a RTP recebeu do Estado e Bruxelas afirma que vai investigar se houve violação na lei da concorrência ■ As autoridades indonésias mantêm cerca de 140 jovens timorenses detidos em Díli, na sequência da repressão de uma manifestação pela independência de Timor-leste ■ O Senado italiano aprova uma moção de censura contra o ministro da Justiça, pedindo-lhe que se demita do cargo ■ Graça Machel, viúva do primeiro Presidente moçambicano, Samora Machel, afirma que está a investigar a morte do marido e admite contar com o apoio de Nelson Mandela.

20
Sexta-feira

Cimício comemorativo dos 25 anos da CGTP no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa ■ Termina o I Congresso da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal sobre "a superação das barreiras sociais" ■ A CM de Constância ganha o prémio Nacional do Ambiente 94 do Crédito Predial Português; são atribuídas também duas menções honrosas, uma à CM da Moita e outra à CM de Castelo Branco ■ A Polícia Judiciária comemora meio século de existência ■ Willy Claes, secretário-geral da NATO, demite-se do cargo ■ O Presidente russo Boris Ieltsin anula a demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros ■ Dirigentes de 113 países Não Alinhados lançam um forte apelo aos EUA para que acabem com o embargo contra Cuba ■ O Procurador Público japonês revela que a Seita Verdade Suprema pretendia produzir 70 toneladas de gás sarin, quantidade suficiente para eliminar toda a população mundial.

21
Sábado

Tem início o IX Encontro Internacional pela Paz, em Florença ■ Os

ministros do Ambiente da União Europeia reúnem-se informalmente em Sevilha tendo como discussão base a "solidariedade para o uso da água, na Europa" ■ Eleições legislativas na Suíça ■ Especialista da Organização Mundial de Saúde afirma que está a ser aplicada a vacina contra a Sida em pessoas voluntárias mas que a sua eficácia só será verificada no ano 2010.

22
Domingo

Um avião militar alemão explode no aeroporto de Ponta Delgada com sete tripulantes a bordo ■ A Confederação Portuguesa de Associações de Ambiente manifesta-se contra a implantação de um campo de golfe no parque natural da serra de São Mamede ■ População da Madeira dirige um abaixo-assinado ao Governo Regional contra a construção de um matadouro no Funchal, sem qualquer estudo ambiental ■ Os verdes e os comunistas registam uma significativa subida nas eleições regionais de Berlim enquanto que o Partido Social-Democrata desce cerca de 23,8% em votos ■ Decorrem eleições presidenciais na Costa do Marfim, com vários incidentes que já provocaram feridos em várias localidades ■ Inicia-se a campanha eleitoral dos quatro candidatos para as presidenciais argelinas.

23
Segunda-feira

Manuel Monteiro anuncia que o CDS/PP não apresentará candidato às eleições presidenciais do próximo dia 14 de Janeiro ■ O Instituto de Emprego e Formação Profissional revela que desde Setembro do ano passado o desemprego aumentou em 9% ■ Tem lugar no auditório do Instituto da Juventude, em Santarém, o II Congresso Nacional de Gastronomia ■ Cimeira em Nova Iorque entre os presidentes dos EUA e da Rússia ■ Mais de 15 mil estudantes manifestam-se na Roménia contra a degradação das suas condições materiais e a aplicação de uma taxa para os repetentes ■ A Comissão Europeia aprova em Bruxelas um projecto de saúde pública para Moçambique e um outro para Angola de reabilitação rural.

24
Terça-feira

O Presidente da República marca a posse do novo Governo para sábado ■ Oliveira Antunes, do PSD, ex-presidente do Centro Regional de Segurança Social de Aveiro, começa a ser julgado pelo crime de peculato e reconhece ter criado um "saco azul" na instituição ■ Vento forte e chuva intensa em Lisboa provocam inundações e acidentes na Baixa da capital, de que resultam dois feridos e diversos prejuízos materiais ■ A Comissão Europeia declara que os testes nucleares franceses no Pacífico Sul não violam as normas europeias de segurança ■ A Alemanha aprova a integração de cerca de quatro mil soldados germânicos na força multinacional que fiscalizará um eventual acordo de paz na Bósnia-Herzegovina.

Está dito e redito que a entrevista de António Guterres à TVI não trouxe em substância qualquer significativa novidade.

Entretanto, as alegações do indigitado primeiro-ministro valem pelas opções das orientações que quis sublinhar e pela simpatia que não hesitou em revelar por certas causas e interesses, com o conseqüente detrimento de outras e de outros.

Pode dizer-se que António Guterres não quis desagradar a ninguém, mas foi nítido que quis agradar mais a Ludgero Marques do que a Carvalho da Silva e que todos os seus significativos sublinhados foram mais ao encontro dos interesses do grande patronato do que das reivindicações dos trabalhadores.

Foi esta inclinação geral que conferiu um carácter especialmente inquietante às confirmações que se lhe ouviram de ideias e orientações em que insistiu durante a campanha eleitoral.

Dir-se-á que o primeiro-ministro indigitado não deixou de prometer o aumento real dos salários e das pensões e até usou a expressão «um aumento real do poder de compra das famílias».

É verdade e convém registá-lo, mas a palavra-chave neste ponto da entrevista foi a da «moderação» várias vezes repetida e a determinar pela «inflação prevista». A prometida actualização dos vencimentos da função pública foi mesmo qualificada de «ligeira» e justificada com os compromissos assumidos, em Bruxelas, pelo Governo do PSD, em relação ao défice.

Entretanto, o também prometido «não rotundo» ao aumento dos impostos foi substituído pela «convicção» de que não será necessário aumentá-los.

Foi completamente diferente o desembaraço com que Guterres se referiu às privatizações, à «concessão de serviços públicos», à «liberalização da legislação do trabalho» e em geral «ao estímulo e ao apoio às empresas para aumentarem a sua competitividade», que entre nós tem significado muitas vezes, mais facilidades de despedimentos e a transferência de dinheiros públicos para o capital aumentar os seus lucros.

Em relação às privatizações anunciou que vai prosseguir a política do Governo do PSD com «a celeridade máxima que o mercado puder suportar».

Em relação à «concessão de serviços públicos» deixou claro também o propósito de prosseguir e ampliar a política do Governo anterior não só na área da saúde, mas noutras também.

Em relação à liberalização da legislação do trabalho, a afirmação de que «em

certos casos sim e noutros não» parecendo muito salomónica é na verdade já a cedência a pressão que está a ser desenvolvida pelo grande patronato.

Os trabalhadores têm naturalmente todo o direito de saber em quais é que é sim.

Mais do que desenvolta, foi por vezes entusiástica a maneira como o indigitado primeiro-ministro falou das políticas de Maastricht, da moeda única, por exemplo, dissimulando, ao mesmo tempo, os seus custos e gravosas conseqüências para o país, no que em nada difere da conduta de Cavaco Silva.

Por mais do que uma vez, António Guterres tem afirmado que o PSD foi derrotado por causa da arrogância e do clientelismo,

Esta tirada pode ser muito útil ao indigitado primeiro-ministro para fazer contrapor às grandes pressões clientelares que

Pode dizer-se que António Guterres não quis desagradar a ninguém, mas foi nítido que quis agradar mais a Ludgero Marques do que a Carvalho da Silva e que todos os seus significativos sublinhados foram mais ao encontro dos interesses do grande patronato do que das reivindicações dos trabalhadores.

já se manifestam dentro do seu próprio partido, mas é bom que não haja dúvidas sobre as verdadeiras razões da derrota do PSD.

O PSD foi, acima de tudo, derrotado pela política de direita que impôs ao país e com a qual não resolveu nenhum dos grandes problemas nacionais, antes os agravou, praticamente a todos.

Foi uma tal política de direita que conduziu ao desemprego maciço, à precarização generalizada, aos salários em atraso, a perda do poder de compra da população laboriosa, ao alastramento das manchas de miséria e exclusão, ao aumento da criminalidade, a difusão dos sentimentos de insegurança e de medo pelo dia de amanhã.

É essa política que apresenta como saldo incontroverso o caos no ensino, a degradação da saúde, as crescentes dificuldades da segurança social e o impasse na habitação.

É essa política de direita que é responsável, em grande medida, pela regressão industrial, pelo afundamento da agricultu-

ra, pelo definhamento da pesca, pela crise do comércio.

Não pode haver qualquer ilusão de que o prosseguimento da mesma política de direita, tendo como opção essencial o favorecimento dos interesses do grande capital, conduzirá inevitavelmente aos mesmos desastrosos resultados.

É igualmente ilusório pensar-se que o prosseguimento de uma tal política é compatível com as práticas do diálogo que se anunciam.

A essência da política de direita é a imposição dos interesses do grande patronato e o seu método natural é, em última análise, o conflito e a confrontação, pois, vai encontrar, não haja dúvidas também, a resistência combativa e determinada dos trabalhadores.

O líder do PS, António Guterres, é nomeado primeiro-ministro no próximo sábado e muito provavelmente, na mesma altura, será empossado o novo Governo. Há depois um prazo máximo de dez dias para o Governo elaborar e apresentar o seu programa à Assembleia da República e obter a investidura parlamentar que lhe conferirá a plenitude das suas competências.

Isto significa que se aproxima rapidamente o momento crítico em que se tornará mais claro se o novo Governo se propõe ou não corresponder à vontade de mudança que se manifestou de forma tão exuberante nas eleições de 1 de Outubro.

Já foi dito por destacadas figuras do PSD que se o Governo de Guterres continuar a política do Governo anterior, então a bancada laranja não terá grandes razões para lhe fazer oposição e até lhe deverá conceder algum apoio, enquanto achar conveniente e não vir condições para o substituir.

Os dirigentes do PS não devem ter dúvidas, no entanto, que a outra face deste apoio envenenado é a crescente oposição do país, tão forte e tão rápida como é grande a esperança nascida com a derrota do PSD.

Esta esperança de uma outra política e as expectativas concretas de muitos sectores em relação às promessas anunciadas na campanha eleitoral não podem ser entretidas muito tempo com um diálogo sem fim.

Os trabalhadores, os agricultores, os pescadores, os estudantes, os professores, os profissionais da saúde, as autarquias e muitos outros sectores esperam respostas que concretizem os compromissos que para com eles foram assumidos.

No Portugal de hoje e ainda mais com a vontade de mudança que se manifestou nas eleições legislativas de 1 de Outubro, não há muito que saber: ou há resposta ou há luta!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lx. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95
Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A regionaflição

A regionaflição, ou aflição provocada pelo susto da regionalização, é uma enfermidade que está a atacar alguns dos mais mediáticos e elitistas comentadores da praça lisboeta.

É o caso recente de António Barreto, que agitou no «Público», em dois artigos, no passado fim-de-semana, o espantinho de «guerras virulentas», de «clivagens irremediáveis» e outras fantásticas desgraças que a regionalização representa para o seu espírito.

O mais curioso é que Barreto parece não se ter ralado muito que durante a campanha eleitoral o PS tivesse insistido na regionalização, «confirmando um propósito de vários anos», como ele próprio reconhece.

«Promessas eleitorais leva-as o vento», terá pensado com pedantismo o comentador.

O que o assusta agora é a ideia de que o Governo PS, a acreditar na promessa confirmada por Guterres, já na qualidade de primeiro-ministro indigitado, possa não desistir da regionalização, metendo-a numa gaveta, como Mário Soares fez com o socialismo.

O ex-ministro da Agricultura, de má memória, gaba-se até de também ter sido defensor da regionalização. Mas isso foi há década e meia,

quando ainda existia o Conselho da Revolução e a «economia produtiva estava dependente de um volumoso sector empresarial público», como ele confessa.

Agora acha que «a situação se alterou» e salienta: «O mercado recuperou o essencial das suas funções... O sector público empresarial diminuiu consideravelmente, tendo voltado a existir empresas e grupos económicos privados com dimensão razoável.»

Isto é, para ele a regionalização valia enquanto podia ser usada como instrumento do processo contra-revolucionário, mas teme-a e combate-a enquanto reforma democrática.

Na verdade, o autor da primeira lei contra a reforma agrária parece que ignora (ou finge ignorar) que o cavaquismo durante a sua década de governação absoluta instalou um poder regional antidemocrático e anticonstitucional - as regiões das chamadas CCRs.

Com elas, o cavaquismo consumou uma imposta divisão regional do país e consolidou a delimitação de cinco regiões, a que atribuiu importantes competências, incluindo de representação externa, confiscando poderes aos municípios, transferindo e concentrando servi-

ços, desapossando dos mesmos treze das dezoito capitais de distrito, criando uma vasta burocracia regional em benefício das suas clientelas e tudo isto sob o férreo controlo governamental, à margem do sufrágio popular, sem qualquer representatividade democrática e em muitos casos à margem da própria Assembleia da República.

Pode alguém defender abertamente este estado de coisas?

Os dois artigos de António Barreto, que muitas vezes tem funcionado como porta-voz dos interesses mais conservadores e reaccionários, constituem um aviso sobre as dificuldades que, dentro do próprio PS, se levantarão à concretização da regionalização.

Entretando, há que dizer que as condições gerais nunca foram tão favoráveis à causa da regionalização e tão positivas as perspectivas da luta para a fazer avançar.

Mas é preciso lutar e vale a pena, porque não há outra maneira de combater com eficácia as desigualdades regionais e de assegurar o desenvolvimento regional do país.

■ Carlos Brito

A mudança

Está por dias a tomada de posse do novo governo. As expectativas são grandes. Os receios também.

As associações patronais, os grandes grupos económicos não escondem a confiança, a certeza na «mudança». E falam e agem exuberantemente nesse sentido; e expressam com entusiasmo essa confiança e essa certeza. Neles é cada vez mais evidente a convicção de que a composição do governo e a política que previsivelmente irá aplicar não mudarão nada de significativo em relação ao passado recente; satisfá-los plenamente a anunciada «mudança de estilo». Dizia há dias Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP: «Os patrões comportam-se como donos e senhores absolutos. Parece terem a pretensão de que o Governo seja um mero executor das suas políticas. Agem como se o poder político se devesse submeter ao poder económico.» A síntese é perfeita e corresponde de facto à postura do grande patronato. Vemo-los e ouvimo-los todos os dias comportando-se como patrões... do Governo. Ora, «em democracia não é assim. É ao contrário» — sublinha, acertadamente, o coordenador da CGTP. E estou em crer que é esta situação que fundamenta os receios existentes quanto à política do futuro governo. Receios que se propagam, certamente, a grande parte dos votantes do PS nas eleições de 1 de Outubro — e que, com esse voto, quiseram derrotar a direita, derrotar o PSD, mas também proporcionar uma mudança de política.

O PSD foi derrotado nestas eleições não apenas, não essencialmente pelo estilo que usou na aplicação de uma determinada política, mas por essa própria política e pelas consequências dela resultantes. Não foi derrotado pelo estilo, foi derrotado pelo conteúdo. Os trabalhadores, os reformados, os jovens, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, todos

os que sofreram na pele os efeitos da política praticada pelo PSD, condenaram e derrotaram o PSD porque se sentiram lesados nos seus direitos e interesses, porque acharam que era de mais, porque acharam que era necessário mudar. De política, obviamente. Também de estilo, concordo, mas apenas na medida em que, como toda a gente sabe, a forma como uma determinada política é aplicada depende decisivamente do conteúdo, do sentido dessa política (por exemplo: a vaga de violação de direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e dos cidadãos; a vaga de corrupção, compadrio, nepotismo, prepotência e autoritarismo que invadiu o País são fenómenos que estão indissolúvelmente ligados ao conteúdo da política definida e aplicada pelo governo do PSD).

Receio que o PS não entenda, não queira entender, a vontade de mudança de política expressa nos resultados eleitorais; que se fique pela mudança de estilo; que os trabalhadores, os reformados, os jovens, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais continuem a sofrer na pele as mesmas consequências da mesma política apenas aplicada num «estilo» novo. Se assim for, estou em crer que milhares e milhares de pessoas que no dia 1 votaram PS virão à rua, a curto prazo, protestar e exigir o respeito pelos seus direitos e interesses, exigir o que lhes foi prometido e que por direito lhes pertence. Porque a política de direita, quer aplicada no «estilo velho» quer na modalidade do «estilo novo» há-de produzir sempre os mesmos efeitos nocivos para a esmagadora maioria dos portugueses. Derrotá-la — depois de alcançado o objectivo de afastar o PSD do governo — deve continuar a ser objectivo fundamental da esquerda, dos trabalhadores e do povo.

■ José Casanova

Angústias de um leigo

Deparando ocasionalmente com duas páginas do suplemento «Negócios» da última edição do «Semanário», chegámos rapidamente à conclusão de que, tal como certamente muitos outros portugueses, nos deixamos inutilmente amargurar com as dificuldades da vida e inquietar com a gravidade dos problemas nacionais, quando afinal é bem fácil encontrar motivos de confiança, conforto, esperança e até alegria.

Com efeito, aquelas duas abençoadas páginas, para além de breves resenhas biográficas de grandes e eméritos trabalhadores pelo bem comum como António Champalimaud, Artur Santos Silva e Américo Amorim, ofereciam-nos, debaixo do tema geral de que «os grandes negócios estão de volta», detalhadas informações sobre batalhas decisivas para o futuro de Portugal que estão em curso e que são, como já toda a gente adivinhou, a luta do BPI (Banco Português de Investimentos) e de Américo Amorim pelos 12% que a CIMPOR tem no

BFE (Banco de Fomento Exterior, ainda de capitais públicos) e os projectos de compra da CIMPOR por António Champalimaud.

Pelo meio, e comprovando que nenhuma proclamações nogueiristas ou cavaquistas conseguiram «separar os negócios da política» designadamente quando são os bens do Estado que estão em saldo, lá vinham elucidativas informações como a de que «Artur Santos Silva persegue esta estratégia de ataque ao BFE desde pelo menos Abril e manteve vários contactos com Eduardo Catroga que se manifestou agradado com esta estratégia», que «o ex-Ministro das Finanças já explicou o caso ao novo Ministro Sousa Franco que também se terá mostrado receptivo» e que «o outro ponto importante no desenvolvimento deste negócio é a posição do novo Primeiro-Ministro. António Guterres explicou na semana passada na reunião que manteve com os dirigentes das associações empresari-

ais as suas intenções para o BFE», que passariam pela sua privatização a 100%.

Mas, mais interessante que tudo o resto, era a informação de que a CIMPOR (liderada pelo socialista António Sousa Gomes) «já se prepara para uma nova aquisição em terras estrangeiras», que «o alvo mais provável chama-se Soicom e é a cimenteira que António Champalimaud controla a 99%» e que «atenção! - com o encaixe que realizará com esta venda, o empresário luso-brasileiro prepara uma outra grande aquisição» que o «Semanário» de imediato esclarecia ser precisamente a CIMPOR!!!

É nestas alturas que dá raiva uma pessoa ser leigo em «negócios», porque se assim não fosse, certamente conseguiria perceber logo à primeira como é que com o dinheiro da venda de uma empresa a outra empresa maior se consegue comprar e controlar a empresa compradora e como é que o dinheiro recebido de um comprador per-

mite ao vendedor vir a comprar esse mesmo anterior comprador.

E também, se não fosse este trágico distanciamento ou mesmo ignorância das «leis» e «mecanismos» do «mercado», certamente não seríamos assaltados por esta pérfida desconfinança de que neste frenesim de compra e vende, neste imbricado de movimentações financeiras e neste voraz e impiedoso assalto ao património público, só há concentração e mais concentração e não há nem um cisco de investimento produtivo, de criação de riqueza ou de emprego.

Mais ainda: quem sabe mesmo se um cursozito acelerado nestas matérias não nos libertaria do preconceituoso pressentimento de que trezentos grandes titulares do «mundo dos negócios» vão pesar muitíssimo mais no governo do país do que as aspirações dos dois milhões e meio de portugueses que votaram no PS.

■ Vítor Dias

NATO

e a inocência de W.C.

As circunstâncias que conduziram à demissão de Willy Claes (W.C.) de Secretário-Geral da NATO, não podem dar-se por inteiramente esclarecidas. Protestando a sua «inocência» no caso das comissões pagas ao Partido Socialista Flamengo pela compra de equipamento militar pelo governo belga em que à data era ministro da Economia (46 helicópteros da firma italiana Agusta e equipamentos da Dassault francesa para aviões F-16), o próprio afirma-se candidamente vítima de «assassinato político». Sabido como é que a corrupção e tráfico de influências que lhe são imputadas pela justiça belga são hoje o pão-nosso-de-cada-dia do sistema de poder capitalista, não é de excluir que motivações ainda mais graves tenham contribuído para precipitar a sua inevitável demissão.

Entretanto, não há qualquer motivo para duvidar que W.C., aliás um «federalista» militante, tenha sido um zeloso «atlantista» e activíssimo defensor do reforço da NATO, do seu alargamento para o Leste da Europa, do seu intervencionismo agressivo. Foi com W.C. que a NATO avançou com as suas primeiras operações militares fora da área definida no seu tratado constitutivo e se deram passos substanciais na fusão/confusão da NATO com uma ONU cada vez mais instrumentalizada pelos EUA. Foi com W.C. que foi posta em marcha a inquietante operação de substituição das forças de FORPRONU na antiga Jugoslávia por forças dos países da NATO, envolvendo nomeadamente 25 000 militares norte-americanos.

Mas estaria W.C. - sobretudo após a revelação do seu envolvimento nos escândalos Agusta e Dassault - à altura de tão ambiciosos desígnios? As próprias dificuldades e contradições do processo não exigirão mão ainda mais dura, mais firme e mais refinada que a deste burocrata que tem tanto de «socialista» como de «socialista» tinha o primeiro Sec.-Geral da NATO, também ele belga, Paul Henry Spaak?

Uma coisa é certa: W.C. passa e a NATO fica. O sucessor do dito será rapidamente encontrado, tudo indicando que será para servir ainda mais e melhor a linha militarista agressiva com que o imperialismo se propõe responder à luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e ao aprofundamento das terríveis injustiças e desigualdades que dilaceram o mundo neste limiar do século XXI. Na hora da despedida, W.C. não se esqueceu de o sublinhar: «A NATO é mais necessária do que nunca, mais do que nos tempos da guerra fria.»

O «folhetim» W.C. seguirá o seu curso, como o seguirá o de Craxi, o de Gonzalez, o de Andrez Perez, o de Berlusconi... ou (para não esquecer o caso português), o de Duarte Lima (ainda se lembram dele?), e tantos e tantos outros. Vamos acompanhá-los com a atenção possível. Mas não vamos deixar que a tentativa de «banalização» personalizada da podridão do sistema nos distraia do essencial. Ou seja: a luta em defesa da democracia e pelo seu aprofundamento; a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e contra a intensificação da exploração capitalista; a luta em defesa da paz, contra o militarismo, contra a intervenção brutal das grandes potências nos assuntos internos dos povos; a luta contra o envolvimento de Portugal na estratégia agressiva do imperialismo e em particular, contra o envio de militares portugueses para o braseiro da ex- Jugoslávia, já admitido pelo novo primeiro-ministro indigitado.

E, naturalmente, a luta pela dissolução da própria NATO e por um sistema de segurança colectiva efectivamente democrático e pacífico.

■ Albano Nunes

Depois de «Timor na Internet» Indonésia faz propaganda na rede mundial de computadores

Coincidência ou não, dois meses depois de a Juventude Comunista Portuguesa ter colocado na rede mundial de computadores Internet uma *home page* bilingue dedicada à situação de Timor-Leste, chegam a Portugal notícias de que o exército indonésio está a usar a mesma rede para - e citando o general responsável pela iniciativa - «apresentar os nossos pontos de vista, para combater a informação falsa e distorcida a nosso respeito e para reunir informações que possam ter interesse militar».

A declaração feita numa entrevista à AFP não deverá surpreender ninguém que esteja atento ao papel da rede mundial Internet como novo meio global de partilha de informações e ao tremendo impacto que podem provocar, neste momento, pequenas iniciativas de particulares ou de entidades como a JCP.

Juntamente com a Universidade de Coimbra ou o particular João Pedro Martins - outros que tomaram igualmente a iniciativa de colocar a questão de Timor na Rede - a JCP passou a dar informação valiosa sobre o pequeno território da Oceania, tornando-a acessível a cerca de três dezenas de milhões de computadores espalhados pelo mundo.

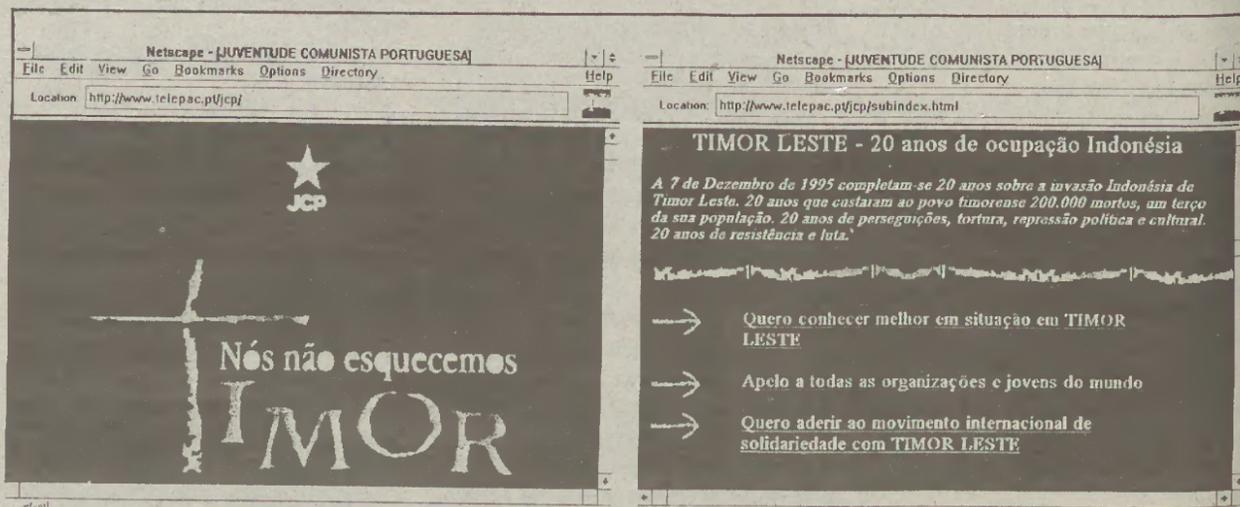
Este é um dos encantos da Internet, pelo menos enquanto governos e empresas de telecomunicações, por razões políticas ou financeiras, não criarem maneiras de «disciplinar» ou tornar ineficaz o uso desta rede: é que a informação lá posta pelo estudante anónimo ou pela organização não governamental tem o mesmo valor absoluto que a disponibilizada, por exemplo, pela CIA, pelo Governo de França ou pela Microsoft.

O acesso, a forma de anunciar, de editar e divulgar na Internet é, à partida, semelhante. O sistema computacional e de comunicações necessários

para o fazer são financeiramente acessíveis a um largo número de pessoas. E a curiosidade mundial que ainda persiste sobre esta rede faz com que não haja local, por mais desinteressante, que não acabe por ser «visitado» por milhares de pessoas.

Não chegando ainda a todos, a informação na Internet é tremendamente eficiente, ao contrário de muita da que passa em escassos blocos de 30 segundos, num qualquer Teleguard de uma qualquer estação de televisão do mundo. A TV está tão cheia de pequenas e grandes tragédias humanas, que o público, cada vez mais, apenas demonstra perante elas... pura indiferença.

Na Internet temos informação onde, mesmo que o destinatário a ela chegue casualmente, há uma forma de acesso que obriga ao desencadeamento de um ainda relativamente demorado processo de manuseamento, de consulta, de exame, de escolha. Passos que, em cada utilizador, pouco antecedem o momento da tomada de consciência, da reflexão e, quando tal processo de manuseamento resulta numa efectiva leitura e observação do exposto no monitor, dum elevado grau de retenção na memória das mensagens escritas, ouvidas e vistas. «Mexer» na Internet implica ter tempo e disponibilidade mental.



As páginas sobre Timor-Leste colocadas na Internet pela JCP tiveram excelente impacto na opinião pública

Gente que vê

Quer isto dizer que das centenas ou milhares de pessoas que por dia «dão uma voltinha» nas páginas que na Internet existem sobre Timor, há uma elevada percentagem que, efectivamente, consciencializa a vontade de autodeterminação do povo maubere, a contestação desta gente ao poder da Indonésia, a violência dos militares e do Governo de Jacarta, os crimes, a repressão, os mortos...

São milhões de computadores de todo o mundo utilizados por curiosos, «maluquinhos da informática» mas, sobretudo, por homens de negócios, juizes, economistas, advogados, jornalistas, empresários, governantes, professores, médicos, engenheiros, estudantes e, ao que esta história confirma, militares.

A iniciativa da JCP foi ainda beneficiada por vários factores: o seu lançamento no Festival Internacional de Juventude «Cuba Vive», o apoio e envolvimento da Federação Mundial da Juventude Democrática e a demonstração disponibilizada para milhares de visitantes (e largas dezenas de delegados

estrangeiros) na Festa do «Avante!» constituíram, à partida, um largo espaço de amplificação do impacto inicial da acção, aumentando certamente a frequência de utilização da morada WWW. TELEPAC.PT/JCP nas «navegações internauticas».

Entretanto os indonésios tratam rapidamente de pôr na World Wide Web - a mais popular rede das disponíveis na Internet - «a sua verdade», tentando apagar a força dos argumentos de todos os opositores, internos e externos, ao regime de Suharto.

É que, por enquanto, a Internet é uma «funda» utilizável pelos Davids deste mundo, mas os Golias aprestam-se a tentar aprender a manipular esta nova arma...

■ PT

Évora Os jovens não esquecem as promessas eleitorais

A Organização Distrital de Évora da JCP iniciou no passado dia 18 um ciclo de plenários e reuniões nos concelhos do distrito com o objectivo de analisar os resultados eleitorais e fazer uma discussão sobre a situação da juventude nos respectivos concelhos.

O primeiro plenário realizou-se naquele dia em Montemor-o-Novo, seguindo-se a 20 o de Arraiolos e a 21 o de Portel.

Nesta última data, realizou-se em Évora uma reunião distrital de quadros do secundário onde

participou uma camarada do secretariado da CNES.

Todos estes plenários tiveram boa participação e da discussão realizada sublinha-se a ideia de que às alterações de «caras» no Governo devem corresponder efectivas alterações de políticas, não se esquecendo os jovens «as promessas do PS feitas na campanha eleitoral, nomeadamente no que diz respeito a educação, emprego e desenvolvimento do Alentejo», lê-se numa nota distribuída pelos jovens comunistas a este propósito.

Coimbra Não defraudar a mudança

A Organização de Coimbra da Juventude Comunista Portuguesa reuniu em plenário no passado dia 19 e analisou a situação política e social resultante do recente acto eleitoral. Os jovens comunistas consideraram que «a expressiva votação no PS confere-lhe uma responsabilidade acrescida», pois a necessidade de uma mudança efectiva de políticas não pode «de modo algum ser defraudada».

A JCP de Coimbra, em comunicado, pensa que o Governo deve investir no sector produtivo nacional para manter e criar novos postos de trabalho, defendendo o sector público de produção.

«A questão da precarização do emprego juvenil e a defesa dos direitos sociais que assistem aos jovens trabalhadores devem merecer uma atenção especial do novo Executivo», lê-se.

Melhoria da qualidade do Ensino Superior, investimento no ensino público, uma justa acção social escolar, diálogo com os diferentes agentes envolvidos na Educação e a revogação da actual lei das propinas são outras reivindicações dos jovens comunistas.

Quanto ao Ensino Secundário, as observações da JCP de Coimbra vão, entre outros, para a injustiça de acesso ao ensino superior, a centralização do poder permitida pela actual lei de gestão das escolas e a existência de provas globais nos moldes actuais.

«Perante o cumprimento da promessa por parte da CDU e do PCP no que toca à lei das propinas, que se traduzirá na apresentação na Assembleia da República, de uma proposta de revogação desta lei», a JCP de Coimbra exige aos «deputados jovens eleitos pelo PS» o cumprimento de posições defendidas antes das eleições no sentido da revogação daquela lei.



Aveiro Intoxicação numa escola

Depois de vários incidentes decorrentes da desinfecção da Escola Dr. Jaime Magalhães Lima, em Esgueira, ocorrida há quase duas semanas, que originou a hospitalização de vários alunos e funcionários e posterior encerramento da escola para nova desinfecção, verificam-se novos incidentes acompanhados de procedimentos graves.

Com efeito, no dia 23 de Outubro, ao reabrir as aulas, ocorreram idênticas situações, as quais levaram vários alunos a ser socorridos no Hospital. Ou seja, as instalações da Escola mais uma vez não estão em condições para o seu bom funcionamento, pondo em risco a saúde de alunos, professores e funcionários.

Perante o protesto de alguns alunos, manifestando os riscos que a reabertura das

aulas nestas condições está a acarretar, verificaram-se comportamentos estranhos por parte de funcionários e elementos do Conselho Directivo, os quais procuraram silenciar os protestos e até sonegar a situação em que a Escola se encontra. A um aluno que procurava efectuar um telefonema chegaram, inclusivamente, a desligar o telefone e a retirarem-lhe o dinheiro, o que, para além de tudo, é um gesto de prepotência inadmissível.

Em comunicado, a Comissão Concelhia de Aveiro da Juventude Comunista Portuguesa, para além de denunciar publicamente o que está a acontecer, exige que as entidades responsáveis tomem rapidamente medidas sobre estes incidentes e comportamentos anómalos.

Organizações do PCP analisam resultados eleitorais

Trabalhar para aumentar a influência junto dos trabalhadores

A Direcção da Organização Regional de Portalegre (DORPOR) analisou a situação política decorrente dos resultados eleitorais durante uma reunião plenária realizada no passado dia 21 de Outubro onde estabeleceu igualmente as tarefas imediatas para o reforço da organização, nomeadamente «para atrair ao Partido muitas das pessoas que estiveram connosco» durante a campanha eleitoral e «aumentar a influência junto dos trabalhadores» tal como ficou decidido na última Conferência Nacional. No documento divulgado após esta reunião, a que fazemos referência, a DORPOR anuncia também que vai propor ao Grupo Parlamentar do PCP um conjunto de medidas para o Partido defender a sua inclusão no próximo Orçamento de Estado em áreas como recursos hídricos, agricultura, educação, saúde e segurança social.

O texto da nota é o seguinte:

«1. — O sentido de voto dos eleitores no distrito de Portalegre foi pela condenação da política que o PSD desenvolveu no distrito ao longo de 10 anos a que conduziu ao isolamento e esvaziamento de poder e influência junto de órgãos de decisão e na satisfação da sua clientela

política. Foi também a afirmação do desejo de mudança de rumo que permita tirar o distrito da cauda das regiões mais atrasadas da União Europeia. Foi igualmente a derrota dos dirigentes distritais do PSD e da sua tese que procurava responsabilizar as autarquias da CDU pelo atraso verificado no distrito.

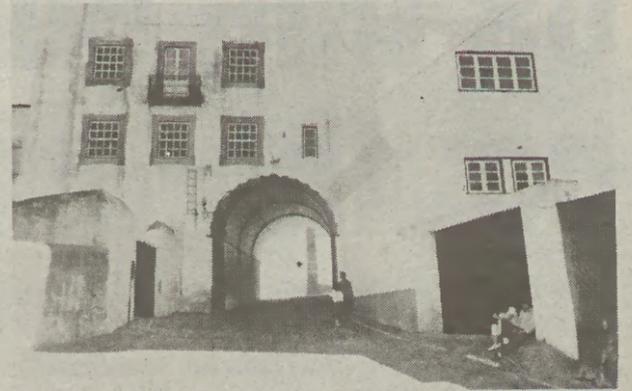
«2. — O PS averbou uma vitória eleitoral no distrito, numa clara indicação do eleitorado da vontade de mudança de política e na condenação da profunda crise social, económica e moral instalada pela prática política do PSD.

«3. — A CDU e o PCP não conseguiram concretizar todos os

seus objectivos eleitorais, nomeadamente a eleição de um deputado que desse voz ao distrito.

«Para tal, foi determinante a ideia do voto útil no PS, como única forma de tirar o PSD do Governo e penalizar a sua prática, para o que muito contribuiu a constante promoção da bipolarização por parte de alguns órgãos da Comunicação Social.

«Embora insatisfatório, o resultado obtido confirma a CDU como uma grande força política distrital, onde contou com 14% dos votos expressos, mantendo no essencial as suas posições e contribuindo para a consolidação da importância do PCP no quadro político nacionais, enquanto grande força de esquerda voltada para o futuro e



indispensável para uma alternativa democrática.»

«A campanha eleitoral desenvolvida pelo PCP, no quadro da CDU, caracterizou-se pela afirmação e valorização das suas propostas e pela participação activa dos seus militantes e activistas com especial realce, pelo papel

desempenhado, para a Juventude da CDU e por este motivo a DORPOR saúda todos quantos participaram e contribuíram pela afirmação da CDU.»

«Neste contexto político, a DORPOR decidiu:

«1 — Propor ao Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, um conjunto de medidas a incluir no Orçamento de Estado para 1996, que contemplem soluções nas áreas dos recursos hídricos, agricultura, educação, saúde e segurança social.»

«2 — Assegurar e assumir o compromisso solene de fortalecer a ligação entre o Grupo Parlamentar do PCP e as instituições públicas e privadas, as organizações representativas dos trabalhadores e o poder local, de modo a dar satisfação às reivindicações e às expectativas da população: mais e melhor emprego, melhores salários e melhores condições de vida.»

«3 — Tomar medidas para assegurar o reforço orgânico do Partido e assegurar a realização de múltiplas e variadas iniciativas (reuniões de organismos, plenários e debates com apoiantes) para discussão do novo quadro político, para atrair ao Partido muitas das pessoas que estiveram connosco neste trabalho e aumentar a influência junto dos trabalhadores decidida pela Conferência Nacional é prosseguir a Campanha Nacional de Fundos que deverá terminar em Dezembro.»

CDU volta a ganhar em Montemor-o-Novo

Um plenário com cerca de 70 militantes, realizado na terça-feira da semana passada no Centro de Trabalho do PCP em Montemor-o-Novo, analisou os resultados das eleições de 1 de Outubro tendo, a nível concelhio, destacado a boa campanha eleitoral, com «boas iniciativas com alegria, juventude e confiança» que «abrem perspectivas de trabalho e aceitação da mensagem do PCP e CDU», lê-se numa nota a propósito distribuída pela Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo.

No concelho a CDU e o PCP, como aconteceu desde o 25 de Abril, ganha as eleições com a mesma percentagem de 1991 (40,7), embora desça 126 votos. O PSD «sofre pesada derrota» ao perder 1299 votos, quase 1/3 da votação de 1991. O PS sobe 1466 votos, tendo a sua melhor votação de sempre. O CDS/PP tem mais 174 votos, apesar de descer em cinco freguesias. Os pequenos partidos desceram cerca de 300 votos.

Para os militantes reunidos neste plenário, «o receio de uma nova vitória do PSD e a vontade de derrotar a desastrosa política

de direita levam a uma concentração conjuntural de votos no PS».

«Os trabalhadores e o povo Alentejano (e do país) esperam que o PS e o seu Governo não continuem a política de direita

condenada em 1 de Outubro», lê-se nesta nota que recorda: «o PS prometeu muito para o Alentejo (plano de emergência para a região, avanço do Alqueva, Barragem dos Minutos, desenvolvimento,

emprego, melhoria das reformas, etc.)».

Os comunistas de Montemor-o-Novo reafirmaram a urgência «de uma política que ponha as terras a produzir para criar emprego, produção e riqueza».



A CDU teve um bom resultado em Montemor-o-Novo

Factores adversos não impedem subida em Aveiro

Uma nota da Concelhia de Aveiro do PCP do passado dia 13 analisou os resultados eleitorais destacando o reforço de posições da Coligação no concelho, com subidas de votação em 10 das 14 freguesias.

A Concelhia de Aveiro registou o destaque dado pelos media aos candidatos dos outros partidos no distrito - Paulo Portas, Pacheco Pereira e Carlos Candal - «ao mesmo tempo que se procurou silenciar e deturpar as iniciativas e as propostas da CDU».

«A análise aos resultados e o conhecimento de dados concre-

tos apontam para que a CDU tenha ganho muitos novos votos, sobretudo da juventude, e que muitos eleitores que em anteriores eleições votaram CDU, nestas eleições, embora de acordo com as suas propostas, se deixaram levar pela publicidade enganosa de que para derrotar o PSD era necessário votar no PS».

Apesar disso, a Concelhia sublinha a elevada participação de jovens na campanha da CDU, «a adesão da juventude às suas propostas, a constatação de que os apoiantes da CDU são em muito maior número do que os

votos obtidos» o que constitui soma «elementos de confiança para o reforço do PCP e da sua actividade junto dos trabalhadores e da população do seu concelho».

Vendas Novas

A Comissão Concelhia de Vendas Novas do PCP apreciou no passado dia 4 os resultados das eleições, informando que a Coligação aumentou a sua votação no Concelho e saudando, em comunicado, «as centenas de militantes do PCP, activistas e simpatizantes da CDU que par-

ticiparam com muito entusiasmo e empenho» na campanha em Vendas Novas.

Na análise aos resultados nacionais, a Concelhia de Vendas Novas lamenta que «a esmagadora maioria dos órgãos de comunicação social (com destaque para a televisão pública e privada) tenha «apenas falado muito na redução de deputados e percentagem de votos da CDU e não terem deliberadamente dito nada pelo facto de mais portugueses e portuguesas terem votado na CDU, acreditando e confiando nos seus princípios, propostas e projecto».

CAMARADAS FALECIDOS

Ernesto Costa

Faleceu, no passado dia 19, com 77 anos de idade, o camarada Ernesto Costa, engenheiro técnico que estava organizado no Sector Intelectual do Porto. Ernesto Costa era irmão do camarada Carlos Costa, membro da Comissão de Controlo.

Maria Cândida Leal

Faleceu na passada semana em Faro, com 76 anos de idade, a camarada Maria Cândida Leal, membro do PCP desde 1975, professora do ensino secundário e membro da organização concelhia de Faro do PCP.

Olímpio Nicolau de Almeida

Membro da organização do Partido em Londres, onde residia e era muito estimado pelos camaradas da organização, faleceu recentemente o camarada Olímpio Nicolau de Almeida, com 66 anos de idade.

Bernardino dos Santos Ferreira

Membro do Partido desde antes do 25 de Abril, faleceu com 73 anos de idade Bernardino dos Santos Ferreira que militava na organização de freguesia do Bonfim/Porto. Este camarada foi dirigente do Sindicato do Calçado e do núcleo de reformados daquela estrutura sindical.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Octávio Teixeira no arranque da Legislatura

"Não defraudaremos os que em nós confiaram o voto"

A Assembleia da República retoma amanhã os seus trabalhos com uma sessão plenária inteiramente preenchida com a verificação de mandatos dos deputados. Com a nova arrumação de forças no hemiciclo, após duas sufocantes maiorias absolutas do PSD, perspectivas novas abrem-se agora quanto à possibilidade de operar mudanças profundas que correspondam e respeitem a vontade do eleitorado expressa em Outubro último.

Expectativas tanto mais legítimas e compreensíveis quanto é certo que no novo quadro parlamentar existe uma base institucional capaz de suportar a emergência de uma nova política que responda aos desejos de mudança. O Grupo Parlamentar do PCP, pela sua parte, como salienta Octávio Teixeira nesta entrevista ao "Avante!", não defraudará os que em si confiaram o seu voto.

Traça-se, no fundo, de prosseguir uma mesma linha de rumo pautada em todos os momentos pela defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, como bem testemunha esta entrevista no decorrer da qual Octávio Teixeira, reconduzido na qualidade de Presidente da formação comunista, nos fala do posicionamento futuro dos deputados comunistas, revela algumas das suas prioridades em termos de iniciativas legislativas, aponta medidas de dignificação da actividade do Parlamento e tece algumas considerações quanto ao próximo Orçamento.

Com os resultados eleitorais de Outubro verificou-se uma redução, na prática, de um deputado da formação comunista. Considera que esta perda possa vir de alguma maneira a repercutir-se em termos gerais no trabalho e na acção do Grupo Parlamentar do PCP?

É verdade que nestas eleições a CDU, apesar de ter aumentado o número de votos, elegeu menos dois deputados, um dos quais um deputado comunista. Mas o Grupo Parlamentar do PCP vai ser constituído por 13 deputados, exactamente o mesmo número que tínhamos na anterior legislatura. E isto porque, quando da reconstituição da CDU para concorrer às eleições de Outubro, o PCP e a ID concordaram em que o representante eleito pela ID viesse a integrar-se, como independente, no Grupo Parlamentar do PCP. Assim, estou absolutamente convicto que na nova legislatura o Grupo Parlamentar do PCP não será afectado na sua acção, pois o conhecimento e cooperação mútuos de há muitos anos permitirá uma fácil integração do Corregedor da Fonseca no trabalho do nosso Grupo.

É bom lembrar, no entanto, que na anterior Legislatura o Grupo comunista distinguuiu-se por ter chegado ao final dos trabalhos com um invejável activo de realizações, tendo sido, por exemplo, o que subscreveu o maior número de iniciativas legislativas. Vai manter-se esta capacidade de realização?

Não me restam quaisquer dúvidas que a capacidade de realização e de intervenção do Grupo Parlamentar do PCP se vai manter a um nível elevado e invejado. Se conseguimos manter esse nível na passagem da quinta para a sexta legislatura, com maioria de razão o iremos mostrar agora. Isto não quer dizer, à partida, que voltaremos a ser o Grupo Parlamentar com maior número de iniciativas legislativas, até porque esse não é, como nunca foi, um objectivo. O que te posso garantir é que continuaremos a ter uma grande e

qualificada iniciativa parlamentar, incluindo a iniciativa legislativa, visando apresentar soluções adequadas às necessidades e interesses do País e a corresponder, em cada momento, às legítimas aspirações dos portugueses.

Podemos deprender-se, pois, que está garantido como até aqui um elevado grau de qualificação política e técnica, quer dos deputados quer do Grupo comunista no seu conjunto.

Sem qualquer margem para dúvidas. Desde logo porque quer os camaradas que transitam do anterior Grupo quer os novos deputados oferecem todas as garantias de capacidade técnica e política e de profícuo trabalho colectivo. Mas igualmente porque, como é timbre do nosso Partido, grande parte da iniciativa parlamentar comunista assenta na iniciativa e no trabalho da estrutura orgânica do PCP, em particular das comissões e grupos de trabalho que funcionam junto do Comité Central.

Em termos de estrutura e funcionamento do Grupo comunista vai haver novidades?

Em termos de funcionamento não prevejo alterações, a não ser as que decorram da perspecti-

"Pela nossa parte teremos sempre bem presente na acção parlamentar que existe na nova Assembleia da República uma maioria numérica de deputados eleitos pelo PS e pelo PCP, que pode constituir a base institucional necessária para aprovar medidas que se insiram numa nova política"

va que sempre nos anima de ir melhorando o nosso trabalho. Quanto à estrutura haverá certamente algumas alterações, decorrentes do facto de se terem registado mudanças na constituição do Grupo Parlamentar, pelo que será necessário promover acertos quanto aos deputados comunistas que integrarão as diversas comissões especializa-

das da Assembleia da República e que ocuparão alguns dos cargos que regimentalmente nos competem, como, por exemplo, o de Vice-Presidente da Assembleia e o de membro do Conselho de Administração em representação do PCP.

Durante o consulado cavaquista, praticamente sem excepção, as iniciativas legislativas



Existe uma base institucional para uma nova política

do PCP foram chumbadas pela maioria do PSD. Com a nova correlação de forças e com a declarada intenção de abertura ao diálogo manifestada pelo PS, admities que possa haver uma alteração substancial neste domínio?

Mais do que admitir, espero que nesse âmbito se registre uma alteração significativa. Desde logo porque a direita parlamentar está agora em minoria. Mas também porque o PS não tem maioria absoluta na Assembleia. E, por último, porque não posso, sequer, admitir que muitos dos projectos de lei do PCP inviabilizados pelo PSD mas que obtiveram o voto favorável do PS não venham agora a merecer idêntica votação favorável do PS. Assim sendo, é de esperar, à partida, que nesta legislatura vai haver mais projectos de lei do PCP aprovados na Assembleia da República. O que será útil para o País e para os portugueses.

Base institucional para uma nova política

Como vai ser o quadro de relacionamento com as restantes forças políticas com assento parlamentar? Admities alguma atenção particular ou relação preferencial, por exemplo, com o PS?

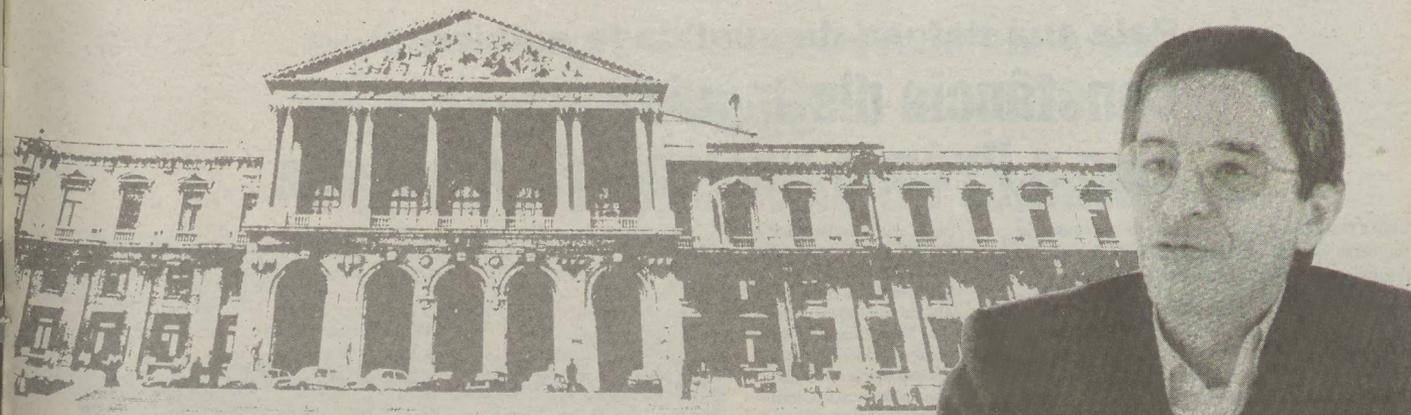
Em primeiro lugar, e como tem sido normal, é óbvio que manteremos uma relacionamento estreito com os nossos parceiros na CDU, com o Grupo Parlamentar do PEV. Por outro lado, e do ponto de vista político, é evidente que estamos em campo oposto ao dos partidos da direita, ao PSD e ao CDS-PP, pelo que qualquer convergência de posições e votações será esporádica, pontual e meramente objectiva.

Quanto ao PS, o nosso relacionamento será

balizado por três grandes linhas, decorrentes, aliás, das posições assumidas pelo Comité Central na sua última reunião: 1ª - o Grupo Parlamentar do PCP orientará a sua actividade de acordo e em coerência com as orientações e compromissos que, com total clareza, o nosso Partido assumiu perante o eleitorado; 2ª - pela nossa parte teremos sempre bem presente na acção parlamentar que existe na nova Assembleia da República uma maioria numérica de deputados eleitos pelo PS e pelo PCP, que pode constituir a base institucional necessária para aprovar medidas que se insiram numa nova política que dê satisfação às aspirações de mudança manifestada pela maioria dos portugueses; 3ª - o nosso Grupo Parlamentar não desprezará nenhuma possibilidade que se abra na Assembleia da República para influenciar e contribuir para a adopção de soluções ou medidas positivas e para condicionar e travar medidas de política que defraudem aquela aspiração de mudança.

Podemos concluir-se, pois, que o posicionamento do Grupo Parlamentar vai continuar a pautar-se na análise e avaliação das diferentes situações pela defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, bem como dos interesses nacionais?

Podemos concluir e posso garantir-te que será precisamente essa permanente análise e avaliação que determinará o posicionamento do Grupo Parlamentar do PCP. As nossas posições serão assumidas de acordo com o que considerarmos serem os interesses dos trabalhadores, do povo e do país, e tendo sempre como objectivo juntar à derrota eleitoral da direita contribuições para a derrota da política de direita. Posições que não serão condicionadas pelas que eventualmente venham a ter, em cada caso concreto, os Grupos Parlamentares da direita. Ou seja, não defraudaremos os que em nós confiaram o voto.



Dignificar a actividade do Parlamento

A credibilidade e prestígio da instituição parlamentar foram de algum modo afectados nas duas últimas Legislaturas por motivos sobejamente conhecidos que se prendem, no fundamental, com as práticas impostas pelo PSD. São disso testemunho, entre tantos outros aspectos, as comissões parlamentares de inquérito ou as acções tendentes a diminuir o papel fiscalizador do Parlamento. O que é que consideras que na Legislatura que agora se inicia poderá ser feito no sentido de reabilitar a imagem da Assembleia da República e restabelecer a confiança nela depositada pelos cidadãos?

O prestígio da Assembleia da República tem vindo a ser afectado por múltiplas razões, umas internas à própria instituição e outras externas. Em relação a estas últimas recordaria, como meros exemplos, a prática eleitoral do PS e do PSD e de alguma comunicação social visando incutir na opinião pública a ideia de que as eleições legislativas são para eleger um Primeiro-Ministro e não o Parlamento (assim esvaziando as funções da AR), ou os ataques demagógicos (na base de generalizações abusivas) de que a instituição parlamentar tem sido alvo por parte da direcção do PP, ou a forma como os deputados das diferentes forças políticas se relacionam (ou não) com os seus eleitores durante a legislatura ou, ainda, as crescentes transferências de poderes dos Parlamentos nacionais para as instâncias comunitárias.

Prioridade às matérias sociais e laborais

Falemos agora das principais prioridades e das grandes matérias que desde já estão na agenda dos deputados comunistas. A redução do horário semanal de trabalho para 40 horas - tantas vezes prometida e sempre adiada por outras forças políticas - voltará em breve ao Parlamento pela mão do PCP?

E no que se refere às razões internas à própria Assembleia da República?

Nesse âmbito, parece-me essencial que sejam tomadas medidas no sentido da revitalização e dignificação da actividade do Parlamento e de combate à sua governamentalização. Mais viável agora precisamente por não existir uma maioria absoluta de deputados de um só partido político. O Grupo Parlamentar do PCP apresentará em breve projectos de lei nesse sentido, que passarão, entre outros, pelo reforço dos poderes parlamentares de fiscalização da actividade do Governo, pelo aumento da eficácia e da transparência dos trabalhos da Assembleia e pelo aumento da intervenção dos Grupos Parlamentares na fixação das ordens do dia. Por exemplo, através da instituição de um debate mensal com o Primeiro-Ministro, um novo regime de perguntas ao Governo, maior eficácia nos debates de urgência, a audição de altos funcionários sem dependência de autorização do Governo ou a imposição de, simultaneamente com a votação das conclusões relativas a uma petição, serem votadas as iniciativas legislativas com elas relacionadas apresentadas pela Comissão respectiva ou por quaisquer deputados.

E quanto aos inquéritos parlamentares?

Há que alterar também o seu regime legal, e, nesse sentido, também apresentaremos um projec-

"As nossas posições serão assumidas de acordo com o que considerarmos serem os interesses dos trabalhadores, do povo e do país, e tendo sempre como objectivo juntar à derrota eleitoral da direita contribuições para a derrota da política de direita"

to de lei. Mas quero aqui fazer uma necessária chamada de atenção. Nele não faremos nenhuma exigência de uma maioria de 2/3 dos deputados para aprovação das conclusões do inquérito, diversamente do que há dias foi sugerido pelo eng. António Guterres na entrevista da TVI. E não o faremos pelo seguinte: é que isso seria dar ao PS (e ao PSD) um efectivo direito de veto. Nenhuma conclusão poderia ser aprovada contra a vontade do PS ou do PSD. Poderia ser uma solução "interessante" para um Governo e um Partido que não têm a maioria absoluta na AR... Mas seria negativo para a verdade dos factos e para a transparência da vida política e parlamentar. Sinceramente, espero que o Primeiro-Ministro indigitado se tenha equivocado sobre a posição do PS nessa matéria no novo quadro parlamentar, e que o Grupo Parlamentar socialista não venha a conceder ao PSD um direito de veto como contrapartida da garantia para o seu Governo de um seguro de impunidade...

Prioridade às matérias sociais e laborais

Falemos agora das principais prioridades e das grandes matérias que desde já estão na agenda dos deputados comunistas. A redução do horário semanal de trabalho para 40 horas - tantas vezes prometida e sempre adiada por outras forças políticas - voltará em breve ao Parlamento pela mão do PCP?

Certamente te recordarás que no final da ante-

rior sessão legislativa, em Junho passado, o Grupo Parlamentar do PCP se comprometeu a que essa seria a primeira iniciativa legislativa que apresentaria na nova Assembleia da República. E é isso o que faremos! Fundamentalmente pelo valor social intrínseco à proposta. Também pelo compromisso que então assumimos e reafirmamos durante a campanha eleitoral. E ainda porque, tendo o PS votado favoravelmente o nosso projecto de lei no passado mês de Junho, é de esperar que o volte a fazer agora e que essa antiga e justa aspiração dos trabalhadores, pela qual tanto têm lutado, seja concretizada a curto prazo.

Mas para além desse projecto de lei, o nosso Grupo Parlamentar está já a trabalhar noutros para apresentação a curto prazo. E, como sempre, os

nosso projectos de lei contemplarão múltiplos aspectos da vida nacional, com especial incidência nas matérias sociais e laborais.

É possível, ainda no quadro das iniciativas legislativas, abrir um pouco o véu quanto a outras iniciativas legislativas prioritárias e que estejam na forja do Grupo comunista?

Essa tua pergunta deixa-me numa situação um pouco incómoda. Eu explico-te porquê. É que no momento em que estamos a fazer esta entrevista, apesar de já ter havido alguma troca de opiniões, o Grupo Parlamentar ainda não tomou uma decisão definitiva sobre as primeiras iniciativas legislativas a apresentar. E quando o "Avante!" for publicado certamente que já haverá essa decisão. Por isso, vamos ver como é que me posso "desenrascar" desta situação sem me antecipar à decisão do Grupo...

Bem, é natural que tentemos conjugar as prioridades, que como calculas são muitas, com a oportunidade... Assim, e tendo em conta que se está agora a iniciar o novo ano lectivo, é de admitir que apresentemos já o nosso projecto de revogação da lei das propinas. E tendo em atenção que algumas das nossas prioridades poderão ter efeitos já no próximo Orçamento do Estado, também será de admitir atribuir prioridade à reapresentação do nosso projecto de lei que cria o Rendimento

"O Orçamento do Estado para 1996 será o grande momento da entrada do Governo do PS na "hora da verdade". É aí que muitas das promessas eleitorais do PS, em especial as de âmbito social e de justiça fiscal, terão de ser concretizadas ... ou não"

Mínimo de Subsistência ou o que garante aos cidadãos de menores recursos, e em particular aos idosos, o acesso gratuito a medicamentos para doenças crónicas e outros benefícios no âmbito da saúde. Mas pelo que te disse há pouco, não devo ir mais além neste momento ...

O Orçamento do Estado será dentro de pouco mais de dois meses um dos primeiros grandes debates que certamente permitirá aferir melhor aquelas que são as grandes opções e prioridades do Executivo. Qual seria, em linhas muito gerais, o tipo de

Orçamento que do teu ponto de vista melhor serviria os interesses do País?

Na linha do que há dias escrevi no "Avante!", julgo que o Orçamento do Estado para 1996 será o grande momento da entrada do Governo do PS na "hora da verdade". É aí que muitas das promessas eleitorais do PS, em especial as de âmbito social e de justiça fiscal, terão de ser concretizadas ... ou não. Mas também as suas orientações de política económica.

Em linhas muito gerais, diria que o que melhor serviria o País e as aspirações dos portugueses era que o próximo Orçamento do Estado fizesse um corte com as orientações dos orçamentos do PSD. Nomeadamente: melhorando a justiça fiscal pela eliminação da grande maioria dos benefícios fiscais concedidos às actividades e rendimentos financeiros, pelo combate eficaz à evasão fiscal e pela suavização do peso da tributação sobre os rendimentos do trabalho; reforçando as dotações para as funções sociais, em particular na educação, na saúde e na habitação social, e eliminando os sacos azuis; garantindo o aumento real das pensões e reformas e dos salários dos trabalhadores da função pública e implementando o rendimento mínimo de subsistência; preocupando-se fundamentalmente com o crescimento económico rápido e sustentado e com o combate ao desemprego, e não com o +1 ou -1 ponto percentual do défice relativamente ao PIB.

Quais vão ser, previsivelmente, em teu entender, os grandes debates e batalhas políticas desta Legislatura?

Bem, em relação à Legislatura não me pronuncio, pois é arriscado fazer previsões destas a longo prazo. Mas em relação à próxima sessão legislativa, julgo que os grandes debates e batalhas políticas se centrarão em torno das orientações da política económica que o Governo venha a concretizar, da prioridade efectivamente concedida ou não às funções sociais do Estado, das políticas laboral e de rendimentos, da revisão do Tratado da União Europeia e de uma eventual revisão da Constituição. Isto é, as grandes batalhas e debates políticos verificar-se-ão em torno dos aspectos essenciais que determinam o prosseguimento ou a alteração da política de direita.

Pela sua defesa da qualidade ambiental

Constância distinguida com o Prémio Nacional do Ambiente

Com a entrada em funcionamento de um emissário submerso, que faz a ligação através do Tejo das águas residuais da vila à Estação de Tratamento da Companhia de Celulose do Caima, localizada na margem sul do rio, os esgotos domésticos de Constância deixaram, desde o final da semana transacta, de ser descarregados directamente no rio Tejo. Por esta obra, mas acima de tudo pelo seu trabalho consequente em defesa da qualidade ambiental, Constância foi distinguida com o Prémio Nacional do Ambiente.

O emissário submerso possui uma extensão de 300 metros e uma profundidade de três metros no leito do rio Tejo, e por ele passarão também a ser drenados os esgotos industriais que serão tratados em conjunto com os domésticos.

O tratamento das águas residuais insere-se no "Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e Zêzere", desenvolvido pela Câmara Municipal de Constância em colaboração com o Ministério

do Ambiente e Recursos Naturais. Financiado pelo Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo, o Plano desenvolve-se desde Fevereiro passado e termina em Outubro de 1996, estando o seu custo orçado em 320 mil contos.

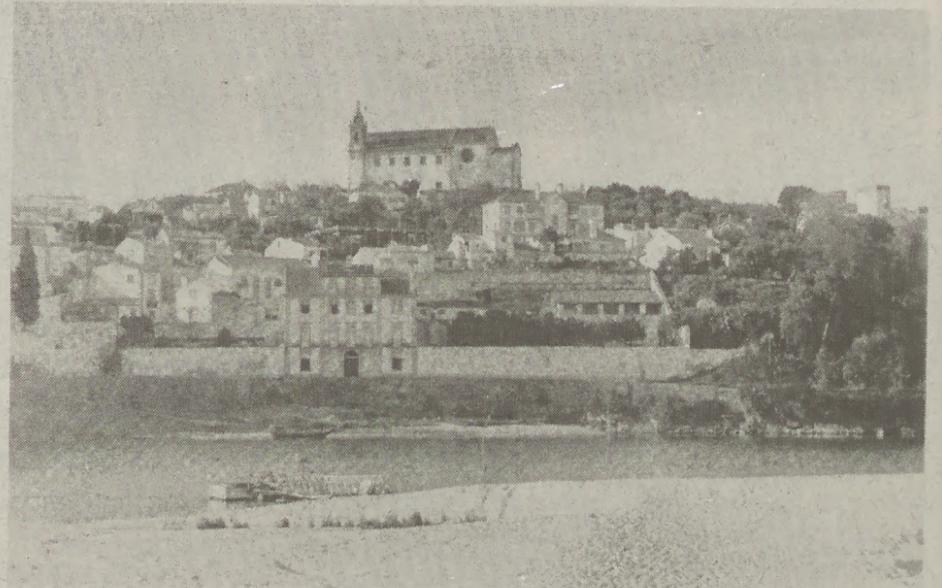
Para além das obras de despoluição da vila, o Plano abrange ainda a elaboração de projectos de consolidação e recuperação das margens dos rios Zêzere e Tejo, a construção de um açude e a cria-

ção de uma praia fluvial no rio Zêzere.

Em declarações à agência Lusa, o presidente do Município, António Mendes, considerou o Plano "como um factor de promoção supramunicipal para a região pela resposta que dará à procura de um número crescente de turistas nacionais e estrangeiros, atraídos pela beleza paisagística da região, ainda por explorar".

Prémio Nacional de Ambiente

Constância foi entretanto distinguida com o Prémio Nacional do Ambiente, por ter sido a autarquia que mais se esforçou pela qualidade ambiental. Instituído pelo Crédito Predial Português (CPP), o prémio foi entregue sexta-feira passada numa cerimónia a que assistiram o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, e Octávio Teixeira,



Presidente do Grupo Parlamentar comunista.

A atribuição do primeiro prémio ao "Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e Zêzere em Constância" visou destacar, segundo Alípio Dias, do CPP, "o

projecto com maior mérito ambiental".

António Mendes, presidente da Câmara Municipal de Constância, eleito pela CDU, considerou que "a distinção vem recompensar o esforço primordial promovido

pela autarquia quanto à situação das cheias e ao encaminhamento dos esgotos domésticos".

As autarquias da Moita e de Castelo Branco receberam ambas uma menção honrosa do Prémio Nacional de Ambiente.

Propinas no Superior

Federação do Porto quer revogação e não suspensão

A Federação Académica do Porto (FAP) defendeu a revogação da lei das propinas como condição para "a instauração de um clima de confiança entre os agentes de educação, nomeadamente entre o Ministério e os estudantes do Ensino Secundário".

Em conferência de imprensa, realizada faz hoje oito dias, Fernando Medina, presidente da FAP, considerou "inaceitável" que se perpetue e amplie a actual situação de total confusão legal, uma vez que não fará sentido a suspensão dos actuais diplomas com a introdução de um novo.

"A pacificação das universidades, imprescindível para a resolução dos gravíssimos problemas do sector, não se fará através de meros artifícios", sublinhou Fernando Medina, antes de referir que "ao contrário do que foi vinculado por uma notícia recente

não se pode esperar que tudo se resolva com uma redução do montante".

"O Governo terá de assumir com clareza e de uma forma aberta a sua posição nesta e noutras matérias, arcando com as responsabilidades políticas das opções feitas",



frisou aquele dirigente estudantil, que disse ainda "esperar um franco e aberto processo de diálogo entre o novo ministro da Educação e as associações de estudantes".

"Nos últimos dias têm surgido diversos cenários que partem da suspensão das leis e da criação de

uma propina (taxa) única, tais cenários, por vezes ambíguos e contraditórios, não foram desmentidos ou esclarecidos pelos futuros responsáveis do País, nomeadamente pelos futuros primeiro-ministro, ministro e secretário de Estado da Educação", sublinhou o dirigente

associativo. De acordo com o presidente da FAP, por muito que se queira fugir ao nome, uma "taxa de frequência do Ensino Superior" designa-se por propina, acrescentando que "com a introdução da taxa, a que se somam as duas leis entretanto suspensas, ficaríamos com três leis de propinas, podendo-se a qualquer momento activar qualquer uma delas consoante o clima político".

Fernando Medina disse ainda esperar que "os erros do passado não se repitam e que não se desperdicem as óptimas condições que parecem criadas para tornar definitivamente a Educação em Portugal uma prioridade, possibilitando que se comece verdadeiramente a trabalhar na resolução dos graves problemas que atingem o Ensino Superior".

Em Alcácer do Sal

Piscina para alunos do ensino básico

A Câmara Municipal de Alcácer do Sal anunciou a construção de uma piscina coberta de aprendizagem e apoio à escola de ensino básico local. A construção da piscina, que deverá estar concluída no princípio de 1997, foi alvo de um contrato-programa celebrado entre a autarquia, o Instituto do Desporto e a Direcção Regional de Educação do Alentejo.

O novo equipamento, orçado em 100 mil contos, terá 10 por 17 metros e suportará, em simultâneo, a utilização por 85 pessoas. De acordo com o contrato-programa, a piscina será utilizada prioritariamente pelas escolas do concelho, mas destina-se também às necessidades da comunidade local.

O município de Alcácer do Sal candidatou também aos Fundos Comunitários um equipamento idêntico a construir na vila do Torão.

Lançamento em Bragança

«Cuba Uma Ilha de Paz»

"Cuba - Uma Ilha de Paz", assim se chama o livro de Leandro Vale, cujo lançamento teve lugar no passado dia 20, no Centro Cultural de Bragança, com a presença de mais de meia centena de pessoas, entre as quais o Embaixador de Cuba em Lisboa, Germano Blanco Pujol.

Com um vida inteira dedicada ao teatro, Leandro Vale fundou em 1980, com Helena Vidal e Inês Palma, em Bragança - cidade onde vive - o Teatro Movimento.

Falando da obra e do seu autor, que é membro da comissão concelhia de Bragança do PCP, o director da revista "Amigos de Bragança", Fernando Calado, refere que o exercício de leitura que agora nos é proposto traz a "revelação duma ilha de Paz, onde a paz é possível e a fraternidade entre os homens tem a grandeza da emoção que se adivinha na fluência cristalina da crónica de viagens do Leandro".

Para Fernando Calado, "Cuba, uma Ilha de Paz", é, ainda, "sem dúvida, um livro fabuloso que Leandro Vale, como homem de teatro e das emoções, escreveu para nosso conforto, na impossibilidade de fazermos uma viagem ímpar ao encontro dum país preocupado em desenvolver a sua agricultura, em promover estratégias de desenvolvimento económico, em produzir medicamentos únicos, em dignificar o tratamento dos doentes mentais no Hospital Psiquiátrico Nacional, promovendo o progresso adiado perante a indiferença chocante dos povos ricos e esbanjadores de dinheiro e do suor humano".



Em causa proposta da Comissão Europeia CNA contra "roubo" de 200 mil toneladas de tomate

A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) alertou para os riscos que comporta a proposta da Comissão Europeia no sentido da redução de 200 mil toneladas de produção de tomate para a indústria (o que equivale a 20 por cento da quota portuguesa) e reclamou do Governo uma posição de inequívoca recusa face ao que classifica de verdadeiro "roubo" que, a concretizar-se, representará um prejuízo só para o sector agrícola na ordem dos quatro milhões de contos.

Preocupada com as consequências económicas e sociais desta proposta da Comissão Europeia, a CNA lembra que elas, para além dos valores referidos, não deixarão igualmente de se fazer sentir no plano económico e social, sublinhando a este respeito que uma tal redução vai afectar e comprometer uma média de 1400 explorações

agrícolas (cerca de 40 por cento do total) que ocupam os cerca de 4000 hectares de área de regadio que não será utilizada e cuja reconversão não é fácil de fazer.

"Só na apanha do tomate, o valor da mão-de-obra comprometida é na ordem dos 700 mil", assinala a CNA em comunicado subscrito pela sua direcção, onde acrescenta que o "valor da maquinaria desperdiçada (subutilizada) atingirá mais de 800 mil contos".

Implicações negativas de uma tal medida, do seu ponto de vista, são ainda as que se relacionam com um acréscimo de problemas no pagamento dos compromissos assumidos pelos agricultores que se equiparam e especializaram - e por isso se endividaram - para esta produção, bem como na fuga aos investimentos produtivos neste subsector e nas consequências ao nível da indústria transformadora.

Para a CNA, esta alteração não pode deixar de ser encarada

simultaneamente como "um perigoso precedente nas negociações com a União Europeia", citando a propósito o caso do sector leiteiro. "Este «novo» sistema de transferência das quotas de uns países para outros tenderá sempre a favorecer os maiores produtores comunitários e para continuar a sangrar os mais fracos, o que é extremamente injusto", conclui a Confederação que afirma estar já no terreno para "esclarecer os agricultores para fazer frente a esta ameaça".



Bairros administrados pelo Governo Civil de Lisboa Pontinha exige medidas de emergência

A Junta de Freguesia da Pontinha, pela voz do seu presidente, Maria de Fátima Amaral, exigiu medidas de emergência para dois bairros sociais, administrados pelo Governo Civil de Lisboa, e denunciou a existência de casos de moradores que foram desalojados por "comportamento imoral".

A autarca afirmou, concretamente, ter conhecimento de dois casos de residentes que foram expulsos de sua casa com base num regulamento com mais de vinte anos que considera "uma aberração".

Os bairros em causa - Urmeira e Mário Madeira - localizados na Pontinha, concelho de Loures, foram construídos nos anos 40 para alojar famílias desfavorecidas e funcionários públicos. Hoje, constituem uma população de cerca de sete mil pessoas que pagam uma taxa social fixa.

De acordo com a presidente da Junta de Freguesia da Pontinha, em declarações à Lusa, os bairros em causa passaram em 1991, por decreto-lei, a ser administrados pelo Governo Civil de Lisboa, com um "estatuto especial e um regulamento" que confere àquela entidade "poder total sobre a vida das pessoas".

"As casas foram atribuídas a título provisório, mas, em 1987, um edital publicado pela Assembleia Distrital de Lisboa possibilitou a venda das habitações aos residentes que o desejassem", disse a autarca.

Segundo Maria de Fátima Amaral, apenas escassas centenas de pessoas conseguiram a

escritura da casa que compraram, havendo ainda "900 pessoas, que já pagaram a casa, ficaram apenas com o contrato-promessa e nunca lhes foi feita escritura".

Quanto aos casos de expulsão por "comportamento imoral", a presidente da Junta tem conhecimento de um casal a quem foi retirada a casa por viverem apenas em união de facto. Além deste, há o caso de um indivíduo a quem foi retirada a casa "porque se encontra preso".

Por outro lado, a autarca afirma que estes bairros "foram construídos clandestinamente pelo Estado, na altura, e, até hoje, a sua situação nunca foi regularizada, com o devido licenciamento feito pela câmara".

A autarca acusa o vice-governador Civil de Lisboa de "nunca ter dialogado ou permitido qualquer cedência relativamente a este regulamento que é totalmente inconstitucional".

Perante esta situação, a presidente da Junta de Freguesia da Pontinha decidiu elaborar uma lista de "medidas de emergência" a tomar em relação aos bairros em causa. Além da anulação do regulamento, a responsável exige a conclusão do processo de venda das casas, o realojamento prioritário de famílias que se encontram em casas pré-fabricadas e a redefinição dos critérios de atribuição das casas e que as urbanizações sejam "devidamente legalizadas".

Outra exigência da Junta de Freguesia prende-se com o Pinhal da Paiã, que, no seu

entender, deve ser cedido ao município de Loures para "que seja possível a sua reflorestação e preservação, dado que constitui a maior área verde da zona ocidental do concelho".

O documento com as "medidas de emergência" foi enviado recentemente ao Governo Civil de Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, Assembleia e Câmara Municipal de Loures.

Em Famalicão Agricultores contra traçado do gasoduto

Agricultores concentraram-se no final da semana transacta na Quinta do Juncal, em Famalicão, em protesto contra a alteração do traçado do gasoduto e a consequente "invasão ilegal" dos seus terrenos.

Em causa está uma modificação no traçado que, de acordo com Orlando Gonçalves, da Federação das Associações de Agricultores de Entre-Douro e Minho (FANORTE), visa "favorecer alguém, designadamente os proprietários de uma grande fábrica existente nas proximidades".

Aquele dirigente associativo referiu, concretamente, em declarações à agência Lusa, que "os proprietários dessa empresa, que devem ser pessoas influentes, conseguiram mover-se para defender os seus terrenos em detrimento de cerca de 30 agricultores, que nem sequer foram ouvidos e muito menos aceitam tal situação".

De acordo com o responsável da FANORTE,

"houve também interferência da Brisa, que, com um simples ofício, conseguiu que a Transgás afastasse, alguns quilómetros, o gasoduto da auto-estrada Porto/Braga".

Segundo Orlando Gonçalves, foram já entregues no Tribunal alguns pedidos de embargo das obras, devendo a decisão ser conhecida no decorrer da semana em curso.

Depois desta manifestação, que juntou mais de uma centena de agricultores e despertou reacções de apoio e solidariedade na região, aquela organização representativa dos homens do campo afirma "acreditar na justiça portuguesa" e, por isso, diz "aguardar a decisão dos tribunais". Peremptório, Orlando Gonçalves garante, todavia, que "se a lei não for cumprida e os direitos dos agricultores não forem salvaguardados, então tomaremos as nossas medidas", adiantando que "se a Transgás não parar, nós também não desistiremos".

Surdos querem ver reconhecida língua gestual

A Associação Portuguesa de Surdos (APS) considerou "urgente que a língua gestual seja reconhecida" em Portugal, para facilitar a comunicação dos cegos e resolver os seus problemas de aprendizagem e formação. No decorrer de um "Forum" de discussão recentemente realizado no âmbito das comemorações do 37º aniversário da APS e do Dia Mundial dos Surdos, a questão do reconhecimento pelo Estado da linguagem gestual foi considerado como a principal preocupação actual dos cegos portugueses.

"Apesar de terem sido já publicados dois fascículos de um dicionário gestual e uma gramática, falta ainda que a língua gestual seja reconhecida oficialmente, pois é a única forma de comunicação viável para a comunidade surda", referiu a propósito, em declarações à Agência Lusa, o vice-presidente da APS.

Na opinião deste dirigente, faltam em Portugal, a nível do ensino secundário e universitário, escolas especiais para os surdos, sendo estes alunos integrados em turmas normais e fazendo o seu processo de aprendizagem apenas pela leitura labial.

No ensino secundário são integrados dois a três surdos em turmas normais e só têm tradução na disciplina de tecnologia, o que origina um esforço muito grande por parte desses alunos e um consequente desinteresse pela escola, acrescentou o vice-presidente da APS, que reconhece a existência de uma marginalização a este nível, porquanto, observou, "esta comunidade é uma minoria linguística e a maior parte das pessoas olha para os surdos como sendo deficientes mentais".

O vice-presidente da APS adiantou que as dificuldades dos surdos no ensino se vão reflectir depois no acesso ao emprego, onde têm que desempenhar funções que carecem de um mínimo de estudos.

O dirigente da APS acrescentou que a comunidade não está sensibilizada para este problema e citou o exemplo da recente campanha eleitoral, explicando que ninguém se lembrou de fazer uma tradução gestual para os surdos dos tempos de antena e dos debates, apesar de eles serem votantes.

A marginalização dos surdos, ainda segundo aquele dirigente, também se faz sentir no mercado de emprego, onde são considerados inferiores às pessoas ouvintes. Para resolver este problema, a APS considera que o Estado deveria organizar um esquema que permitisse aos surdos fazerem um estágio nas empresas para demonstrarem que são capazes de desempenhar qualquer função.

A nível desportivo, o apelo da APS vai no sentido de que lhes seja concedido um espaço para construir um pavilhão, pois já demonstraram que os seus atletas são capazes, tendo alguns conseguido até conquistar medalhas em campeonatos internacionais.

No âmbito das comemorações do seu 37º aniversário e do Dia Mundial do Surdo, a APS promove no próximo dia 28 um Simpósio subordinado aos temas "As Questões dos Implantes Cocleares" e "Os Surdos do Passado, Presente e Futuro - o que ser?".

As comemorações terminam no próximo Domingo (dia 29), com a cerimónia de encerramento do 1º Festival de Surdos, constituída por actividades culturais, nomeadamente, teatro e folclore.

AO DIÁLOGO

A «esperança de que uma nova política seja instaurada nas instituições, resultando no diálogo e na resolução das reivindicações dos trabalhadores da Administração Local», foi manifestada pela Direcção Nacional do STAL, que reuniu na semana passada para analisar a situação social e a acção reivindicativa após as eleições de 1 de Outubro.

Congratulando-se pela «pesada derrota do Governo PSD/Cavaco Silva e da política por este desenvolvida» - resultado para o qual «os trabalhadores da Administração Local, com a sua luta e intervenção em defesa das suas legítimas reivindicações, deram um contributo importante» -, o STAL aponta cinco questões que exigem **resolução imediata**: 1 - aumento salarial intercalar, «tendo em conta que António Guterres defendeu ser justo aumentos salariais para 1995 na ordem dos 6 por cento»; 2 - fim dos *recibos verdes* em tarefas permanentes; 3 - reposição da legalidade no que respeita ao salário mínimo da Administração Pública (inferior ao mínimo nacional); 4 - integração do adicional de 2 por cento nos valores da tabela salarial; 5 - regulamentação e cumprimento das matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho e do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, há mais de 6 anos contempladas em decreto-lei.

O STAL pretende ainda que seja no imediato **calendarizada a negociação** sobre outros quatro problemas: segurança de emprego e valorização da carreira pública ao serviço das populações; reestruturação e valorização das carreiras profissionais; regalias sociais, aposentação e direitos dos trabalhadores; e negociação colectiva na Administração Pública. A direcção do sindicato manifestou ao futuro Governo a sua «inteira disponibilidade para o diálogo e negociação» com vista ao tratamento das questões contidas na carta reivindicativa dos trabalhadores das autarquias, que antes das eleições apresentou a todas as forças políticas.

DESCANSO SEMANAL

Nos sectores do comércio e serviços aumenta o desrespeito pelo direito dos trabalhadores aos dias de descanso semanal, denuncia a FEP-CES. Num comunicado que distribuiu na passada segunda-feira, após a sua primeira reunião após as eleições legislativas, a direcção da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços afirma que «o novo Governo tem sobre os seus ombros a responsabilidade de concretizar as medidas de política que concretizem a mudança e dêem justa satisfação às legítimas expectativas dos trabalhadores e da população».

Verificando que os problemas dos trabalhadores do ramo de actividade que representa «mantém-se e agravam-se», a federação declara-se «disponível para dialogar com o Governo na procura de soluções». Além de diversas medidas reclamadas pelo movimento sindical unitário (combate aos despedimentos e ao desemprego, aumento do emprego e do poder de compra dos trabalhadores e reformados, semana máxima legal de 40 horas de trabalho, garantia de direitos laborais e sociais, etc.), a direcção da FEP-CES considera que «a legislação publicada a restringir a abertura das grandes superfícies ao domingo nada resolveu e ainda criou novos problemas, pelo que se exige nova lei, que imponha o encerramento do comércio ao domingo, em conformidade com o parecer aprovado no Conselho Económico e Social».

Também foram analisadas as consequências dos resultados eleitorais pelos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul. Reunidos na semana passada em Setúbal, os dirigentes do CES/Sul aprovaram uma resolução em que sublinham que «só a luta poderá garantir que as promessas eleitorais serão transformadas em medidas de política económica e social favoráveis aos trabalhadores», ao mesmo tempo

que «poderá prevenir eventuais medidas legislativas, já reclamadas pelo patronato, de flexibilização e liberalização de horários e de facilitação dos despedimentos».

CONFERÊNCIA DA JUVENTUDE

No próximo sábado, tem lugar em Beja um encontro preparatório da Conferência Sindical da CGTP sobre a juventude trabalhadora, agendada para dia 25 de Novembro. Promovido por iniciativa do Secretariado Inter-Regional do Alentejo da Intersindical Nacional, o encontro deverá contar com a participação de Américo Nunes e Rui Paixão, da Comissão Executiva da central, Rogério Silva e Armando Oliveira, da Direcção Nacional da Interjuvem, e cerca de 80 quadros sindicais e jovens desempregados a frequentarem acções de formação profissional.

ILEGALIDADES NA EX-TDP

A administração da Portugal Telecom vai ser autuada pela Inspecção do Trabalho de Lisboa, que na semana passada visitou o Centro Emissor de Monsanto e ali constatou a existência de ilegalidades - revelou o Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual. O STT solicitou a intervenção dos inspectores porque, confrontada com a prolongada e muito participada greve que ali decorre para obrigar a empresa a remunerar os trabalhadores pelos valores legais estipulados no AE/TDP, a administração da Portugal Telecom decidiu substituir os grevistas por pessoal não pertencente ao sector.

TÉCNICOS DE CONTAS

A publicação oficial do Estatuto do técnico de contas, na semana passada, veio causar séria inquietação entre os milhares de profissionais do sector, que se reflectiu em algumas declarações públicas, nomeadamente de dirigentes da APOTEC. Poucos dias antes, a Associação havia promovido reuniões em Lisboa, Porto e Leiria, alertando para as consequências de algumas disposições do diploma em preparação; ainda era aguardada, então, a posição do Presidente da República, que acabou por não exercer o direito de veto.

A Associação Portuguesa dos Técnicos de Contas foi excluída da organização do 1º Congresso da classe, marcado para este fim-de-semana, e em cuja comissão de honra figura o futuro ministro das Finanças. Segundo o Estatuto, todos os profissionais deverão ficar inscritos numa única associação, cuja comissão instaladora deverá ser nomeada pelo Ministério de Sousa Franco. A organização do Congresso foi entregue à Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, que se manifesta claramente favorável ao Estatuto aprovado pelo Governo da *velha maioria*.

25 ANOS

Decorre hoje na sede da CGTP-IN um debate sobre a participação e a luta das mulheres no movimento sindical, desde a fundação da Intersindical Nacional até aos nossos dias. Segundo o Departamento de Informação da central, participam na iniciativa algumas trabalhadoras que estiveram envolvidas na criação da *Inter* e deverá ser apresentado um levantamento sobre a evolução da situação das mulheres no trabalho e na sociedade.

Também no quadro das comemorações do 25º aniversário da central, a delegação sindical de Vila Franca de Xira anunciou que Carvalho da Silva ia visitar ontem a Ford Lusitana e estará segunda-feira na Opel Portugal, enquanto José Ernesto Cartaxo estará terça-feira na Hoesch Impormol.

CGTP enche Pavilhão Carlos «Esperamos sinais

Carvalho da Silva reafirma reivindicações contidas na «Plataforma para uma nova política económica e social»

Sindicalistas e trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal encheram as bancadas do Pavilhão Carlos Lopes, na passada sexta-feira, para festejar o 25º aniversário da fundação da Intersindical Nacional e deixar clara a firme disposição de continuar a luta «iniciada muito antes do 25 de Abril contra o fascismo e pelas liberdades, continuada na materialização dos ideais de Abril e na construção do Estado democrático, desenvolvida na defesa dos direitos e conquistas que corpo-

rizam o nosso regime democrático-constitucional e que se projecta no futuro com uma perspectiva de construção de uma sociedade com valores que dignifiquem o homem e satisfaça as suas necessidades económicas, sociais e culturais, e tendo como fim último pôr termo à exploração do homem pelo homem» - como lembrou o coordenador da CGTP-IN.

Antes da intervenção como dirigente sindical, Manuel Carvalho da Silva subiu ao palco como *caloiro* do Instituto

Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. A Tuna Académica do ISCTE, que actuou na primeira parte da festa, fez questão de tratar logo ali de *praxar* o novo colega, admitindo que, depois de cantar de joelhos o «zumba prá frente, zumba pra trás...» ele talvez se livrasse de outros tormentos lá na escola. O ambiente efusivamente festivo - as já crónicas dificuldades sonoras da sala foram compensadas pela alegre e generosa participação do público - passou da



Por exploração de trabalho infantil Sindicatos exigem à Comissão Europeia suspensão dos benefícios ao Paquistão

A Confederação Europeia de Sindicatos e o Comité Sindical Europeu dos Têxteis, Vestuário e Calçado apresentaram em Bruxelas um *dossier* «sobre a prática de trabalho escravo no Paquistão, nomeadamente a exploração de trabalho infantil de milhões de crianças», exigindo da Comissão Europeia a suspensão da aplicação àquele país dos Sistemas de Preferências Generalizadas, de que actualmente beneficia nas exportações para a União Europeia, particularmente de artigos têxteis, vestuário e calçado.

A informação foi divulgada pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, filiada naque-

le Comité. Numa nota divulgada à comunicação social na semana passada, a Fetese adianta que no *dossier* entregue à Comissão Europeia são citados «diversos relatórios de organizações e instituições internacionais», como a OIT e a Unicef, que relatam «situações de crianças com idades desde os 4 aos 12 anos, que trabalham 12 horas por dia em 7 dias da semana, ganhando 1 dólar por dia, ao serviço das grandes empresas multinacionais instaladas naquele país, nas empresas paquistanesas e no trabalho ao domicílio».

Segundo dados da organização sindical do Paquistão, «só nos têxteis, vestuário e calçado, pensa-se que são exploradas 5 milhões de crianças», refere a

Fetese, salientando que «é urgente pôr fim a esta situação inumana e humilhante, utilizada em benefício duns poucos e dos grupos multinacionais que tudo violam e sacrificam em favor da sacrossanta competitividade».

O Comité de Gestão das Preferências Generalizadas, composto por representantes dos estados membros e da Comissão Europeia, tratou este problema na sua reunião de 20 de Setembro; na altura, Espanha, Portugal, Grécia, França e Bélgica pronunciaram-se pela abertura imediata de um inquérito, enquanto os países do Norte se socorreram de diversos pretextos para adiar uma tomada de posição. A Fetese recorda que

Carlos Lopes comemorando 25 anos com os trabalhadores concretos de mudança»



Tuna para os Meninos da Avó, que fecharam a noite.

Cavaco já fez mal que chegue

Uma sonora e prolongada assobiadela sublinhou a afirmação do coordenador da CGTP, quando disse que «a candidatura de Cavaco Silva à Presidência da República só pode merecer o firme repúdio e a oposição dos trabalhadores». Assobiadela «bem merecida», comentou Carvalho da Silva, já que «os dez anos de governo de Cavaco Silva agravaram a situação do País e acentuaram os problemas sociais»:

- «Aumentou a dependência nacional e a subordinação aos interesses do grande capital e, em particular, do capital internacional.»

- «A privatização de empresas estratégicas, as pseudo-reestruturações, a destruição

do aparelho produtivo, da agricultura e das pescas, o aumento do desemprego e a crescente precarização do emprego, a ofensiva contra os direitos sociais e laborais dos trabalhadores e, em particular, contra o exercício da contratação colectiva foram factores que determinaram a degradação das relações de trabalho, o aumento da exploração de mão-de-obra, o enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores, a instabilidade do emprego, a insegurança social e, em última análise, fragilizaram aspectos essenciais da vida democrática.»

- «A ofensiva contra os direitos sociais em áreas como a Educação, a Segurança Social e a Saúde, com a política de desresponsabilização do Estado e as negociatas em torno das necessidades básicas da população agravaram os problemas sociais.»

- «Comprometeu-se o futuro dos jovens que, na sua grande maioria, não encontraram emprego compatível com a formação adquirida ou tiveram de trabalhar em situação precária e, muitas vezes, sem a garantia dos seus direitos.»

Prioritário mudar

Por contraponto, afirmado na luta dos trabalhadores contra a política da direita e sublinhado com o «voto inequívoco pela mudança» expresso pelos portugueses a 1 de Outubro, a CGTP defende «uma mudança capaz de promover o progresso e a justiça social e de dar respostas concretas às reivindicações mais prementes dos trabalhadores.»

Carvalho da Silva afirmou que «os trabalhadores esperam sinais concretos de mudança», lembrando que na «Plataforma para uma nova política económica e social» a Inter aponta um conjunto de

reivindicações «prioritárias e fundamentais para corrigir as graves consequências das políticas de direita».

O coordenador da CGTP enumerou os «sinais concretos de mudança» esperados pela central e os trabalhadores:

- **aumento dos salários reais** (aumento médio de 8 por cento, aumento de 5 mil escudos para o salário mínimo), **melhoria das pensões de reforma** (aumento de 4 mil escudos para a pensão mínima do regime geral), estabelecimento do **rendimento mínimo nacional** e fixação imediata das **40 horas semanais** como limite legal da duração do trabalho;

- medidas para garantir o efectivo exercício dos **direitos dos trabalhadores** e também para evitar o **encerramento e falência de empresas** e a **destruição de postos de trabalho**;

- uma **política de desenvolvimento económico criadora de emprego** e uma aposta estratégica na **educação e formação profissional**;

- **urgente reforma do sistema fiscal**, de forma a corrigir as desigualdades sociais;

- uma política apontada ao **reforço da Segurança Social**, que ponha termo à privatiza-

Saudação do PCP

No comício-festa do Pavilhão Carlos Lopes foi lida, e fortemente aplaudida, a saudação enviada pelo Secretariado do CC do PCP à Comissão Executiva da CGTP-IN, cujo texto aqui reproduzimos:

«O PCP saúda a CGTP-IN pela passagem do seu 25º Aniversário e por seu intermédio todos os Sindicatos que a integram e os trabalhadores portugueses.

A luta heróica dos trabalhadores e das massas populares pela liberdade e progresso social travada ao longo destes últimos 25 anos da vida nacional, é inseparável da organização, do prestígio, da influência e da acção de princípio desenvolvida pela CGTP-IN e todo o Movimento Sindical Unitário.

Este património, a sua identificação com os direitos e aspirações dos trabalhadores, a sua inestimável contribuição para uma política democrática, de progresso e justiça social alicerça o seu prestígio e o seu futuro.

Que viva a CGTP-IN!»

ção da Saúde e melhore a sua gestão, que combata a sinistralidade laboral;

- uma política de aproveitamento dos **recursos nacionais** e um **sector público** que contribua para regular e dinamizar a economia;

- erradicar a **corrupção**, o compadrio e o clientelismo;

- promover a reforma da **justiça**, em especial da justiça do trabalho.

Entretanto, «os patrões parecem não querer entender que foi este o sentido da mudança nas eleições de 1 de Outubro e ressuscitam velhas receitas de desregulamentação e intensificação da exploração do trabalho», alertou Carvalho da Silva, realçando que «estas propostas patronais não são, seguramente, um contributo sério para o Portugal do futuro».

Prendas e saudações

Estela Novais, actriz que desempenhou o papel de apresentadora do comício-festa da CGTP, deu público conhecimento de dezenas de mensagens enviadas à CGTP-IN, felicitando a central pela passagem do seu 25º aniversário. Leu, entre outras, a do Presidente da República - que dirigiu as suas «sinceras felicitações» à Inter sindical «num momento em que os trabalhadores conhecem tantas dificuldades e o desemprego sobe, bem como a pobreza e a marginalização» -, a do Secretariado do CC do PCP - que foi a mais aplaudida de todas - e também do executivo da CM do Porto, da presidente da CM de Sintra, do secretário-geral da UDP, de fundadores da Intersindical. As saudações vieram também

de diversas estruturas do movimento sindical unitário, de comissões de trabalhadores e da CIL, de outras autarquias, do colectivo de trabalhadores da CGTP.

Da parte de vários sindicatos e estruturas de trabalhadores em empresas foram entregues prendas de aniversário à CGTP. Foi nesta ocasião que João Silva, dos Metalúrgicos de Lisboa, explicou que a entrega de uma fotografia da fachada do prédio nº 158 da Rua dos Douradores, na baixa lisboeta, assinalava a aquisição do imóvel pelas federações e sindicatos da Metalurgia, Indústrias Eléctricas, Química e Cerâmica, que em breve passarão a ter ali as suas instalações.



Muitos sindicatos e estruturas representativas dos trabalhadores de dezenas de empresas entregaram à CGTP prendas de aniversário

Europeia quistão

uma nova reunião deve realizar-se ainda em Outubro e manifesta a esperança de que se tome «uma decisão que seja um contributo para a erradicação daquelas chagas sociais».

Para debater este assunto, a Fetese anunciou que vai pedir uma entrevista ao novo secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Greve em Arouca

A greve dos cerca de 95 trabalhadores da empresa de calçado Anlepi, em Arouca, registou-se segunda-feira uma adesão total, disse à Lusa fonte do sindicato do sector dos distritos de Aveiro e Coimbra.

Os trabalhadores da Anlepi decidiram, em plenário, continuar a greve iniciada dia 23, de forma a obrigar a administração a pagar os salários em atraso, do mês de Setembro, e metade do subsídio de férias.

Os operários decidiram também manter o piquete à porta da fábrica, com o objectivo de impedir a saída de mais máquinas, matérias-primas e calçado. Este piquete tem permanecido junto às instalações da empresa desde 14 de Outubro, dia em que os trabalhadores se aperceberam que estavam a ser retirados da fábrica equipamentos, calçado e matérias-primas.

Os trabalhadores deviam voltar a reunir-se anteontem em plenário para analisar a situação.

Plenário sindical aponta propostas e reclamações para a CP

É urgente a resolução dos problemas no sector ferroviário

Dirigentes e delegados sindicais ferroviários, num plenário organizado na semana passada pela federação do sector (FSTFP/CGTP), concluíram que é urgente a resolução dos problemas políticos, económicos e sociais nesta área, afirmando que «a CP, os utentes e os trabalhadores estão a pagar um preço elevadíssimo pelos erros cometidos nos últimos dez anos de sucessivas administrações nomeadas pelo PSD».

«A recente campanha publicitária sobre os novos horários, totalmente paga pela CP, é absolutamente inaceitável face à gravíssima situação financeira da empresa, com prejuízos anuais na ordem dos 50 milhões de contos e prejuízos acumulados desde 1988 que ultrapassam os 300 milhões de contos», afirma-se no documento apresentado pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses em conferência de imprensa realizada no dia 18. Esta situação de crise dá-se depois do chamado *plano de modernização*, que levou ao encerramento de mais de mil quilómetros de via e de cerca de 200 estações, à redução de 7 mil postos de trabalho, à diminuição do número de passageiros de 241 milhões para 208 e ao desmembramento da CP em 14 empresas.

Registe-se ainda que a anunciada pontualidade é uma mera ilusão e os benefícios dos novos horários foram exagerados pela

publicidade, uma vez que o aumento do número de comboios nem sempre corresponde à melhoria dos serviços, como é o caso das estações intermédias das zonas suburbanas da Linha do Norte e das regiões entre o Porto, Coimbra e Lisboa.

Os ferroviários consideram que esta situação é agravada pela contínua degradação do material circulante, facto que surge com o não cumprimento do plano de reparações pela EMEF, SA. «Devido a um conjunto de medidas de gestão, actualmente nesta empresa não existem stocks de material e em algumas oficinas são os vagões imobilizados que servem de armazém de material», explicam.

O actual conflito laboral, com a fuga da administração à negociação do Regulamento de Carreiras, é outro dos problemas com que a empresa se debate. Contrariando o compromisso que assumiu no passado dia 3 de Julho, a administração pretende



Dez anos de administrações e governos do PSD estão a custar um preço elevado à CP, aos utentes e aos trabalhadores (foto de arquivo)

que a federação assine um acordo subscrito por uma micro-organização representativa de uma ínfima minoria de trabalhadores, e que retira direitos adquiridos pelos ferroviários.

No plenário de dia 18 foi denunciado que «o desmembramento da CP não contribuiu para a melhoria significativa do serviço prestado, mas, com ele, os lugares de gestão aumentaram de 7 para 40». Por outro lado, na Soflusa, a empresa que explora as carreiras fluviais da CP, ocorreu uma subida significativa de trabalhadores com contratos a prazo, que

hoje atinge cerca de 30 por cento dos efectivos.

Os dirigentes sindicais apontam mais uma vez o dedo à administração, acusando-a de causar milhares de contos de prejuízo: «Com a pressa de inaugurar o terminal rodo-ferrofluvial do Barreiro, não foram criadas medidas de controlo de passageiros, pelo que qualquer pessoa pode viajar sem bilhete. Também a completa desarticulação entre os horários dos comboios e dos barcos está a penalizar os utentes, levando-os a abandonar o transporte ferroviário».

Exige-se uma nova política

As promessas eleitorais do novo Governo devem ser cumpridas, de forma a conduzir à efectiva modernização, à melhoria do serviço social prestado à população, à manutenção de um centro de decisão único nas empresas, à recuperação dos postos de trabalho e à melhoria das condições de vida e de trabalho dos ferroviários. É esta política que a federação vai reclamar do novo primeiro-ministro, atra-

vés de uma exposição que lhe será entregue no dia em que tomar posse.

As reivindicações dos trabalhadores passam pelo aumento dos salários, de forma a recuperar o poder de compra perdido nos últimos anos e tendo em conta a aproximação aos salários europeus; a valorização das carreiras profissionais, através da negociação do regulamento na CP, EMEF e SOFLUSA; a melhoria das condições de higiene e segurança, pondo em funcionamento as estruturas previstas no Acordo de Empresa; e a redução do horário de trabalho.

Quanto a esta última questão, os delegados e dirigentes sindicais lembram que a luta resultou na redução do período de trabalho dos guardas de passagem de nível das linhas da Póvoa e Guimarães e afirmam ser necessária uma medida idêntica para o restante pessoal desta categoria, com um horário de 60 horas semanais.

No entanto, avisam que, caso o Governo não cumpra com as suas promessas e opte por não discutir com a FSTFP, os trabalhadores assumirão as acções que considerarem mais convenientes.

O plenário manifestou total apoio à luta dos funcionários da EMEF que, através de greves, lutam desde 15 de Setembro pelo cumprimento da contratação colectiva por parte da administração.

Mortes no trabalho quase duplicam

O número de mortos em acidentes de trabalho (202) no primeiro semestre deste ano está próximo do registado nos 12 meses de 1994 (258), revelou à Agência Lusa fonte oficial.

O maior número de acidentes mortais verificou-se no distrito do Porto, com 37 casos, seguindo-se Setúbal, com 31 (23 dos quais no concelho de Almada). Seguem-se os distritos de Lisboa com 30 casos, Leiria com 18, Aveiro com 16, Braga com 13, Santarém com 12 e Évora com 10. O distrito de Portalegre foi o único em que não se registou qualquer acidente mortal.

A principal causa de morte foram as quedas, com 45 casos, e os acidentes *in itinere*, isto é, a caminho ou no regresso do trabalho, em número de 43. Ocorreram também 29 acidentes mortais por queda de objectos, 23 por compressão por objectos e 16 por choque eléctrico.

Nos homens, a faixa dos 25 aos 44 anos, com 110 casos, foi a mais afectada, seguindo-se a dos 45/64, enquanto nas mulheres a idade com maior número de casos (cinco) foi a dos 25 aos 44 anos, seguida da 45/64, com dois óbitos.

O dia da semana em que se registou maior número de acidentes mortais foi a quinta-feira, com 37 casos, seguindo-se o sábado, com 36, e a sexta-feira, com 32. O período do dia em que houve mais acidentes foi entre as 12 e as 16 horas, com 56 casos, seguindo-se o período entre as 8 e as 12 horas, com 47.

Nos agentes causadores da morte figuram em primeiro lugar os meios de transporte, em 85 casos, depois outros materiais, em 32, máquinas (18) e movimento de cargas (14).

No ano passado, no continente, registaram-se 227 148 acidentes, com 249 vítimas mortais, das quais 232 eram homens. Nas Regiões Autónomas o número de acidentes foi de 6 923, com nove vítimas mortais, todas homens.

Nos últimos cinco anos registaram-se em Portugal os seguintes acidentes de trabalho: 1990 - 305 512, com 203 mortes; 1991 - 293 886, com 224 mortes; 1992 - 278 455, com 185 mortes; 1993 - 251 577, com 181 mortes; e 1994 - 234 070 acidentes com 258 mortos.

União dos Sindicatos de Braga debate tarefas imediatas

«Intervir a todos os níveis para obter as reivindicações»

O Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Braga saudou, na passada quinta-feira, «os trabalhadores e activistas sindicais que, ao longo dos anos, denunciaram a política que vinha sendo seguida e, persistentemente, puseram em apreciação a realidade, sem se submeterem à encenação feita em torno de falsos sucessos», sublinhando que se esperam «respostas positivas, ou seja, a concretização da mudança, pela qual os trabalhadores votaram no dia 1 de Outubro».

Reunidos para analisar a situação social e laboral do distrito, os dirigentes da USB elegeram como tarefas imediatas a divulgação das propostas contidas na «Plataforma da CGTP-IN para uma nova política económica e social»; a mobilização dos trabalhadores para a negociação da contratação colectiva, com o aumento dos salários e a redução do horário de trabalho para 40 horas; e o combate aos salários em atraso, à destruição do aparelho produtivo, ao encerramento e falência de empresas, bem como às situações de miséria, fome e exclusão social.

Manifestando-se disposto a intervir a todos os níveis, o Conselho Distrital reivin-

dica também a revogação das decisões que transformaram em subserviços o Centro Regional de Segurança Social de Braga e a Administração Regional de Saúde e a criação de condições para que esses serviços «readquiram a sua autonomia distrital e sejam dotados de meios técnicos e humanos capazes de darem resposta aos inúmeros problemas que hoje se colocam aos seus utentes e trabalhadores».

A adopção de medidas efectivas de combate ao trabalho infantil é outra das exigências assumidas como de extrema importância.

Petição contra trabalho infantil

Com este mesmo objectivo, a Interjovem de Braga está a participar na campanha nacional contra o trabalho infantil, recolhendo apoios para uma petição a entregar na Assembleia da República, com o objectivo de levar os deputados a

discutir e aprovar matéria legislativa que considere crime a exploração de crianças.

Sob o lema *Crescer, Brincar, Aprender - Não ao Trabalho Infantil*, esta petição conta já com as assinaturas de diversas individualidades, entre as quais a atleta Albertina Dias, a cineasta Teresa Villaverde Cabral, os actores André Gago e Inês de Medeiros, o rapper General D, a escritora Alice Vieira, o árbitro futebolístico Augusto Duarte, além de João Chambel (ex-presidente da Associação Académica de Lisboa), Diogo Pinto (presidente do Conselho Nacional da Juventude) e Tiago Magalhães (ex-presidente da Associação Académica de Coimbra).

A Interjovem de Braga já recolheu assinaturas em diversas empresas do distrito e, para o fortalecimento deste combate, conta com a adesão de toda a população à petição nas bancas públicas que serão montadas nos próximos dias 7, 8, 9 e 10 de Novembro em Braga (Arcada), Famalicão (Pr. Cupertino de Miranda), Barcelos (Porta Nova) e em Guimarães (Muralha).

Amigos, amigos moeda única à parte

“Queremos uma comunidade de estabilidade, por aí passa o destino da democracia alemã, é a experiência que se pode tirar do século que acaba” - afirmou a semana passada o chanceler alemão, Helmut Kohl, no congresso do seu partido, a União Democrata-Cristã (CDU), justificando a posição restritiva do governo de Bona sobre a União Económica e Monetária. Uma afirmação estranha, esta, que se presta a várias interpretações, e de que rescende um certo fragor de ameaça velada.

Que quis ao certo dizer Helmut Kohl quando afirmou: “queridos amigos na Europa, não é histeria alemã quando sublinhamos que os critérios de estabilidade devem ser respeitados a qualquer preço e que em nenhum caso podemos ceder”?

Porque adverte o chanceler que “o destino da democracia alemã” depende do respeito pelos critérios de passagem à moeda única?

Tratar-se-á apenas de mais uma forma de justificar a posição restritiva do governo alemão sobre a União Económica e Monetária (UEM)?

Em que se baseia Kohl para afirmar que “qualquer outra coisa por aí em causa os grandes sucessos obtidos para a unificação da Europa” e, “pior ainda, a desconfiança dos cidadãos poderá voltar-se muito rapidamente contra a própria ideia europeia”?

As respostas a estas questões não são fáceis de encontrar, sobretudo porque a duplicidade de critérios usada pela Alemanha nesta matéria está longe de contribuir para sossegar os espíritos mais inquietos. Veja-se, por exemplo, o distinto tratamento dado a dois países tão importantes na União Europeia como são a França e a Itália.

Recentemente, a lira italiana foi lançada numa séria crise pelos responsáveis económicos de Bona, que afirmaram a prática impossibilidade da Itália de corrigir o seu défice orçamental de forma a cumprir, em tempo útil, os critérios de convergência e de participar, assim, na entrada em vigor da moeda única.

Há escassos dias, em entrevista ao jornal “International Herald Tribune”, o ministro da Economia alemão, Gunther Rexrodt, não hesitou em afirmar que o calendário para a terceira fase da UEM pode ser adiado se a França não cumprir os critérios de convergência no tempo previsto. No mesmo sentido se têm pronunciado outros responsáveis (caso do membro do Conselho de Administração do Bundesbank, Franz Zeitler e do ministro das Finanças, Theo Waigel), para quem a moeda única necessita do apoio de pelo menos dois grandes países da UE (a Inglaterra não participa neste processo) e “sem a França a moeda única era impensável”.

Porque pode a Itália ficar de fora e não a França? O tão falado eixo Paris-Bona, reforçado com a chegada de Jacques Chi-

rac ao Eliseu, apresenta-se cada vez mais o núcleo duro de uma União que só numericamente é de 15 membros.

Premiar os bons alunos, penalizar os outros

É curioso registar que, em Paris, o vice-presidente da Comissão Europeia, Leon Brittan, declarou não ter “qualquer dúvida sobre a capacidade de a economia francesa cumprir os critérios de convergência” económica previstos no Tratado de Maastricht para a passagem à moeda única, apesar de reconhecer que “as decisões necessárias para preencher os critérios de convergência de Maastricht pedem decisões difíceis, em particular para reduzir os défices”. Mesmo assim, garantiu que “haverá uma moeda única em 1999 e a França será um membro fundador”. Palavras destinadas a acalmar as dúvidas suscitadas (involuntariamente?) pela boa vontade alemã de esperar pela França, que não impediram no entanto a queda do franco nos últimos dias, o que contribuiu para a subida do marco e a queda do dólar, fazendo aumentar o clima de instabilidade que se vive nos mercados.

A Alemanha, como se disse, está disposta a esperar pela França para a moeda única, mas não a aliavar a pressão sobre os eventuais futuros falstos. Nesse sentido, o congresso da CDU de Helmut Kohl aprovou uma moção pedindo que os critérios de

estabilidade sejam preenchidos “de forma durável”, embora sem especificar como essa exigência poderá ser respeitada depois da passagem à moeda única.

Entretanto, para os pobres e esforçados Estados-membros que apresentem bons resultados em termos de convergência económica, já se fala de incentivos. Ao intervir a semana passada numa audição no Parlamento Europeu sobre a UEM e a coesão económica e social (?), o comissário Yves de Silguy sugeriu o aumento dos fundos estruturais para os países que se venham a aproximar mais depressa dos critérios de convergência, numa espécie de “bónus suplementar” aos bons alunos. Os restantes, claro, seriam penalizados. Não se trata ainda de uma proposta, disse o comissário, mas tão-só de “uma questão que merece ser colocada”. Mais um eventual quebra-cabeças para Portugal, que segundo os últimos dados disponíveis viu a sua dívida pública face ao Produto Interno Bruto (PIB) aumentar de 69,4 por cento, em 1994, para 70,7 por cento em 1995, o que afasta o país ainda mais das metas estabelecidas no tratado de Maastricht. Prossegui-las, nestas condições, terá uma factura demasiado elevada para o povo português, pelo que o novo Governo - sob pena de se responsabilizar pelas consequências - deverá abrir o debate público desta questão determinante para o futuro do país. Por mais que isso desagrade aos “queridos amigos” europeus.

SÓ CENÁRIOS

O Conselho de Economia e Finanças da União Europeia (ECOFIN), reunido segunda-feira no Luxemburgo, dedicou parte dos trabalhos ao debate da estratégia comunitária para combater o desemprego, que afecta 11 por cento da população activa europeia, no âmbito da preparação de duas reuniões previstas para os próximos dois meses, onde as questões relacionadas com a criação de postos de trabalho estarão na ordem do dia. Nos conselhos “conjunto” de ministros da Economia e dos Assuntos Sociais, previsto para Novembro, e “europeu”, em Dezembro, na capital espanhola, os políticos da União deverão aprovar novas medidas de combate ao desemprego que afecta a grande maioria dos Estados-membros.

Neste contexto, a Comissão Europeia expôs no ECOFIN uma comunicação intitulada “estratégia europeia para o emprego, progressos e perspectivas”.

O capítulo “exemplos de cenários a médio prazo” levantou polémica. O documento admite a possibilidade de a UE registar um crescimento anual de 3 a 3,5 por cento/ano (contra um taxa actual inferior a 2,5 por cento) até ao ano 2000 desde que sejam aplicadas “integral e coordenadamente” as políticas comunitárias macro-económicas e de convergência.

Melhorias aos níveis da estabilidade de preços, dos salários, da redução dos défices orçamentais e do aumento da poupança, poderiam gerar um nível de crescimento económico susceptível de aumentar o número de empregos em mais de 11 milhões no período 1995-2000, estima a Comissão.

A concretização desta meta implicaria o recuo da taxa de desemprego para cerca de 7,5 por cento, no final do século.

O cepticismo teve como “porta-voz” o representante britânico, que considerou “duvidosos” tais resultados e acusou a Comissão de apresentar “cenários demasiado optimistas”, defendendo que “melhor seria que não fixasse objectivos irrealistas nem alimentasse demasiadas expectativas”.

O comissário europeu encarregado dos assuntos monetários e financeiros, Yves de Silguy, apressou-se a esclarecer o que considerou “um mal-entendido” entre a Comissão e os Estados-membros: os números contidos na comunicação da Comissão, disse, “não são previsões” mas sim “exemplos ilustrativos” inscritos num cenário ideal.

DEFESA DA FLORESTA

O Parlamento Europeu aprovou recentemente uma proposta de resolução sobre a vaga de incêndios registada este ano em Portugal, apresentada pelos deputados do PCP. O documento solicita à Comissão que conceda uma ajuda financeira urgente às zonas mais afectadas pelos incêndios e que apresente uma proposta de estratégia global de prevenção e defesa da floresta comunitária que inclua, entre várias medidas a tomar, a criação de um fundo florestal comunitário. Através da referida proposta, os eurodeputados comunistas pretendem ainda levar a Comissão a apresentar ao PE, ainda este ano, um balanço da situação causada pelos incêndios florestais nos últimos anos e das medidas que a nível nacional e comunitário têm sido tomadas, tal como já foi pedido em 1992, 1993 e 1994.

A necessidade de se tomarem estas medidas é justificada, antes do mais, pela grande importância que o recurso natural que é a floresta tem para Portugal, e também pelo facto de as zonas devastadas pelos incêndios serem largamente superiores à área anualmente reflorestada (dos 226 000 hectares ardidos entre 1991 e 1993 - aos quais há que acrescentar os mais de 80 mil só deste ano -, só foram reflorestados 67 mil), pela ausência de uma política nacional e comunitária de prevenção e intervenção e pela manifesta incapacidade governamental em matéria de prevenção.

■ Manuel Beja/Zurique/Suíça

Suíça

Operárias agrícolas contra abusos patronais

Uma vez mais no cantão do Valais, na Suíça de língua francesa, o protesto se faz sentir no sector da agricultura. A agro-production Freddy Delaloye usa e abusa das 61 mulheres portuguesas contratadas para a recolha de fruta. Em carta enviada à empresa, assinada por 23 trabalhadoras, estas fundamentam as razões do seu descontentamento.

Segundo parece, a prática de contratação de trabalhadores em Portugal pela firma Freddy Delaloye continua a dar que falar. Há um ano, 52 trabalhadores foram burlados com falsos contratos por um indivíduo que se apresentou como contratador da empresa na região de Macedo de Cavaleiros. Este ano o cenário mudou. No distrito de Leiria foram contratadas 61 mulheres para um período de 10 semanas de trabalho com promessas de 400 contos de salário líquido, bons quartos e alimentação. O transporte era organizado pelo patrão, se alguém tivesse preferência por outro meio de transporte teria que pagar a viagem da sua bolsa. À espera, encontraram uma realidade bem diferente daquela que lhes tinha sido prometida, o que as levou a escreverem uma carta a solicitarem o apoio da secção do SIB - Sindicato da Construção e Indústrias - de Sion. Para o sindicalista José Ferreira, tudo se trata em primeiro lugar de uma falta de informação correcta sobre as formas de como foram contratadas, do não cumprimento das normas em vigor no

cantão, de alojamentos com poucas condições e de uma alimentação fraca. O motivo de descontentamento está também na forma de como o contrato foi assinado pelas trabalhadoras rurais, que as induz em erro, no que respeita a descontos a efectuar, indicando apenas que o salário seria de 9.60 francos por hora, retirando 24. - Fr. por dia para alojamento e alimentação. Deste contrato assinado por cada uma individualmente, não lhes foram entregues cópias. Por outro lado não aceitaram trabalhar os sete dias da semana, quando por lei é obrigatório ter um dia de descanso. Foram obrigadas a comparecer no trabalho todos os dias às 7h15, mas para efeitos de pagamento, conta a partir das 7h30. Segundo as trabalhadoras, que cumprem na íntegra os horários impostos pelo patrão, a vigilância sobre elas exercida ultrapassava os limites do aceitável sendo igualmente exercida uma pressão intolerável.

Queixa em Tribunal

No dia em que autoridades do cantão do Valais controlaram os alojamentos, os quartos que albergavam 4 trabalhadoras, passaram a ser utilizados por três. No entanto, as condições higiénicas dos alojamentos são postas em causa pelas autoridades, sindicato e trabalhadoras. Os seus quartos foram regularmente violados pelos seus chefes. Locais para tomarem banho eram insuficientes e nada existia para lavar ou secar a roupa.

Sobre a alimentação, a empresa afirma que as refeições (pela

qual cada uma pagava 12 francos) «eram adaptadas às necessidades e aos gostos das senhoras. Todos os dias as senhoras estão em contacto com o seu cozinheiro. Nenhuma reclamação quanto à quantidade ou qualidade foi feita. Como é evidente numa situação dessas o pedido seria de imediato satisfeito».

Um regulamento em português foi afixado nos alojamentos, «lembra às locatárias de que não podem fazer barulho depois das 22 horas; proibido de utilizar a cozinha e preparar a sua refeição individual; que as refeições deviam ser feitas no refeitório e não nos quartos e a proibição de introduzir não-locatários nos seus quartos». Toda a locatária que entrasse nos alojamentos depois das 22 horas era punida com um dia de castigo.

Algumas trabalhadoras foram despedidas no começo do mês de Setembro pelo facto de não se «terem registado melhorias de comportamento e de rendimento de trabalho». O salário destas mulheres será «segundo o que pudemos averiguar» enviado para Portugal por vale de correio internacional no final do mês.

As operárias da firma Freddy Delaloye não se deixaram intimidar pelas ameaças dos seus chefes e lutam pelo respeito das regras contratuais e pela sua dignidade de trabalhadores e de mulheres. Aquelas que ficaram, notaram de imediato algumas melhorias nas suas relações de trabalho. O sindicato, por sua vez, enviou o assunto para tribunal por desrespeito da contratação colectiva e pela prática repressiva dos responsáveis da empresa sobre as trabalhadoras.

Japão

Cerca de dez mil manifestantes desfilaram em Tóquio para exigir o encerramento das bases norte-americanas no Japão, respondendo a um apelo do Partido Comunista e dos sindicatos. Depois de um comício, os manifestantes dividiram-se em três cortejos diferentes para percorrer as ruas da capital entoando o slogan: "Não necessitamos de bases americanas, não necessitamos do Tratado de Segurança com os Estados Unidos". Esta manifestação realizou-se ao mesmo tempo que uma outra na ilha de Okinawa, onde uma multidão de cerca de 85.000 pessoas protestava contra as bases norte-americanas e contra a violação de uma estudante liceal de 12 anos por três militares dos EUA, em Setembro passado.

A manifestação, a maior realizada há 20 anos nesta ilha tropical situada a 1.800 quilómetros a sul de Tóquio, foi organizada por todos os representantes locais dos partidos políticos, incluindo os da coligação governamental. Vinte e sete mil soldados norte-americanos estão destacados nas bases americanas da ilha.

África do Sul

O primeiro embaixador sul-africano em Cuba, J. K. Nkadimeng, foi nomeado pelo presidente Nelson Mandela, na véspera da sua partida para Nova Iorque, para participar nas cerimónias do 50.º aniversário das Nações Unidas. As relações formais entre a África do Sul e Cuba foram estabelecidas a 10 de Maio do ano passado, quando da cerimónia de posse do presidente Mandela, tendo Cuba aberto uma missão diplomática em Pretória. Mandela tem reiterado que o governo de unidade nacional liderado pelo ANC se manterá fiel a países ou grupos que apoiaram o movimento durante a sua luta ao regime do apartheid. Nkadimeng aderiu ao ANC em 1950 e trabalhou para o movimento no exílio na Suazilândia, Moçambique e Zâmbia nos anos 70.

Colômbia

A XI Cimeira dos Países Não-Alinhados encerrou os seus trabalhos com apelos para uma democratização da ONU e mudanças no sistema financeiro internacional, que alivie a carga dos países em desenvolvimento. A Cimeira, encerrada sexta-feira em Cartagena, Colômbia, e à qual assistiram 37 chefes de Estado e de governo e delegados de 150 países e organismos internacionais, aprovou uma declaração política, o "Apelo de Colômbia", em que se sublinha que "nas circunstâncias actuais (o não alinhamento) constitui, mais do que nunca, um foro que proporciona um marco de referência básico para coordenar os nossos interesses e posições no âmbito internacional".

Chile

Manuel Contreras, ex-chefe da polícia política chilena do regime fascista de Augusto Pinochet, entrou numa prisão de máxima segurança para cumprir uma pena de sete anos.

Terrorismo

Paris e Argel na mira dos fundamentalistas

Um carro armadilhado explodiu em Relizane, no ocidente da Argélia, dia 22, o mesmo dia em que foi cancelado o encontro entre os presidentes argelino e francês, Liamine Zéroual e Jacques Chirac. Do atentado resultaram 82 feridos e oito mortos. Entre as vítimas contam-se três crianças. Poucos dias antes, em Paris, a explosão de mais uma bomba provocou vinte e nove feridos.

O terrorismo fundamentalista argelino atinge assim os povos dos dois países, jogando com a pressão do medo, numa perspectiva de isolamento da Argélia, e consequente agravamento das suas dificuldades - de que tentará colher trunfos para a afirmação dos seus próprios interesses e pretensões de poder.

Nesse sentido são bastante explícitas e significativas as exigências formuladas pelo Grupo Islâmico Armado (GIA) às autoridades francesas: anulação do encontro previsto para Nova Iorque entre os presidentes francês e argelino; suspensão da ajuda económica da França à Argélia; condenação das eleições presidenciais de 16 de Novembro, na Argélia.

Neste quadro de escalada terrorista, as centrais sindicais

francesas CGT, CFTD, FEN-UNSA e FSU lançaram um apelo para a tomada de posição dos trabalhadores, sublinhando que "as necessárias medidas de vigilância e a difusão de informações não devem levar a fazer uma amálgama entre terrorismo e imigração, ao reforço de comportamentos xenófobos ou a pôr em causa as liberdades fundamentais".

O Apelo afirma ainda que "a gravidade da situação torna necessária uma forte afirmação dos trabalhadores e da popula-

ção no sentido de condenar o terrorismo e reafirmar os valores democráticos".

A crise argelina, de que o fundamentalismo e o terrorismo se alimentam, está intimamente ligada à degradação social que se vive no país.

Em 17 de Junho passado, a liberalização dos preços dos produtos de primeira necessidade levou a que estes aumentassem duas ou três vezes. Uma medida que tem a ver com os acordos concluídos com o FMI, que defende que os preços

devem acompanhar os valores no mercado internacional.

Este súbito agravamento das condições de vida ocorre num quadro de crescimento negativo (para 1994), um nível de desemprego da ordem dos 25%, uma taxa de inflação de 29%, enquanto o PIB por habitante baixou dos 2.500 dólares para 1.500 dólares entre 1989 e 1994.

Este o contexto ideal para o florescimento dos fundamentalismos, contra o qual têm vindo a lutar as forças democráticas

argelinas e os trabalhadores. Em 11 de Setembro uma greve mobilizou os trabalhadores da cidade de Argel. Em causa, a desvalorização em mais de 50% da moeda argelina e os aumentos sucessivos de preços, que atingem em particular os trabalhadores e as empresas públicas.

Os sindicalistas tomaram posição contra o dossier de privatizações, contra "a venda das empresas públicas à mafia político-financeira" e denunciaram a política governamental.

França

Milhares de manifestantes face à base nuclear da ilha Longue

Quinze mil manifestantes, na sua maioria jovens, reuniram-se no pequeno porto de Fret, face à ilha Longue, na Bretanha, onde está fundeada a frota estratégica nuclear francesa.

"A mais importante mani-

festação realizada em França desde o recomeço dos ensaios nucleares" segundo o porta-voz das seis organizações pacifistas que promoveram a realização desta concentração anti-nuclear, e a que depois se

juntaram mais outras 56 organizações.

Na sua intervenção na manifestação da ilha Longue, Daniel Durand, secretário nacional do Movimento da Paz, afirmou: "Queremos a suspensão dos

ensaios e uma moratória sobre a produção e instalação das 300 novas cabeças nucleares e dos 60 novos mísseis".

A delegação japonesa divulgou uma mensagem do presidente da Câmara de Hiroshima.

Apelo

Por um mundo mais seguro por um mundo melhor

Um Apelo por um mundo mais seguro, por um mundo melhor, foi aprovado num encontro internacional organizado pelo Movimento francês pela paz.

O Apelo é subscrito por Théodore Monod, membrô da Academia das Ciências, o dra-

maturgo britânico Edward Bond, o cineasta egípcio Youssef Chahine, o linguista norte-americano Noam Chomsky, o prémio Nobel da Paz argentino Adolfo Pérez Esquivel, o escritor catalão Manuel Vazquez Montalban, o almirante alemão Elmar Schmachling, e

pelo escritor português José Saramago.

"Um dos maiores perigos que actualmente ameaçam o planeta, são as armas nucleares", afirmou-se no Apelo, que refere a existência de 30 mil cabeças nucleares.

O Apelo sublinha que "não

haverá segurança nem paz enquanto existirem armas nucleares. A dissuasão nuclear provoca uma suicida corrida aos armamentos. Engendra o militarismo que sufoca o desenvolvimento da população mais pobre do mundo".

Os signatários apelam a que

"nos juntemos, por todo o mundo, para erradicar esta ameaça sobre o futuro do nosso planeta".

Em conclusão afirma-se a urgência desta luta "para que o XXI século, que nos bate à porta, seja o de um mundo mais seguro, um mundo melhor".

Nuclear em Breves

Itália

Dezenas de milhar de manifestantes desfilaram em quatro dezenas de cidades italianas, em sinal de protesto contra os testes atômicos franceses no Pacífico. Uma jornada nacional de manifestações antinucleares, visando não só a França como a China, foi decretada em toda a Itália pelas organizações ecológicas transalpinas, com relevo para a Greenpeace italiana, Verdes, Liga de protecção do meio ambiente e União dos estudantes italianos.

Em Roma cerca de 30.000 manifestantes desfilaram entre as Termas de Diocleciano e o Coliseu.

Uma avioneta da Greenpeace sulcou os ares arrastando um dístico de crítica à política nuclear do presidente francês Jacques Chirac.

Alguns dos manifestantes deitaram-se nessa ocasião por terra, simulando os efeitos de uma explosão nuclear.

Rarotonga

A França confirmou a sua intenção de assinar, "durante o primeiro semestre de 1996", tal como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, o Tratado de Rarotonga visando a desnuclearização do Pacífico Sul.

O movimento ecologista "Greenpeace" considerou entretanto que a adesão de Paris, Londres e Washington ao Tratado de Rarotonga não deveria ocorrer no primeiro semestre de 1996, mas agora, quando se desenrolam ainda ensaios nucleares franceses naquela região do globo.

"Por que não assinam já, e vão esperar que os franceses terminem os seus ensaios?", questionou o porta-voz da organização ecologista.

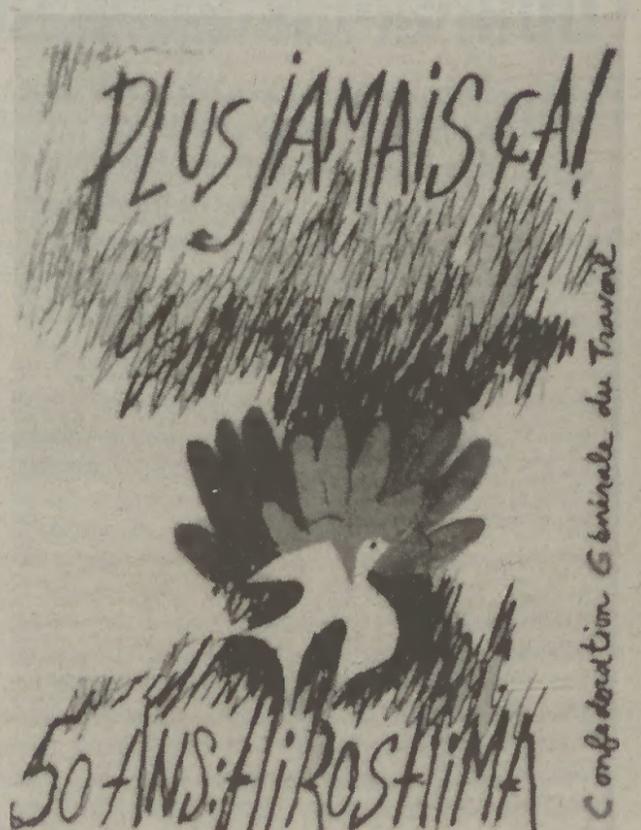
"Mesmo que no futuro o Pacífico esteja livre dos ensaios militares nucleares, os legados tóxicos e radioactivos das centenas de ensaios dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França continuarão lá."

Submarinos

O Governo francês anulou a aquisição de um quarto submarino com capacidade para lançar mísseis nucleares, refere o "Le Monde".

O Chefe do Estado-Maior da Armada gaulesa, Jean-Charles Lefebvre, confirmou ao "Le Monde" que o Governo de Paris não tencionava adquirir um quarto submarino nuclear em 1996.

Actualmente, a frota francesa de submarinos nucleares é composta pelo "Triomphant", o "Temeraire" e o "Vigilant".



Rússia

Em véspera da campanha eleitoral

A campanha eleitoral para as eleições legislativas de 17 de Dezembro, abre em 15 de Novembro, num quadro político profundamente fragmentado.

Em causa, nestas eleições, a renovação da Câmara baixa da Duma (parlamento). Dia 17 de Dezembro, os russos irão escolher 225 deputados nas listas nacionais e outros 225 para as circunscrições regionais.

Todos os observadores indicam os comunistas como favoritos. Mas o quadro político está bem longe de ser claro, mercê da enorme fragmentação e das divisões, mais salientes à direita, mas igualmente reais à esquerda. Divisões que vão de par com a indefinição de orientação das várias formações políticas, falta de clareza de projecto, e difusos anseios populares de ordem, sentimentos de nacionalismo, num quadro de grande degradação socioeconómica, que dá lugar a todas as incertezas.

Há dois anos, o eleitorado teve que escolher entre 13 organizações políticas. Nestas eleições - e após a constituição de cerca de 200 organizações para este acto eleitoral, pensa-se que a escolha irá centrar-se entre pelo menos 25 partidos políticos.

As divisões passam, antes do mais, pelos partidos de alguma forma ligados a Ieltsine, que não resistiram à crise social nem à guerra da Tchetchénia.

Mas também à esquerda as divisões são uma realidade.

O Partido Socialista do Trabalho, uma das organizações resultantes do PCUS, está neste momento ligado ao movimento



Manifestação em Moscovo contra os aumentos de preços

populista do general Lebed. Outras organizações de esquerda, como o Partido Comunista do Trabalho, ou o grupo de Nikolai Ryjkov, membro do Partido Comunista da Federação Russa, fazem campanha à parte.

Desenha-se entretanto uma linha de unidade e força da esquerda. O Partido Comunista da Federação Russa (PCFR) e o Partido Agrário (PA) decidiram aliar-se. Ambos os partidos apresentarão listas separadas a nível nacional, mas terão candidatos comuns em 80 das 225 das circunscrições eleitorais. Decidiram desde já que irão trabalhar em comum, no parlamento, depois destas eleições.

De par das sondagens - ainda que pouco fiáveis - que dão aos comunistas entre 15 a 20% das intenções de voto, os diferentes actos eleitorais ultimamente realizados confirmam as boas perspectivas em relação aos comunistas.

Em 1 de Outubro, em Volgogrado, os comunistas ganharam em 22 das 24 circunscrições. Também em Março passado o PCFR ganhou as eleições na cidade industrial e turística de Vladimir. Nas eleições locais do Outono passado, o PCFR oscilou entre os 40% e os 70% dos votos.

Todos estes processos políticos se desenvolvem numa situação de profunda crise económica e social. Segundo esti-

mativas de especialistas ocidentais, a quebra do produto interno bruto (PIB) é de 50%, desde 1990. Uma realidade acompanhada de fortes pressões internacionais - nomeadamente por parte da OCDE - para a produção e exportação de produtos não elaborados, ou seja, um desenvolvimento terceiro-mundista da economia, que transformaria a Rússia num imenso reservatório de recursos (nomeadamente gás e petróleo).

No plano social, a OCDE aconselha mesmo a renunciar à criação de um serviço de Segurança Social, e antes utilizar os serviços sociais de empresa, que continuam a existir, para rebaixar os custos do trabalho.

O terramoto eleitoral de Berlim

Rui Paz

Os resultados das eleições para o senado de Berlim (o parlamento estadual), governado desde há cinco anos por uma grande coligação da CDU (democratas-cristãos) com o SPD (sociais-democratas), colocaram o regime de Bona em estado de choque com a massiva deslocação do eleitorado para a esquerda. Os grandes vencedores são o Partido do Socialismo Democrático (PDS) que passa de 9,1 para 14,6% sendo agora o terceiro partido na futura capital e os Verdes que obtêm 13,2%.

A grande coligação - onde a CDU com menos 3%, baixa de 40,4% para 37,4% e o SPD com menos 8% desce de 30,4% para 23% - perde no seu conjunto 10%. E se incluirmos o desaparecimento do FDP, o partido satélite do ministro da Economia Rexrodt que desce de 7,1% para 2,5%, o regime de Bona perde no total cerca de 15%.

Estes resultados, que mostram claramente a recusa por parte do eleitorado do bipartidarismo que tem caracterizado a vida política da Alemanha Federal desde a sua fundação, são particularmente catastróficos para o SPD como reconheceu o vice-presidente daquele partido, Wolfgang Thierse.

De facto, o SPD, que chegou a obter em Berlim 61,9% em 1963, atinge agora com 23,6% o pior resultado desde a sua fundação em 1875.

O jornal de Berlim "Die Tageszeitung" assinala na primeira página, sob o título "coligação em queda livre", que crescem no SPD as vozes que se opõem à continuação da grande coligação.

O novo secretário-geral daquele partido, Franz Muntefering, coloca também dúvidas ao seu prosseguimento, enquanto Ingrid Stahmer, candidata e dirigente do SPD em

Berlim, remete a tomada de uma decisão para o congresso da organização do partido naquela cidade, a 7 de Novembro.

O "Neues Deutschland", depois de considerar que Berlim levanta vagas em toda a Alemanha, sublinha que o PDS está disposto a viabilizar uma coligação do SPD com os Verdes (Rot-Grün) para afastar o CDU do governo daquele Estado federado. A composição do novo parlamento permite essa alternativa já que o CDU obtém apenas 87 deputados contra 119 dos restantes partidos, reparti-

dos da seguinte forma: 55 para o SPD, 34 para o PDS e 30 para os Verdes.

De facto é a primeira vez na história da RFA que numas eleições estaduais os partidos à esquerda da social-democracia ultrapassam o SPD, quer em número de votos - 27,8% (total dos votos do PDS e dos Verdes) contra 23,6% daquele partido -, quer em deputados - 64 contra 55 numas eleições estaduais os sociais-democratas.

Particularmente concludentes são os resultados na parte leste da cidade onde o PDS é o primeiro partido, com 36%,

subindo assim 13 pontos em relação a 1991 (23% dos votos expressos). Seguem-se a grande distância o CDU com 23% e o SPD com 20,1%. Os Verdes obtêm ali 10%, o que dá uma maioria de votos ao PDS e aos Verdes. Este resultado mostra que o povo de Berlim leste, cinco anos após a unificação da Alemanha, recusa claramente a política colonizadora que lhe tem sido imposta pelos partidos de Bona, CDU, SPD e FDP. Aliás, trata-se de uma tendência geral em todos os Estados do leste e que mostra a falência da política discriminatória e de perseguição contra o PDS levada a cabo nos últimos anos por Bona.

Particularmente alarmante para a imprensa conservadora é o facto de o PDS ser o partido mais votado pelos jovens entre os 18 e os 24 anos. Na discussão que teve lugar no primeiro canal de televisão uma hora após o conhecimento dos primeiros resultados, o secretário-geral da União Cristã da Baviera responsabilizou a falta de agressividade do SPD contra os comunistas e neocomunistas pelo sucesso do PDS, acrescentando que o seu partido tem de fazer aquilo que competiria aos sociais-democratas - atacar o PDS.

PCP saúda Partido do Socialismo Democrático

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou à Direcção do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, a saudação que transcrevemos.

Queridos camaradas,

Aceitem as calorosas saudações dos comunistas portugueses pelo excelente resultado eleitoral obtido pelo PDS nas eleições da cidade de Berlim, que reforça a sua posição de força de

esquerda mais consequente não só em Berlim como em toda a Alemanha.

Desejando os melhores sucessos ulteriores na actividade do PDS em defesa dos interesses dos trabalhadores e das amplas massas populares, contra as discriminações e perseguições revanchistas, o militarismo e expansionismo, pela democracia e a paz, reafirmamo-vos a solidariedade internacionalista dos comunistas portugueses.

O general Contreras, chefe da polícia secreta chilena (Dina) durante o regime militar de Augusto Pinochet, foi condenado em 30 de Maio a sete anos de prisão pelo assassinio, em Washington, do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Orlando Letelier.

Contreras assumiu o comando da polícia secreta chilena (Dina) depois do golpe militar de 11 de Setembro de 1973 que derrubou o então presidente Salvador Allende.

Sob o seu comando, a Dina foi acusada de ter participado no assassinio do antigo comandante do exército chileno, general Carlos Prats, morto juntamente com a sua mulher em Buenos Aires em 30 de Setembro de 1974.

Finalmente, em Agosto de 1977, foi dissolvida a Dina, dando lugar à Central Nacional de Informações (CNI), mas Contreras conseguiu manter-se como chefe desta entidade por alguns meses.

Roménia

Os estudantes romenos, em greve contra a instauração de uma taxa que atinge os "repetentes" e a degradação das condições de vida, prosseguiram o seu movimento de protesto, depois dos confrontos com a polícia. As forças de segurança, armadas com matracas e escudos, carregaram sexta-feira sobre os manifestantes em Bucareste.

Mafia

O antigo ministro democrata-cristão italiano Calogero Mannino vai responder a partir de 28 de Novembro por cumplicidade com a Mafia siciliana, decidiu o tribunal de Palermo. Com o julgamento do antigo presidente do Conselho, Giulio Andreotti, a decorrer desde 26 de Setembro, também em Palermo, por associação mafiosa, Mannino é o segundo antigo membro do governo democrata-cristão a responder em tribunal na Sicília.

Tal como Andreotti, Mannino foi acusado de ter ajudado o crime organizado em troca de apoios eleitorais ao seu partido. Em Nápoles, está marcado para breve o julgamento de um outro "barão" da democracia-cristã, Antonio Gava, antigo titular da pasta do Interior.

Quebeque

A poucos dias do referendo sobre a soberania da Província canadiana do Quebeque, a 30 de Outubro, o "sim" continua a ganhar terreno nas sondagens.

Segundo uma sondagem realizada pela empresa "Léger et Léger" para o "Jornal de Montreal" e para o "Globe and Mail" de Toronto, o "sim" à independência recolherá - depois da repartição dos indecisos - 50,2 por cento das intenções de voto, e o "não" 49,8 por cento. Este estudo de opinião confirma o que já fora referido - que o "sim" vinha ganhando terreno desde há três semanas e poderia mesmo ultrapassar o "não" com uma vantagem entre os 5 e os 10 pontos percentuais.

As palavras estão gastas, vamos a obras

Se alguma coisa reuniu consenso no reinado cavaquista foi a política educativa: toda a gente esteve contra, e se voz houve a defendê-la - e nem sequer com convicção - foi a dos próprios promotores, que em sucessivos governos conseguiram a proeza de reforçar contra si a oposição de quantos directa ou indirectamente lhes sofreram as consequências. Afastada a peste ficou a peçonha, que é como quem diz os resultados de mais de dez anos de incompetência generalizada, a exigir a tarefa de enfrentar não só essa pesada herança mas, sobretudo, de começar a dar resposta a problemas básicos que fazem de Portugal um país com mais de cinco milhões de analfabetos funcionais. Em entrevista ao "Avante!", Paulo Sucena, secretário-geral da FENPROF, fala dos múltiplos problemas que importa resolver e da necessidade de uma política educativa que dispensa sentimentos excessivos e exige racionalidade, eficácia e competência.

Uma nova política educativa, a afirmação da profissão docente, e a mudança da relação da profissão com a tutela, foram os três princípios apresentados pela FENPROF como base estratégica para levar a cabo a profunda remodelação do sistema educativo que considera necessária. Em concreto, quais devem ser os parâmetros a ter em conta pelo novo Governo para que essa remodelação se concretize?

Em primeiro lugar, uma viragem de cento e oitenta graus na postura negocial. Isto é, a um Governo e a uma ministra da Educação que usaram e abusaram de um discurso mistificador acerca da educação como "prioridade das prioridades" e sempre pautaram o seu comportamento por uma intolerável arrogância e agressiva prepotência, é necessário que suceda um outro que negocie séria e rigorosamente com as organizações sindicais, dignificando o seu imprescindível papel no desenvolvimento de uma sociedade democrática, e respeitando a voz dos professores, actores indispensáveis ao êxito de qualquer mudança na área educativa.

Em segundo lugar, é necessário que a política educativa do novo Governo, no respeito pela Constituição da República e pela Lei de Bases do Sistema Educativo, vise a democratização e valorização da escola pública e o incremento de um ensino da mais alta qualidade para todos, ou seja, uma escola que não seja ela própria um agente de exclusão social.

Esse objectivo é viável?

Sem dúvida, desde que seja implementada uma justa e adequada política de acção social escolar, com efectivos apoios aos alunos providos dos meios socioeconómico-culturais mais desfavorecidos.

Em terceiro lugar, como ia dizendo, é fundamental que o novo Governo empreenda uma política de valorização da profissão docente

tendo em conta as competências que se exigem aos professores, a dignidade do exercício da profissão e o seu relevante papel na sociedade.

Em síntese, é necessário que o novo Governo cumpra as regras democráticas no seu relacionamento com os representantes dos professores, que jamais faça cair na farsa, como sempre o fez Manuela Leite, as negociações com as organizações sindicais, que entere definitivamente o profundo desprezo pelos professores que o anterior Governo demonstrou e sobre essa cova comece a erguer os pilares da esperança que se constroem com a resolução dos problemas que de há muito a FENPROF colocou em cima da mesa e com a tomada rápida de medidas, algumas das quais já foram anunciadas pelo PS durante a campanha eleitoral.

Essas exigências remetem para a conclusão de que a "reforma educativa" desenvolvida na última década se saldou por um fracasso. Em que bases assenta uma tal conclusão?

Em bases objectivas e em bases subjectivas. Os professores conhecem os atrasos estruturais do sistema educativo e sabem que a escola é um importante centro por onde passa o desenvolvimento das sociedades, desde que ela tenha condições e recursos apropriados e seja um lugar propiciador da realização

O que existe é um incongruente edifício legislativo que pela sua falta de qualidade gerou uma brutal onda de frustração nas escolas de todos os graus de ensino, potenciada pela existência de estatuto de carreira que originaram das maiores lutas de sempre da classe docente

pessoal de alunos e professores. Se tais condições não existirem, a escola será um espaço centrífugo para os alunos, desinteressante, por vezes hostil para muitos deles, fustigado pela indisciplina e avesso à prática de uma teoria de valores.

Nesse sentido, a reforma educativa deveria ser uma das travessas mestras da democratização e modernização da escola portuguesa. Todavia, se considerarmos com atenção as suas principais vertentes, rapidamente se constata que a ambicionada reforma defraudou as expectativas mais exiguas e perturbou os docentes por muitas e diversas razões.

Como, por exemplo?

Veja-se o caso da reforma curricular e dos programas; foi lançada de cima para baixo, subalternizando o papel dos professores, por equi-

pas constituídas sem critérios transparentes e faltando em muitas delas especialistas em áreas fundamentais como, por exemplo, a de Psicologia e Desenvolvimento.

Quanto aos programas, de carácter nacional, carecem de cuidados que tivessem em conta a importância da diversidade de contextos em que ocorre o processo de ensino e de aprendizagem, e supõem muito mais o professor como um executor técnico do que como um "mediador do currículo".

De referir, por outro lado, que o processo de generalização da reforma foi acompanhado publicamente pela ideia, inculcada pelas autoridades do Ministério da Educação, de que, com ela, a prática educativa e o sucesso dos alunos iam melhorar como que automaticamente e, se tal não acontecesse, os únicos responsáveis seriam os professores. Enquanto isso, as equipas que fizeram os programas trabalharam separadamente das equipas responsáveis pelos novos modelos de avaliação dos alunos.

O que desde logo causou sérios problemas nas escolas...

Evidentemente. O novo modelo de avaliação dos alunos do ensino básico, por exemplo, causou fundas preocupações nos professores em virtude dos desajustamentos entre os princípios expressos no Despacho e os contextos reais em que o professor trabalha.

O mesmo se passou com a área-escola que, salvo raríssimas excepções, se tornou fonte de desencanto ou de indiferença, tais as ambiguidades e indefinições com que foi criada, a falta de apoios com que foi incrementada e os "ataques" que sofreu do próprio Ministério da Educação.

É bom lembrar também que muitos dos programas que defendem metodologias activas, centradas nos alunos, são demasiado extensos e outros desajustados ao seu desenvolvimento ou às suas aprendizagens em anos anteriores.

Acresce a tudo isto a persistência de problemas antigos, como é o caso das instalações. Muitas das escolas continuam sobrelotadas, outras com instalações degradadas e mal apetrechadas, com um excessivo número de alunos por turma, o que as torna profundamente desumanizadas e com más condições de trabalho.

Quanto à formação de professores, peça indispensável ao êxito de qualquer reforma, é preciso dizer que atingiu um estado caótico, tornando-se a formação contínua ora numa farsa ora num pesadelo, com a frequência de acções que em nada contribuem para o aperfeiçoamento profissional dos professores ou com a corrida desenfreada à conquista de unidades de crédito para a progressão na carreira.

E já agora, é bom não esquecer a tentativa do Ministério de substituir a gestão democrática das escolas por um novo modelo de cariz autoerótico.

Resumindo, lembro que um antigo ministro da Educação - e um dos principais autores da reforma - disse que não se reconhecia em nada do que os ministros fizeram durante estes último Governo.

Entrevista com Paulo Sucena

É necessário que a política educativa do novo Governo vise a democratização e valorização da escola pública e o incremento de um ensino da mais alta qualidade para todos, ou seja, uma escola que não seja ela própria um agente de exclusão social

De facto, o que existe é um incongruente edifício legislativo que pela sua falta de qualidade gerou uma brutal onda de frustração nas escolas de todos os graus de ensino, potenciada pela existência de estatuto de carreira que originaram das maiores lutas de sempre da classe docente.

É frequente ouvir dizer-se - e os anteriores ministros da Educação não se cansaram de o repetir - que uma "reforma educativa" necessita de tempo para provar as suas potencialidades. É legítimo afirmar que o processo português, que só este ano se estendeu a todos os graus de ensino pré-universitário, esgotou as suas possibilidades? Porquê?

Do que se trata não é de uma questão de tempo mas de incompetência, de incapacidade e de um propósito político de desresponsabilização do Estado na área educativa e de degradação da escola pública. Daí eu dizer que a "reforma educativa" cavaquista não esgotou as suas possibilidades porque nasceu e cresceu sem possibilidades.

Uma reforma educativa não é uma resultante de decretos, de leis, de despachos, de circulares, de... de..., é algo que se talha com os professores, e não sem eles ou contra eles, à medida das nossas escolas e das grandes assimetrias regionais e sociais existentes num tão pequeno país. Pois é, a política educativa não vive sozinha, ela está incrustada na política global do Governo, por isso o esgotamento da política cavaquista arrastou consigo a morte da sua política educativa.

Não há que dar mais tempo a um nado-morto. O que é preciso é começar a erguer, urgentemente, nas escolas e com os professores a mudança educativa de que o país precisa.

A divulgação das conclusões do estudo nacional de literacia, a semana passada, revela o estado "alarmante" da situação portuguesa neste domínio.

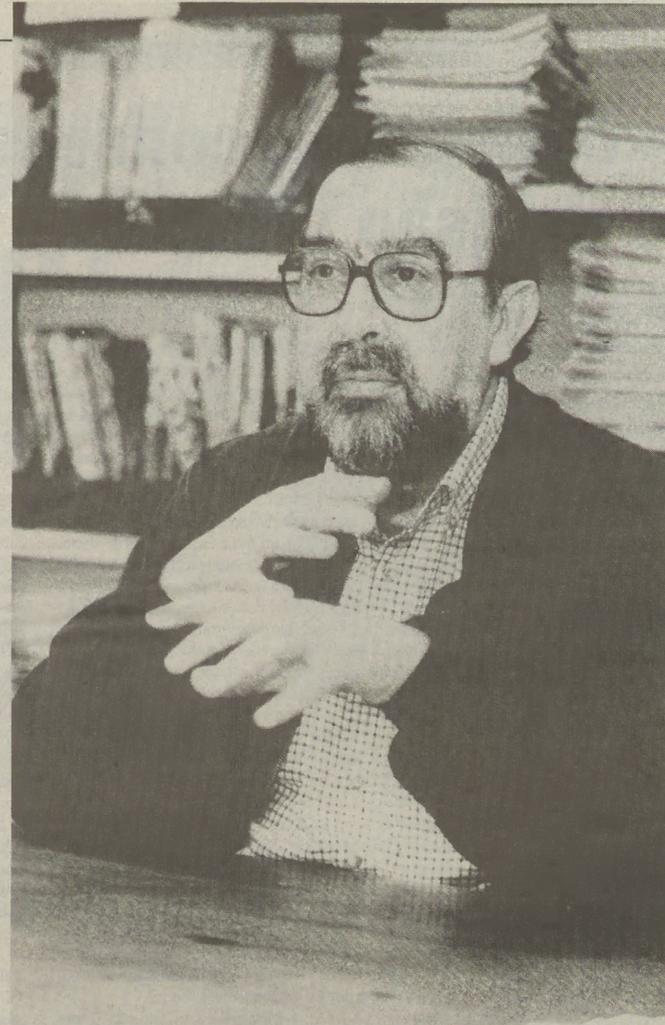
No entanto, ninguém parece verdadeiramente surpreendido com esses resultados, antes se afirmando que eles comprovam o que empiricamente já todos sabiam. Como é possível chegar-se a tal ponto, sem que os agentes do processo educativo, a todos os níveis, se tenham indignado, revoltado, sei lá... virado a mesa?

Não me é possível, em tão curto espaço, responder a uma pergunta que quase exigiria a produção de um tratado ético-político-sociológico sobre essa questão. Não obstante, gostaria de dizer que a atitude de todos os responsáveis governamentais, do mais ao menos importante, é coerente com uma política que ao longo dos anos nunca curou o desenvolvimento político, económico, social e cultural do povo português, antes contrabandeou os recursos humanos e materiais de Portugal em favor do capital pátrio e estrangeiro. Porém, de outro ângulo os educadores e professores desenvolveram, ao longo dos últimos anos, as maiores lutas e greves de sempre contra a política educativa dos governos de Cavaco Silva.

E agora, que já todos sabem, que fazer aos 5,7 milhões de pessoas (mais de metade da população portuguesa), que se dizem incapazes de processar a informação escrita na vida quotidiana?

O estudo nacional de literacia mostrou que a FENPROF não fazia demagogia quando denunciava a situação escolar do país, quando se opunha a um modelo de avaliação que apenas garantia o sucesso educativo dos alunos num plano meramente administrativo, quando exigia que a Educação fosse, no Orçamento de Estado, uma verdadeira prioridade, e quando denunciava uma política educativa que subvertia a Lei de Bases do Sistema Educativo, designadamente quando postergava a expansão da rede pública de educação pré-escolar e desprezava a produção de quaisquer medidas tendentes a uma eficaz erra-

A política educativa não vive sozinha, ela está incrustada na política global do Governo, por isso o esgotamento da política cavaquista arrastou consigo a morte da sua política educativa. Não há que dar mais tempo a um nado-morto



dição do analfabetismo e da promoção da educação básica de adolescentes e adultos.

Perante a preocupante situação que se vive, herdada em grande parte do fascismo mas continuada pela incuria do PSD há década e meia responsável pelo Ministério da Educação, creio ser indispensável uma política educativa que privilegie a defesa da escola pública, que alargue urgentemente a rede pública de jardins de infância, que tome medidas no sentido do cumprimento, com êxito, das escolaridade obrigatória por todos os alunos em idade de frequentá-la, que anule traços elitistas que enformam o ensino secundário e o acesso ao ensino superior, que desenvolva eficientemente a acção educativa escolar e extra-escolar, que aperfeiçoe, atualize e dinamize, de forma ajustada os sistemas de formação inicial e contínua dos educadores e professores. Enfim, é necessária uma política educativa que não assente em qualquer sentimento excessivo como é a paixão, antes se desenvolva com racionalidade, eficácia, competência e respeito democrático por todos os intervenientes do processo educativo. Uma política educativa nova assumida pelo Governo como uma prioridade ou, se se preferir, como uma pedra de toque numa política global que tenha como finalidade primordial o desenvolvimento democrático de Portugal nos seus diversos aspectos. Efectivamente uma nova política económica, social e cultural é também decisivo para mudar o panorama da literacia a nível nacional.

Continua a falar-se muito na política educativa e pouco na política cultural do país. Que propostas tem a FENPROF nesta matéria?

A FENPROF, como Federação de Sindicatos de Professores, não tem propriamente no seu plano de acção propostas estritamente atinentes à área da política cultural. Isto não significa que a FENPROF não tenha da política educativa uma dimensão cultural e não inclua nas jornadas pedagógicas dos seus sindicatos iniciativas para os professores de cariz eminentemente cultural.

Gostaria, ainda que brevemente, de sublinhar alguns aspectos das nossas preocupações educativas que se prendem com o desenvolvimento cultural das crianças e dos jovens.

Em primeiro lugar, a defesa da língua e da cultura portuguesa nos planos curriculares, depois a exigência de formação adequada dos professores desta área, o apetrechamento das escolas com bibliotecas, clubes de leitura, de jornalismo, etc., a defesa de metodologias activas que permitam aos alunos serem sujeitos no processo de aprendizagem e portadores de instrumentos políticos que lhes permitam analisar a realidade, a reivindicação de uma escola humanizada que permita o desenvolvimento de valores cívicos, éticos, políticos e sociais entre os seus alu-

não corre o risco de se transformar rapidamente num "estado de desgraça" se a curto prazo as expectativas forem frustradas?

Não correm o risco, estão condenadas. Depois de tantos anos de retórica política e de demagógicas promessas, as palavras já estão gastas (como diria o poeta). Só a tomada de medidas e a sua concretização de acordo com antigos e profundos anseios dos portugueses, alimentará as expectativas de mudança foram criadas em 1 de Outubro passado.

Fala-se muito no papel dos diferentes agentes da educação e da cultura, até agora praticamente ignorados pelos governos do PSD. Isso significa que vai haver algum "pacto nacional" para enfrentar os problemas existentes nestas áreas?

É necessária uma política educativa que não assente em qualquer sentimento excessivo como é a paixão, antes se desenvolva com racionalidade, eficácia, competência e respeito democrático por todos os intervenientes do processo educativo



A FENPROF tem uma posição clara sobre essa matéria. Regozijando-se com a derrota da política levada a cabo pelo anterior Governo, a FENPROF coloca-se numa atitude de exigência do cumprimento urgente das expectativas e esperanças nascidas com os resultados eleitorais, ressaltando o facto de sempre ter pautado e continuar a pautar a sua actividade por princípios de autonomia e independência perante o poder político. Nesse sentido já tornámos públicas 20 medidas que consideramos ser urgente resolver, porque a revolta e a frustração que foi invadindo os professores não são susceptíveis de serem enfrentadas com alongados e difusos processos decisórios, tenham eles este ou aquele formato.

«Diálogo», «consenso» e decisão política

Ao fim de uma década de um Governo de direita e de mais um bom número de anos em que a direita esteve associada ao Governo do bloco central e marcou a sua orientação global são muitos os que aspiram a uma verdadeira mudança de política e o demonstraram nas urnas no passado dia 1 de Outubro.

Se o PS entender que a manifestação desse desejo de mudar é um cheque em branco para fazer o que quer e mesmo para seleccionar arbitrariamente das suas promessas eleitorais as que são e não são para cumprir (como sugerem alguns «comentadores») em breve desaparecerá o clima de esperança os resultados eleitorais suscitaram em amplos sectores sociais e esse clima se transformará em revolta.

É evidente que o PS procura desde já acenar para a direita e para a esquerda com o diálogo (sobretudo para a direita), omitindo que o diálogo é positivo em si mas sobretudo quando chega a resultados concretos. Na prática, esse diálogo pode desembocar na satisfação do grande patronato e no sacrifício continuado dos trabalhadores e dos que foram excluídos, perseguidos e marginalizados na década de poder cavaquista. Raramente a «concertação» tem sido na prática algo de diferente.

A vida mostra que o diálogo é altamente estimável após uma década de autoritarismo e que governar pode exigir saber compor interesses contraditórios. Mas mostra também que é necessário decidir e que não se pode não decidir, ou decidir como a direita quer, em nome do «consenso». Uma actuação deste tipo brevemente se revelaria como hipócrita, como desculpa de mau pagador para não cumprir promessas eleitorais e como repetição das actuações do PSD que o levaram à pesada derrota que sofreu. Assim, por exemplo, quando o PS fez da regionalização uma das suas bandeiras sabia que o PSD tinha adoptado outra posição e que só a poderia cumprir o que prometeu sem e até contra as posições oficiais do PSD e de uma parte dos seus quadros. Não faria sentido que para avançar exigisse agora um «consenso» com o PSD que é obviamente impossível, em vez de o procurar com quem defende a regionalização.

A verdade é que está aí um imenso rol de questões que só pode ser resolvida num sentido ou noutro e que o «diálogo» e o «consenso» não justificam que não sejam resolvidas. Apenas alguns exemplos: vai ou não aumentar rapidamente a participação do trabalho no rendimento nacional, recuperando a baixa permanente que se verificou ao longo dos anos? Vão ou não ser consagradas as 40 horas de trabalho máximo semanal? Qual será a atitude face à legislação do trabalho cuja alteração o patronato acaba uma vez mais de reclamar? Como evoluirão as despesas com a educação, a saúde, a habitação e a segurança dos cidadãos que o próprio PS afirmou repetidamente serem insuportavelmente baixas? Qual será

o grau de aumento das reformas e dos vencimentos dos trabalhadores da função pública? Vai concretizar-se a reforma democrática do Estado, incluindo com lugar destacado a regionalização, bem como a descentralização (com os correspondentes recursos financeiros)? Vão ser garantidos os recursos financeiros das autarquias e o fim da sua asfixia financeira, como o PS tanto prometeu, os eleitos a tempo inteiro nas juntas de freguesia e tantas outras medidas necessárias

para o fortalecimento do poder local? Ou «reforma o Estado» e a «reforma do sistema político» vão ser um mero pretexto para abandonar a defesa efectiva da proporcionalidade na eleição de todos os órgãos electivos e para tentar esconder atrás de «factos políticos» de muito discutível alcance prático os atentados aos direitos económicos, sociais e culturais e às condições de vida e bem-estar do povo português? E vai ser assegurada a defesa dos serviços públicos e o abandono da tentação *thatcheriana* da privatização de tudo o que pode interessar ao grande? Vai-se repor a justiça do sistema fiscal, combatendo a fraude e evasão fiscal ou continuará a verificar-se a grande concentração das fontes de receitas no sacrifício dos rendimentos dos trabalhadores por conta de outrém? Vai-se verificar a garantia das liberdades e pluralismo a todos os níveis, incluindo o fim das discriminações e perseguições por motivos políticos na Administração Pública e nas empresas e o combate determinado ao clientelismo, nepotismo e fenómenos similares? Vai-se ou não desenvolver uma democracia participativa real aos diferentes níveis? Vai-se ou não assegurar a participação digna e tendo em conta as especificidades e prioridades da economia nacional numa integração europeia que deveria mudar de rumo e virar-se decididamente para dar conteúdo aos princípios que constam dos tratados como a coesão económica e social e a igualização no progresso das condições de vida e de trabalho ou vai-se preferir, com o pretexto da moeda única, alinhar em políticas e prioridades de cariz neoliberal e monetarista?

Naturalmente que as perguntas poderiam continuar. Teriam naturalmente que compreender questões como a revisão constitucional e as Conferências Intergovernamentais de 1996.

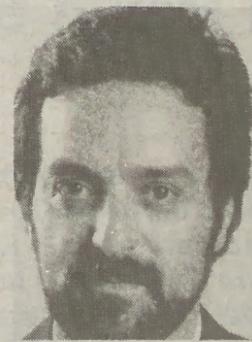
Em relação a estas e outras questões, o povo português não pode deixar de ser democraticamente exigentes tal como o terão que ser o PCP e a CDU. Quando se apresentaram nas últimas eleições como a «esquerda necessária» não o fizeram afirmando que os seus votos e deputados seriam necessários para formar uma «maioria de esquerda». Tratava-se, acima de tudo, de afirmar um projecto diferente e autónomo, de esquerda, que entendem ser do interesse de Portugal e da democracia portuguesa. Seria tanto mais possível conquistar a aproximação das orientações políticas a esse projecto quanto maior fosse a sua representação parlamentar e a sua capacidade de influenciar e intervir no poder.

Na situação que agora está criada, a grande maioria das propostas fundamentais cuja aprovação representaria a concretização da

esperança e da vontade de mudar que levou à derrota do PSD dará entrada na Assembleia da República por intermédio do PCP. Esse será um dos grandes meios, em conjugação com a actividade das organizações sociais e populares, para obter conquistas positivas e, quando tal não aconteça, de impedir que as políticas que o PS porventura realize em coincidência com a direita venham a ser aproveitadas por esta, ao mesmo tempo que as suas consequências gravosas para os trabalhadores e o povo seriam apresentadas falsa e hipocritamente como parte integrante do fracasso de uma «política de esquerda».

Não é do interesse da democracia portuguesa que se generalizem afirmações que já ouvimos demasiadas vezes segundo as quais os «políticos», ou os partidos, são todos iguais. Esta afirmação seria facilitada pela ideia da alternância no poder de partidos com orientações essenciais semelhantes, sem se desenhar uma verdadeira alternativa política nem uma política alternativa. Sê-lo-ia também com a ideia de que as políticas que agravarem as condições de vida das populações e degradarem a vida democrática são medidas imputáveis à «esquerda» (como já aconteceu no passado com anteriores governos do PS e aconteceu também por essa Europa fora com partidos da mesma «família» política).

No momento em que o novo Governo ainda não tomou posse, não seria naturalmente justo recorrer a processos de intenção sobre o que vai ou não fazer, excepto em matérias em que declarações concretas mostraram agora, ou já deram indícios, de ausência de correspondência entre as orientações e as promessas eleitorais, de inversão de



LUÍS SÁ
Membro da Comissão Política

O diálogo é altamente estimável após uma década de autoritarismo. Mas é necessário decidir e não se pode não decidir, ou decidir como a direita quer, em nome do «consenso». Uma actuação deste tipo brevemente se revelaria como hipócrita, como desculpa de mau pagador para não cumprir promessas eleitorais.

prioridades em relação ao que resulta das esperanças populares ao fim de tanto tempo de governação de direita ou de adopção das mesmas políticas que esta defendeu.

A justiça, a igualdade social, a luta firme contra a discriminação, a pobreza e a exclusão, bem como a atitude de fraternidade e da solidariedade constituem grandes objectivos e valores de esquerda de gritante actualidade. Quem os defende é de esquerda e esta é mesmo necessária. E é-o sobretudo num momento em que, após a derrota da direita, a esperança coexiste com um grande temor de a ver defraudada e em que a direita esprieta novas oportunidades, quer com o seu candidato nas eleições presidenciais, quer com a expectativa de ver realizados os seus projectos por meio ou em conjunto com o PS, quer através de um regresso ao Governo devido aos erros que este cometer e às orientações contrárias aos interesses dos trabalhadores e do povo que este adoptar.



1945-1995

ONU faz 50 anos

Um grupo de organizações não governamentais, em colaboração com o Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal, decidiu avançar com algumas iniciativas assinalando o 50^o aniversário da criação da ONU. Em conferência de imprensa, na semana passada, foi divulgada a Declaração que aqui publicamos. Também procurando sensibilizar a opinião pública para reflectir sobre a experiência deste 50 anos e sobre o papel e o lugar da ONU no presente e para o futuro, aquelas organizações (cuja lista também divulgamos nesta página) levaram a cabo anteontem à noite, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, uma sessão comemorativa do aniversário da ONU.

Presidida pelo brigadeiro Pezarat Correia, a sessão teve ainda intervenções de Diogo Pinto,

presidente do Conselho Nacional de Juventude, Miguel Urbano Rodrigues (jornalista e deputado), Fernando Reino, embaixador, e Carlos Santos, director do Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal. Do programa constou ainda um momento cultural, proporcionado pelo «Trio Português» de José Salgueiro, João Paulo Esteves da Silva e Ricardo Rocha.

Comissão Promotora

Como primeiros subscritores da Declaração, que se constituíram em comissão promotora da sessão de anteontem à noite, surgem 26 associações não governamentais:

Associação 25 de Abril • Associação de Municípios pela Paz, Ambiente e Coope-

ração - Movimento ZLAN • Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear • Associação Livre dos Objectores e Objectoras de Consciência • Associação Portuguesa de Deficientes • Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral - CIDAC • Chapitô •



Clube Marítimo Africano de Lisboa • Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses • Conselho Nacional da Juventude • Conselho Português para a Paz e Coperação • Federação Nacional das Cooperativas de Consumo - Fenacoop • Federação Portuguesa das Colectividades de

Cultura e Recreio • Frente Anti-Racista • Interjovem • Juventude Operária Católica • Liga Operária Católica • Movimento Democrático de Mulheres • Movimento dos Educadores para a Paz • Movimento Português contra o Apartheid • Movimento Unitário de Reformados, Pen-

sionistas e Idosos • Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário» • Sociedade Portuguesa de Autores • UMAR - Movimento para a Emancipação das Mulheres • União Coordenadora Nacional das Organizações de Deficientes • União Geral de Trabalhadores.

Declaração

«Pela paz, pelo desarmamento e pelo desenvolvimento»

A constituição da Organização das Nações Unidas, em 24 de Outubro de 1945, foi unanimemente reconhecida como uma medida muito positiva, consequência da vitória alcançada pela coligação antinazi, e decorrente da tragédia que representou para a humanidade a II Guerra Mundial.

Esta guerra envolveu sessenta e um Estados, com uma população de mil e setecentos milhões de habitantes. Foram mortos cerca de sessenta milhões de pessoas e foram feridos mais de noventa milhões.

Convictos de que o único caminho para uma Paz justa e duradoura seria a construção de um sistema de segurança colectiva assente nos princípios da cooperação internacional e nas relações amistosas entre as nações; animados por legítimos anseios de liberdade e de democracia, quarenta e nove governos, prepararam a «Carta das Nações Unidas», que consagra princípios e valores orientados para a *defesa e preservação da Paz, da Democracia, do Direito à Autodeterminação e Independência dos Povos*, e constituíram os alicerces para a construção de um mundo novo e mais justo, designadamente:

— a igualdade da soberania entre todos os Estados, grandes ou pequenos, a resolução por meios pacíficos das disputas internacionais, a abstenção da ameaça ou uso da força, a cooperação internacional, o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

Volvidos 50 anos, a guerra voltou à Europa; encontram-se mais uma vez ameaçados os fundamentos da paz mundial. Acentuam-se um clima psicológico e tendências na situação política internacional que fazem pairar a ameaça da eclosão de uma nova guerra que, a verificar-se, porá em causa a própria existência da vida à superfície da terra. A intensa e continuada acumulação de armamentos convencionais, químicos, biológicos e nucleares e, em particular, o recurso a novos tipos e sistemas de armas nucleares de primeiro ataque, têm acentuado extraordinariamente o perigo de guerra, agravando o clima das relações internacionais e agudizando os focos regionais de tensão. A crise económica, a delapidação dos recursos naturais, a insatisfação das mais elementares necessidades do ser humano — alimentação, saúde, habitação, ensino — são reflexos gritantes dos colossais gastos para fins militares.

A guerra fria sucedeu a tentativa de impor uma «nova ordem internacional» marcada pela hegemonia do Norte, rico e próspero, liderado pelos EUA, em desfavor dos países do Sul. Os valores e a dinâmica criados no âmbito da segurança e cooperação europeias e

alguns resultados positivos alcançados nas negociações para o desarmamento e o desanuviamento estão seriamente comprometidos.

Alguma incapacidade de decisão e uma certa vulnerabilidade às pressões de grandes potências, revelada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, têm posto a necessidade da sua reestruturação e reforma. Estão em causa o seu funcionamento e organização, algumas atitudes face a conflitos que a ausência de imparcialidade terá prolongado ou agudizado, a incapacidade ou falta de vontade política de cumprir e fazer cumprir as suas próprias decisões e resoluções, a inadequação da capacidade do direito de veto reservada a um conjunto de países cujo papel já não corresponde às necessidades do equilíbrio internacionais.

O funcionamento recente do Conselho de Segurança e a atitude que tem revelado relativamente aos mais graves conflitos — na Bósnia, como no México Oriente e em Timor, por exemplo — torna legítima a ideia de que está em curso um processo claramente orientado para o desvirtuamento e subversão dos princípios da Carta das Nações Unidas e dos objectivos que presidiram à sua criação. Por isso, a coberto da necessária reforma da ONU e da sua estrutura, manifestam-se fortes tendências que vão no sentido de não aprofundar a sua democraticidade mas, ao invés, de acentuar a desigualdade de tratamento, procurando dessa forma completar o processo de imposição de uma ordem que apenas privilegia e tem em conta os interesses de um reduzido grupo de países.

O racismo, a xenofobia e as manifestações cada vez mais frequentes da ideologia fascistas e neonazi; o fenómeno dos fundamentalismos e o seu aproveitamento nas campanhas de intoxicação e desinformação; o terrorismo cada vez mais generalizado e com meios cada vez mais generalizados e com meios cada vez mais poderosos e mortíferos, são fenómenos que ganham nova dimensão, revelam tendências muito perigosas e aumentam consideravelmente a instabilidade e a insegurança das populações, cuja defesa não é apoiada com os meios necessários e eficazes.

Os países ricos e industrializados têm-se recusado, sistematicamente, a pôr termo à degradação do ambiente e das condições de vida das populações.

As Conferências Internacionais do Rio e de Berlim sobre o ambiente, a Conferência do Cairo sobre a população, a Conferência de Copenhague sobre o desenvolvimento social e, mais recentemente, a de Pequim, sobre a situação da mulher, revelaram problemas gra-

víssimos que exigem respostas urgentes e sérias mas que sempre têm sido adiadas.

Só a crescente tomada de consciência e acção dos povos, dos movimentos democráticos e de Paz pode contribuir para impedir o regresso à situação de crescente tensão e de confrontação propício à eclosão de uma nova guerra.

Nesta conjuntura, tão crucial, revestem-se de excepcional importância, significado e actualidade, as comemorações com que forças democráticas e movimentos de Paz assinalam no mundo inteiro o 50.^o Aniversário das Nações Unidas, a 24 de Outubro.

Ao evocar, por um lado, os cerca de 60 milhões de vidas e os incomensuráveis sacrifícios que a guerra custou à Humanidade e, por outro, a histórica cooperação e aliança entre estados, que, embora com regimes sociais diferentes, tornaram possível a vitória sobre o nazi-fascismo e lançaram os alicerces da Paz, inscritos e consubstanciados na Carta das Nações Unidas, as antigas e novas gerações repudiam acima de tudo, com firmeza e confiança, o espectro de uma Terceira Guerra Mundial, desta vez nuclear e certamente última para a espécie humana.

Vítima de campanhas de intoxicação e de desinformação, e da subversão dos valores do humanismo e da solidariedade, a opinião pública tem sido desviada do interesse e do acompanhamento destes problemas. Importa inverter esta tendência e trabalhar para mobilizar e organizar as pessoas e as organizações para a defesa da Paz.

Por fidelidade ao ideal libertador do 25 de Abril, em reconhecimento para com os combatentes e povos que salvaram o mundo da dominação nazi-fascista, em homenagem à unidade e luta dos democratas e anti-fascistas, o povo português e as instituições democráticas não se alhearam das comemorações que, na Europa e no resto do Mundo, celebraram o 50.^o Aniversário da vitória, afirmando a vontade dos povos de construir um mundo definitivamente liberto de todas as formas de fascismo, racismo, colonialismo e militarismo, da opressão e da miséria, da agressão e da guerra.

Os signatários vêm, portanto, propor às associações cívicas, culturais, sindicais e religiosas, às escolas, aos órgãos de comunicação social, às forças políticas e às autarquias, a promoção de iniciativas próprias e comuns que, no nosso país, celebrem dignadamente o 50.^o Aniversário da Organização das Nações Unidas.

Propomos, nomeadamente, a adesão e apoio a esta «Declaração», e à iniciativa, que no dia 24 de Outubro, «Dia das Nações Unidas», iremos promover, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, para assinalar esta efeméride.

■ Henrique Custódio

Barreiro

A luta das comunicações

A Câmara Municipal do Barreiro vive há vários anos uma situação insólita: além de suportar, em exclusivo, os encargos pelos transportes públicos em todo o Concelho (o que abrange tanto a área urbana como a rural), não recebe um tostão das contrapartidas que o Estado paga a outras empresas públicas e privadas que desempenham este mesmo serviço de recorte eminentemente social. Este concelho é um dos cinco, em todo o País, que possui transportes urbanos municipais (os outros são Braga, Coimbra, Aveiro e Portalegre), com a agravante, no caso do Barreiro, de os seus transportes estarem inseridos no sistema de passes intermodais em uso na Área Metropolitana de Lisboa, o que se traduz num encargo adicional de mais de 100 mil contos por ano em contrapartidas... que o Estado não tem pago por deliberação dos governos do PSD.

Mas o município do Barreiro tem longa tradição no bom desempenho desta sua responsabilidade nas comunicações do Concelho e, apesar de tão violento esbulho, continua a garantir não apenas um dos reconhecidamente mais eficazes sistemas de transportes urbanos que o País conhece, como também está na vanguarda da dinamização duma nova atitude que se está a impor nas sociedades urbanas modernas: a de encarar o transporte público de qualidade a solução do futuro.

Pedro Canário

O rosto português duma filosofia europeia

Numa reunião em Barcelona no passado dia 6 de Outubro, o presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Pedro Canário, foi eleito por unanimidade e aclamação presidente da Comissão de Transportes do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa - CCRE. Ao facto de esta eleição ter acontecido por unanimidade e aclamação (escrutínio pouco usado na CCRE), junta-se o pormenor de não ter havido qualquer candidatura ao cargo por parte de Pedro Canário que, em nome da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), é, já há quatro anos, o único representante português nesta Comissão europeia.

O óbvio prestígio desta eleição - unânime, expedita e não procurada pelo eleito - tem naturalmente razões sólidas na sua origem: o autarca do Barreiro, além de representar desde há quatro anos a Associação Nacional dos Municípios Portugueses



neste organismo europeu, faz parte do *task force* sobre intermodalidade junto do Comissário Europeu dos Transportes e integra a Comissão de Transportes do Comité das Regiões Europeias, o que, ao longo dos anos, desenhou um quadro onde o conhecimento, a competência e a capacidade de intervenção do representante português na CCRE evoluíram em consonância com as grandes responsabilidades a que tem respondido.

A enorme experiência acumulada veio ao encontro da visão que o próprio Pedro Canário tem da questão da intermodalidade nos transportes, de que é acérrimo defensor. «O transporte público de qualidade», afirma sem hesitação, «é a solução do futuro para as grandes concentrações urbanas». Testemunhando o que, em sintonia, pensam os responsáveis dos municípios e

regiões da Comunidade Europeia sobre esta matéria, afirma que «*alastra o consenso de que há que dirigir cada vez mais os investimentos para equipamentos e interfaces modernos e eficazes e menos para as respostas, sempre de recurso, de mais e mais infra-estruturas de apoio à circulação automóvel*».

Neste ponto, é igualmente categórico: «*Há que quebrar o ciclo assente na lógica "melhores vias - mais automóveis - logo mais vias"*».

Quando à intermodalidade, exemplifica-a expeditamente: «*Significa, por exemplo, sairmos de casa, apanharmos um autocarro (transporte mais flexível) que nos coloque num transporte pesado que, por seu lado, nos ligue a outro igualmente flexível (pode ser de novo o autocarro) para nos levar ao destino. Sempre com rapidez e conforto e com a garantia de que, no regresso, tudo se passe do mesmo modo*».

Considerando que o terminal do Barreiro recentemente inaugurado «*é um bom exemplo do que deve ser a articulação hierarquizada entre os vários tipos de transporte*» (ver texto ao lado), acrescenta: «*De qualquer modo, para que esta filosofia de intermodalidades se afirme, é necessário que se ofereça qualidade, conforto, preço competitivo e um serviço baseado numa oferta suficiente e diversificada. Claro que para os operadores poderem atingir estes parâmetros, necessitam obviamente de financiamento por parte do Estado, financiamento que retornará através da poupança energética, da diminuição dos níveis de poluição, pela menor sobrecarga nas infra-estruturas rodoviárias e pela melhoria das acessibilidades, factor decisivo para o desenvolvimento económico e social*».

Segundo dados fornecidos pela autarquia, a deliberação tomada pela Câmara Municipal do Barreiro de municipalizar o Serviço de Transporte Colectivo de Passageiros remonta a 29 de Julho de 1955, tendo-se iniciado a actividade em 24 de Fevereiro de 1957 com uma frota de cinco autocarros. Hoje são cerca de 80...

Estes Transportes Colectivos do Barreiro (TCB) constituem, desde sempre, a única empresa transportadora que opera no Concelho do Barreiro. Com uma rede que serve, actualmente, toda a área urbana e rural do concelho, os TCB têm desempenhado um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento económico e social do Concelho.

Para além de operador local, os TCB estabelecem ainda relações ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, transportando diariamente milhares de passageiros com destino à capital, em deslocamentos pendulares casa/trabalho, permitindo a ligação entre o domicílio e o terminal fluvial da Margem Sul do Tejo.

A qualidade do serviço prestado tem vindo progressivamente a melhorar ao longo destes anos de actividade - e mau grado a falta de contrapartidas estatais - procurando-se permanentemente o ajustamento necessário face às alterações da procura.

Transportes Públicos: uma questão estratégica

Para Pedro Canário, presidente da Câmara Municipal do Barreiro, a melhoria dos transportes públicos urbanos é uma questão estratégica do próprio desenvolvimento das sociedades modernas, representando um enorme benefício para as populações. E porquê? Com o calor da convicção e a facilidade de quem conhece profundamente o problema, respondeu-nos: «*Melhora a mobilidade dos cidadãos, contraria o uso indiscriminado do automóvel particular,*

defende o ambiente, poupa os recursos energéticos, combate os congestionamentos de tráfego. Todos estes problemas se colocam hoje nas sociedades modernas desenvolvidas, onde a única resposta eficaz só pode ser dada pelo transporte público de passageiros.

E acrescentou:

«*Os Transportes Colectivos do Barreiro colocam este concelho na primeira linha do combate a esses flagelos nas sociedades modernas. Daí que seja absolutamente indispensável a aposta neste tipo de transporte e na progressiva melhoria que oferece aos cidadãos*».

Defendendo que a filosofia geral, nesta matéria, deve ser a de apoiar mais e mais os transportes urbanos de passageiros, Pedro Canário teceu duras críticas à política até há pouco seguida pelo Governo do PSD. «*O Governo cessante*», disse, «*seguiu uma política de desresponsabilização em relação aos transportes, procurando progressivamente transferir para o sector privado essa função, nomeadamente não exigindo, nesse processo, garantias suficientes para um serviço de transporte de qualidade, concorrendo assim para que, também progressivamente, o automóvel particular vá vencendo a batalha no domínio dos transportes*».

E exemplificou: «*Veja-se o que aconteceu com o desmantelamento da Rodoviária Nacional: as empresas privadas de transportes de passageiros que a substituíram, e que não estão nisto para perder dinheiro mas para o ganhar, têm deixado degradar a rede de comunicações que era garantida pela RN, investindo apenas nas linhas rentáveis e abandonando progressivamente todas as que não dão lucro. Isto porque não há sistemas que financiem quer a qualidade, quer o aumento da oferta*».

Abordando as questões concretas que afectam os Transportes Colectivos do Barreiro, e que pormenorizamos noutra local, Pedro

O bom princípio dum terminal

O novo terminal rodo-ferro-fluvial do Barreiro, inaugurado um pouco à pressa pelo eleitoralismo do defunto Governo de Cavaco Silva, é uma obra fundamental, segundo a filosofia da intermodalidade dos transportes e no quadro da «*nova atitude*» que urge implementar nas grandes concentrações urbanas e que consiste, segundo Pedro Canário, em «*considerar o transporte público de qualidade como a solução do futuro*».

Todavia este terminal apresenta algumas deficiências no seu funcionamento «*que podem eventualmente vir a comprometer a sua eficácia*», diz também o presidente do município do Barreiro, que pormenoriza: «*A Câmara já teve oportunidade de manifestar junto da CP as suas preocupações, que resumidamente se prendem com a melhoria dos abrigos para os utentes na zona exterior da estação, na limpeza, na activação das duas bolsas de reserva de estacionamento e da disciplina do próprio estacionamento e circulação, na falta de bancos para passageiros em espera, no tratamento específico de deficientes e outros utentes com problemas de mobilidade e na necessidade urgente da construção da passagem inferior da Recosta*».

Mas acrescenta:

«*Com estes problemas resolvidos, o terminal do Barreiro poderá ser uma instalação modelar e fundamental num novo sistema de transportes*

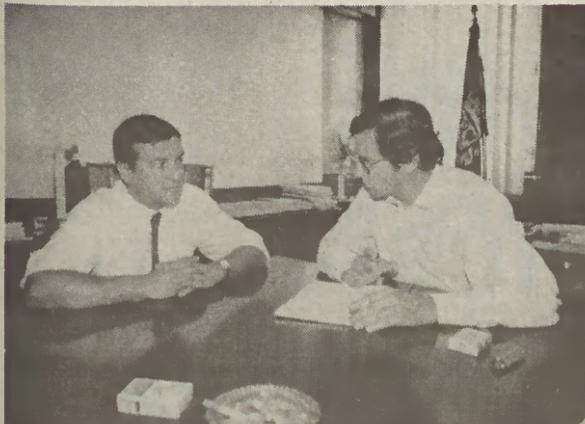
da Área Metropolitana de Lisboa, que garanta a efectiva qualidade de vida dos seus cidadãos e por cujos direitos nos continuamos e continuaremos a bater».

Todavia não basta construir bons terminais. «*É absolutamente urgente*», defende Pedro Canário, «*a criação de uma Autoridade Metropolitana de Transportes que coordene e articule os decisores e todos os intervenientes neste sector. Assiste-se hoje a uma enorme preocupação, nos países mais desenvolvidos da Europa sobre o congestionamento do tráfego devido ao uso indiscriminado do veículo particular, que dia a dia parece vir a ganhar a batalha contra o transporte público*». E adverte: «*Ora a Área Metropolitana de Lisboa, face à perspectiva da quase duplicação do seu parque automóvel nos próximos anos, corre o risco de a médio prazo se tornar intransitável e irrespirável*».

Pela parte dos municípios, tudo se está a fazer para enfrentar estrategicamente o problema. «*O metropolitano de superfície que vai ligar a Moira a Almada e que é da iniciativa conjunta das Câmaras da Moira, Barreiro, Seixal e Almada*», diz Pedro Canário, «*será no futuro uma peça fundamental no sistema de transportes deste eixo Sul da Área Metropolitana, ligando os futuros grandes interfaces desta região: Trafaria, Pragal, Casal do Marco, Seixal e Barreiro. É por este caminho que se tem de ir!*», sublinha.



A articulação dos TCB com o novo terminal fluvial está a funcionar com a eficácia esperada



Pedro Canário: «Há uma necessidade imperiosa de olhar os transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa como um todo»

Canário apresentou-nos a visão estratégica que tem do problema:

«Os TCB ressentem-se da miopia política do anterior governo em relação ao sector dos transportes. Há uma necessidade imperiosa de olhar os transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa como um todo, estimulando a cooperação entre os decisores das novas infra-estruturas (pontes, viadutos, estradas, etc.) e os operadores no sector dos transportes, numa lógica de complementaridade e de intermodalidade».

Intermodalidade que, como já dissemos, a Câmara Municipal do Barreiro tem suportado inteiramente até à data, pois os sucessivos governos do PSD recusaram sistematicamente pagar as contrapartidas devidas a este município.

As cinco «vítimas»

Existem apenas cinco municípios no País que suportam directamente os respectivos transportes colectivos urbanos. São eles o Barreiro, Braga, Coimbra, Aveiro e Portalegre. Trata-se de uma situação complexa, dados os enormes encargos que tais empresas transportadoras acarretam e a generalizada escassez de apoios estatais a esta actividade eminentemente de carácter social. Os preços bonificados em geral praticados por estas transportadoras municipais vêm agravar ainda mais os custos e os problemas, o que levou estes cinco municípios a juntar esforços nas suas repetidas (e já cansadas, de tão antigas) reivindicações. Na sua última reunião conjunta já decidiram solicitar uma audiência ao novo ministro dos Transportes, no sentido de exporem (mais uma vez) a situação difícil que enfrentam e receberem, finalmente, os apoios necessários aos serviços que prestam e não enjeitam. Apenas necessitam dos meios necessários...

Neste quadro, a situação da Câmara Municipal do Barreiro é a mais gravosa, dado ser o único destes cinco municípios que está integrado numa Área Metropolitana e, portanto, inserido no sistema de passes intermodais. Como se explica noutra local destas páginas, esta situação traduz-se, na prática, por uma perda de receitas de mais de 100 mil contos/ano ou, dito de outra forma, por um encargo suplementar de mais de 100 mil contos, o que vai a dar no mesmo... É uma verba muito elevada para um município que, à semelhança de todos os outros, já vem sendo esbulhado de verbas ainda maiores pela política anti-autárquica que foi implacavelmente praticada pelos Governos do PSD/Cavaco Silva, nomeadamente através da recusa do cumprimento da Lei das Finanças Locais, da redução das verbas a atribuir às autarquias através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e de sucessivos encargos descentralizados para o Poder Local sem as correspondentes contrapartidas financeiras.

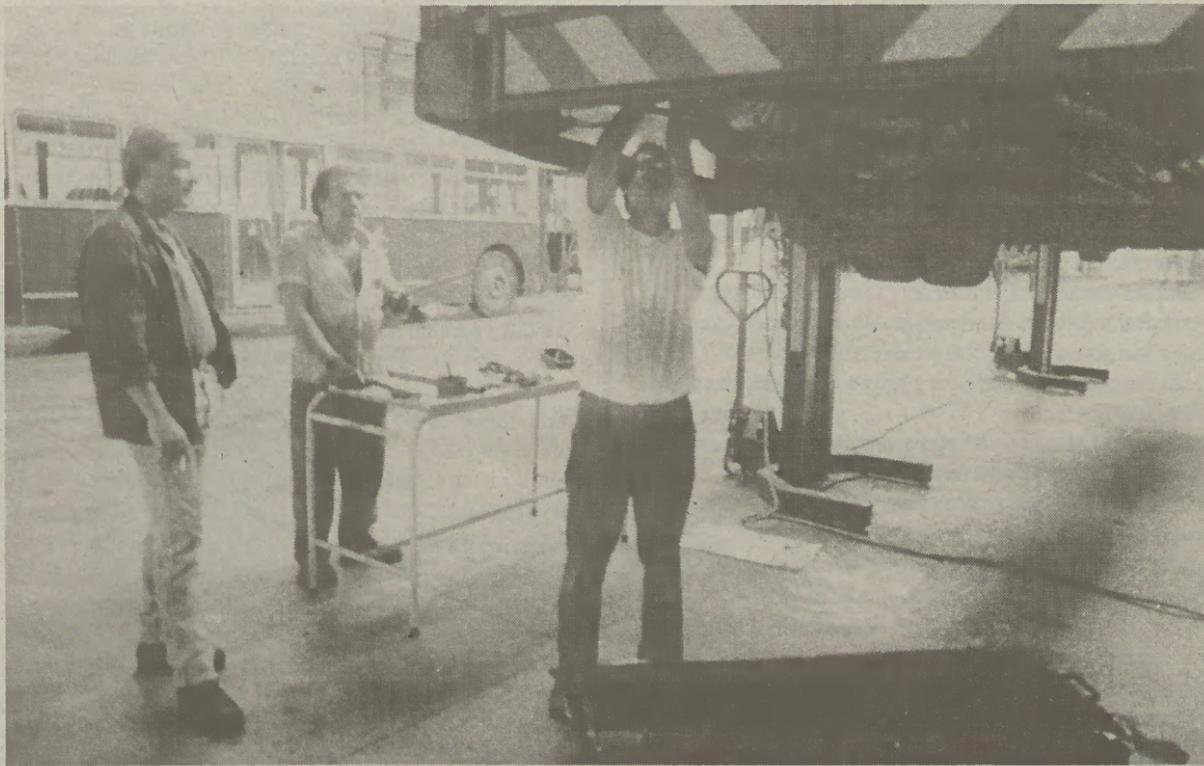
Nos últimos quatro anos Município investe 700 mil contos nos transportes...

Há cerca de três anos, um estudo da DECO dava os Transportes Colectivos do Barreiro (TCB) como os mais eficazes ao serviço das populações. Hoje, as razões que justificaram este parecer mantêm-se actuais: com uma frota de 70 autocarros urbanos e sete de excursão, os TCB continuam a cobrir todo o território do concelho durante as 24 horas do dia. Para se ser mais exacto, durante 23 horas e 15 minutos, com apenas 45 minutos de paragem. É uma performance de que não se podem gabar outras empresas transportadoras com muito mais meios, nomeadamente na capital, logo ali do outro lado do Tejo...

Acontece que os TCB são inteiramente suportados pela Câmara Municipal do Barreiro que, apesar das dificuldades financeiras, não se tem poupado a esforços para manter a qualidade dos seus transportes. Só para as novas oficinas inauguradas em 1993 investiu

qualquer coisa como 700 mil contos, o que lhe permitiu erguer um complexo moderno de administração, manutenção e estacionamento. E essa modernização não pára: vai ser aberto um concurso para a aquisição de mais seis autocarros urbanos e dois de excursão, para o que também não vai receber qualquer apoio ou subsídio estatal.

Apesar das grandes dificuldades financeiras por ausência de contrapartidas estatais, a Câmara Municipal do Barreiro tem vindo a equilibrar a situação: enquanto em 1990 as receitas apenas cobriam 85% dos custos, encargos e amortizações, em 1994 já responderam a 94% dos encargos. Tudo isto à custa de grande racionalização de meios e - assinala-se, sem qualquer quebra nos diversos apoios sociais que presta, nomeadamente os passes bonificados para estudantes e reformados e os encargos com o sistema intermodal dos passes da Grande Lisboa.



A Câmara Municipal do Barreiro investiu, há três anos, 700 mil contos nas novas oficinas para os seus Transportes Colectivos de Passageiros, completando um moderno complexo de administração, manutenção e estacionamento

... e Governo retira-lhe 600 mil contos nas contrapartidas!

É precisamente na questão dos passes intermodais para a Grande Lisboa que a Câmara Municipal Barreiro está a sofrer uma violenta penalização.

Os passes intermodais têm preços significativamente bonificados para o utente, que paga apenas uma parte dos custos dos transportes que usufrui: a parte restante é suportada pelas diversas empresas transportadoras, que, por isso, recebem compensação do Estado.

Na Grande Lisboa todas as empresas transportadoras recebem essa compensação à excepção - adivinhem... - dos Transportes Colectivos do Barreiro, ou seja, a Câmara Municipal.

Para se ter uma ideia da violência financeira da situação, basta dizer que a Câmara Municipal do Barreiro deveria ter recebido mais de 600 mil contos do Ministério das Finanças, só de 1990 para cá, o que, na prática, significa um encargo anual suplementar de mais de 100 mil contos, que o município do Barreiro tem suportado indevidamente, ao ser forçada a assumir os custos deste serviço social que cabe ao Estado assegurar.

Apesar de todos os protestos, reivindicações, audiências e exposições ao longo dos anos dirigidos aos governos do PSD - em geral recebidos com grande «compreensão» e sucessivas promessas de resolução -, a situação tem-se mantido, lesando profundamente o Concelho e a população do Barreiro.

O que, apesar de tudo, não impediu o município de continuar a prestar os diferentes serviços de transporte a que habituou a sua população, que incluem transportes bonificados para as praias, na época balnear, ao serviço das escolas e das colectividades ou de qualquer grupo de cidadãos que necessitem deslocar-se.

Espera-se que o novo Governo ponha, finalmente, fim a este autêntico escândalo. É que a questão não está, sequer, na compensação (aliás, merecida) pelos encargos suportados pelo município com os transportes públicos: limita-se a ser o pagamento do que é devido e está a ser absurdamente negado.



O recém-inaugurado terminal rodo-ferro-fluvial do Barreiro é um bom ponto de partida para o sistema de interfaces indispensável para um eficiente transporte de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa. Mas apresenta algumas deficiências que importa corrigir...

Palavras

e Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues

A invasão de Roma pelos japoneses

A invasão de Roma pelos japoneses começou já há uns anos. Mas tem vindo a aumentar perigosamente.

Eles aparecem nos melhores hotéis e nos menos bons, nos grandes restaurantes, em extensas caravanas turísticas, ou aos pares, no *corso Vittorio Emanuele*, na *Via Veneto* ou na *Via dei Condotti*, disparando os aparelhos fotográficos, mesmo no Museu do Vaticano, contra as estátuas egípcias, os impassíveis Hórus e Anúbis, até na Capela Sixtina, onde os adoradores de Miguel Ângelo suspendem a respiração, olhando o tecto sublime e as paredes restituídas à sua integral pureza, a das formas perfeitamente nuas.

Junto ao Forum de Trajano, surgem eles aos montes, falando alto, esgazeando o olhar estreito, apontando as máquinas aos gatos, majestosos e indiferentes, que dormem, ou contemplam o mundo cá de cima, junto à base das colunas ou entre fustes partidos. Apoderam-se da carne doirada dos palácios barrocos. Filmam, com inconfessável volúpia, os polícias e as polícias a cavalo que guardam o Quirinal à hora secreta do crepúsculo.

Espalham-se pelas ruínas do Coliseu, onde se misturam com as hostes trovejantes de norte-americanos.

Foi aí que, pensando nos combates dos gladiadores — Ave César, saudam-te os que vão morrer — e nos cristãos lançados às feras, momento em que os nobres romanos estremeciam de gozo, me lembrei de uma tarde doente que passei em Nova Iorque frente à televisão, assistindo a outros morticínios em série.

Aliás, a própria televisão italiana vomita crimes incessantemente, por mais que se mude de canal e se passeie em imagem pelo mundo.

É isso: o circo moderno é o espectáculo televisivo da violência suburbana, dos *gangs* exterminando-se mutuamente, das orgias mortuárias de purificação racial, captadas em lúgubres fotografias.

Mas tornemos aos japonesinhos, que na Praça de S. Pedro se dobram em grandes vénias perante as sotas negras e as belas figuras de pedra.

Já quase não deve haver restaurante em Roma onde a ementa não esteja traduzida em inglês yankee e em caracteres nipónicos. Eles passam, em bandos uniformes, sobre a cidade do Tibre, que não descobrem nem entendem, metralhando-a com as suas *Nikons*.

Apesar, porém, da sua pressa arrumada e daquela desenvoltura que lhes dá a convicção do poder económico, os senhores do yen, valha a verdade, são menos arrogantes do que os donos do dólar.

Têm ainda, alguns deles, um certo ar ritualizado, mesmo os casalinhos jovens, no arrulhar do amor. Observei-os longamente ao pé da *Barcaccia* do Bernini, na *Piazza di Spagna*. Miravam de longe a igreja da *Trinitá dei Monti* e sobretudo os tapumes que escondem as escadarias em obras que sobem cá de baixo até ao *Pinccio*.

Há por certo um mistério qualquer ou um problema que aqui sempre os intriga e fascina, seja a desordem do trânsito, o preço altíssimo dos sapatos ou aquela alegria afectuosa, solta, às vezes intempestiva, que torna fã único e cativante o povo italiano.



■ Rui Paz

A América e a amnésia do Sumo Pontífice

Na sua recente viagem à América, João Paulo II parece denotar uma certa desilusão pelos resultados daquilo a que ele chamou a segunda evangelização. Este Papa que tanto sonhou com uma Igreja triunfante, atarefada em assinar com os governos do mundo inteiro concordatas proibindo o divórcio e a limitação da natalidade, obrigando à frequência das aulas de religião e impondo uso do crucifixo nas escolas e edifícios públicos como acontece na Baviera, vê-se agora confrontado com o êxodo de milhões de crentes, com abaixo-assinados e referendos dos católicos da Áustria, da Alemanha, da Suíça... denunciando a incompatibilidade entre as suas convicções democráticas e a estrutura absolutista em que assentam o poder e a prática do Vaticano.

Mas este pontífice, que tudo tem feito para impor o poder dos Estados Unidos e do capitalismo à Europa, à América Latina, ao mundo inteiro, que confundiu a voz do Pentágono com a voz de Deus e elevou à categoria de profetas os Reagan, os Brzezinskis, os Walters..., que às vezes parece lembrar-se que também há pobres e de que nem todos os cristãos milionários como o seu grande admirador, William Wilson, ex-embaixador americano no Vaticano, descobre agora aquilo que toda a gente já há muito sabia, que na «América nem toda a gente é poderosa, nem toda a gente é rica» e nela se esconde «muita pobreza». Mas não foi ele quem mandou calar Leonardo Boff e encarregou o cardeal alemão Joseph Ratzinger de dirigir a cruzada da teologia do «Deutsche Bank» contra a «Teologia da Libertação», contra a opção preferencial da igreja pelos pobres? E não foi João Paulo II que promoveu a cardeal López Trujillo, o bispo da teologia da «segurança nacional» que tentou transformar a Igreja numa espécie de pide ou gestapo dos Estados Unidos e das ditaduras latino-americanas e que o levou a prefeito de uma congregação em Roma? (1).

E como pode falar de paz o Papa que nomeia bispo de Nova Iorque, o capelão da marinha de guerra americana, John O'Connor, acérrimo partidário do emprego da bomba atómica, e coloca à frente da diocese de S. Salvador, o bispo espanhol da Opus Dei, Fernando Saenz Lacalle, coronel e capelão das forças políticas e militares que assassinaram o arcebispo Oscar Romero, ultrapassando assim em perversão o próprio Pio XII, o qual, após a II Grande Guerra, nunca se atreveu a nomear cardeal de Colónia ou de Munique, o bispo Rarkowsky, capelão militar das forças armadas do nazismo? (2).

De facto será necessário recuar até aos Pios XI e XII, para se encontrarem neste século Papas que tenham pervertido tanto o conteúdo humanista do cristianismo como João Paulo II. E se aqueles dois bispos de Roma ficarem na história como os Papas das alianças e concordatas com o nazismo e o

fascismo, o actual, a menos que ainda acontecesse um milagre, será certamente recordado como o Papa que tentou matar a esperança dos povos numa sociedade sem exploradores nem explorados. A diferença entre o que João Paulo II diz e o que faz é tão evidente que em certos aspectos até dá vontade de comparar o sentido das suas palavras com a demagogia do terceiro «Reich», que falava de paz contra o capitalismo e a plutocracia, enquanto preparava a guerra, perseguia os democratas e consolidava a pedra e cal o poder dos Krupps, dos Siemens e dos Tyssens.

E não se pense que seria demasiada ousadia fazer-se uma tal comparação. Na carta pastoral no Natal de 1936 assinada por vinte e sete dos mais destacados prelados do terceiro «Reich», é o próprio episcopado alemão que pela primeira vez na história compara as palavras de um Papa com as de Adolfo Hitler: «Na manhã de 14 de Setembro o Santo Padre diante de refugiados espanhóis levou o bolchevismo a tribunal e à noite o «Führer» do «Reich» atacou igualmente o comunismo num discurso pronunciado no congresso do partido em Nürnberg transmitido para o mundo inteiro. O Santo Padre considerou o bolchevismo como a raiz profunda da árvore venenosa do ateísmo e dos inimigos de Deus e o «Führer» desenvolveu as consequências terríveis do bolchevismo para a cultura, a política e a vida económica dos novos e em especial dos trabalhadores.» (3).

No ano em que se comemoram os 50 anos do fim da II Guerra Mundial e do nazismo seria muito mais credível para João Paulo II, em vez de se arvorar em grande moralizador, pedir perdão pelo mal que ele e alguns dos seus antecessores fizeram aos povos do mundo inteiro ao colocarem-se nos momentos decisivos para a história da humanidade neste século sistematicamente ao lado dos ricos, dos poderosos e dos opressores.



(1) De 5 a 12 de Março de 1976 teve lugar em Roma um encontro organizado pelo conhecido agente da CIA, o padre jesuíta belga, Roger Vekemans, no qual participaram cerca de 60 pessoas, teólogos da América Latina e da Alemanha Federal conhecidos pela sua oposição à «Teologia da Libertação». O encontro foi dirigido pelo presidente da conferência episcopal da América Latina, Lopez Trujillo, e dele resultou uma lista com nomes de pessoas a eliminar, a qual foi entregue aos serviços secretos e aos conselhos de segurança nacionais de vários países. Ver «Kirche in Lateinamerika», número especial dedicado ao «Chile», Berlim, 26.5. 1977, página 24.

(2) Para mais elementos sobre o envolvimento da igreja católica alemã e do Vaticano na instauração e consolidação do nazismo ver o artigo «A Igreja e o nazismo na Alemanha» na revista «VÉRTICE» de Novembro de 1995, dedicada aos 50 anos do fim da II Guerra Mundial.

(3) O documento que trata das armas da Igreja contra o comunismo, faz o elogio de Adolfo Hitler e expressa o dever do episcopado alemão de apoiar o ditador «com todos os meios sagrados disponíveis».

Viagens em Inglaterra (4)

■ Manoel de Lencastre

Partido Trabalhista
marginaliza a esquerda

A traição dos trabalhistas «blairistas» do «New Labour» (Novo trabalhismo) aos princípios básicos do partido e às ideias do socialismo, ganha proporções surpreendentes à medida que se lhe conhecem detalhes. Os capitalistas estão satisfeitos. Tony Blair não constitui perigo para a continuação da economia de casino. E os níveis dos valores da Bolsa (Stock Exchange) não cessam de subir.

Ilusões

As análises do capitalismo até aqui apresentadas pelo novo «messias» estão longe da realidade. Mr. Blair diz acreditar que é possível fazer funcionar o capitalismo no sentido do bem comum. Não consegue compreender (ou assim não deseja) que os capitalistas não acreditam em sonhos e só tomam decisões políticas a partir dos seus firmes interesses de classe e da mais rigorosa avaliação dos movimentos do dinheiro. Mas o «leader» do novo trabalhismo está desesperado pela conquista do poder. A sua renúncia, o seu ódio ao socialismo que era a pedra de toque dos estatutos do partido desde a sua fundação, tornam-se chocantes. Ou o seu deslante...

Recuando em todas as frentes e em todas as questões básicas (o salário mínimo, as privatizações, o desemprego, as pensões e reformas, as leis repressivas do «thatcherismo» contra os sindicatos) não há nada que Blair não faça para atrair as simpatias e os votos da classe média. Mudou de campo e rece-

troca e transporte e o seu controlo pelos trabalhadores. Tomou decisões, igualmente, que tornam impossível qualquer campanha pelo socialismo no interior do partido.

Arthur Scargill

Parece-nos irónico que em 100 anos a liquidação da política de alianças com os liberais e a fundação do Partido Trabalhista, os socialistas britânicos tenham de contemplar igual medida agora relativamente ao seu próprio partido, o «Labour Party». Disse Arthur Scargill, o heróico dirigente do sindicato dos Mineiros (National Union of Mineworkers): «Um grande número de activistas e sindicalistas chegou à conclusão de que é necessária uma profunda discussão quanto ao rumo a seguir pelos trabalhistas da esquerda. Os novos regulamentos impostos pela revisão dos Estatutos do partido criam-nos um dilema: ficamos num partido cujos sectores dirigentes foram decapitados da sua componente de esquerda e já não se diferenciam dos liberais e dos conservadores? Ou saímos para criarmos um novo «Socialist Labour Party» que represente os valores, os princípios, as esperanças de há 100 anos? Aqueles que aplaudiram Tony Blair no fim do seu discurso ao Congresso e votaram as alterações constitucionais podem, ainda, vir a lamentar o dia em que a "Labour Party" deitou à rua os seus princípios de sempre e passou a fazer parte do leque dos partidos do capitalismo».

ram a República espanhola, legítima, e o seu governo, legítimo, às feras hitlerianas e fascistas.

«Braveheart» (Coração bravo) é um filme que pretende apresentar a trajectória e a vida de William Wallace, o imortal herói escocês que fez frente a Edward I e venceu os ingleses em Stirling Bridge (1297). Com importantes desvios quanto à realidade histórica, vale por algumas cenas espectaculares da referida batalha (3000 figurantes). Involuntariamente, este filme integra-se na presente campanha de luta pela recuperação da liberdade e da independência que a Escócia perdeu em 1707. Se a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Croácia, a Eslovénia, a Eslováquia, a Sérvia, a Bósnia podem ser Estados independentes, por que não a Escócia e o País de Gales, velhas nações encarceradas pelo capitalismo durante séculos de opressão? A todos os referidos países, sem grandes perspectivas e pleno declínio do sistema da exploração do homem pelo homem, só o socialismo poderá salvar.

Atenção ao Japão

No Japão, como na América, na Europa, o número de Bancos em operações excede em muito as necessidades dos respectivos utilizadores. E, como é natural, a crise do sector reaparece. Em Agosto e Setembro, os clientes da principal Caixa de Crédito nipónica (Kizu Shiyu Kumiai) e do Hyogo Bank, de Kobe, lançaram-se numa frenética corrida aos depósitos que obrigou o Banco do Japão a intervir com fundos suplementares para cobertura daqueles depósitos e orde-

nando o encerramento dos mencionados estabelecimentos. O Hyogo Bank, é apenas o 38º do país, mas as dívidas incobráveis dos seus clientes ascendem a 960 milhões de contos.

O mundo ocidental habituou-se a encontrar cidadãos japoneses em todas as suas cidades. Raramente se deslocam sozinhos. Preferem andar em grupos de dois, três ou mais. Conhecemo-los desde os dias febris da reconstrução da Europa, nos anos 50. E fizeram, também, a reconstrução do seu próprio país atingindo aquilo a que se chamou um «milagre». Porém, como no capitalismo os lucros de uns são os prejuízos de outros, os americanos, na defesa dos seus interesses, tiveram de começar a exercer pressões sobre a economia nipónica e, agora, a «casa» japonesa (mas, não só...) começa a conhecer perigosos desequilíbrios. Nestes termos, devido às consequências dos grandes movimentos a que temos assistido, recentemente, no campo dos valores cambiais, o FMI estima que os investimentos internacionais do capitalismo nipónico perderam cerca de 400 mil milhões de dólares e teme que a economia japonesa esteja a caminho de uma crise similar à dos anos vinte.

Entretanto, o Ministério das Finanças do governo de Tóquio fez a extraordinária declaração de que todos os depósitos em todos os Bancos serão eventualmente

cobertos, o que equivale a dizer que enquanto a máquina de imprimir notas continuar a funcionar, não há prejuízos para ninguém. Ora, a economia em que ninguém tem nada a perder e todos vivem a ganhar, ainda está para ser inventada — no capitalismo, evidentemente.

A situação não é nova. E a História repete-se, segundo Marx, primeiro como tragédia e, depois, como farsa. Nos anos 20, os Bancos lançaram dinheiro na fogueira do sistema para os financiamentos dos empréstimos sobre valores e propriedades. Com a «explosão termonuclear» e o colapso verificados em 1929, os preços caíram enquanto a banca tentava, desesperadamente, recuperar o montante dos empréstimos feitos. Os depositantes fizeram o mesmo — exigiram o seu dinheiro. Como resultado, o crédito desapareceu, a circulação fiduciária contraiu-se dramaticamente. Toda a gente sabe o que se passou nos anos 30. Mas, evidentemente, qualquer analogia entre a situação de então e a actual só pode ser gerada pela nossa fértil imaginação. Não, pelos factos à vista.



A história adulterada no cinema

A «new season», depois dos excessivos calores que desfiguraram a vida na Grã-Bretanha durante o verão, «arrancou», pujantemente. O cinema está a atrair muito público através do lançamento de certas produções destinadas a sectores mais interessados nas grandes questões da História ou em certos momentos cujo significado e cujas consequências permanecem. Em Dublin, na República da Irlanda, o Festival do Cinema francês prolongar-se-á até 2 de Novembro.

A Guerra Civil de Espanha e, nela, as divisões entre os internacionalistas, é o tema de um filme que está a ser bastante discutido. E não nos surpreende, visto conhecermos o ambiente, que tanto no filme propriamente dito como nos reparos de certos críticos, se pretenda transferir para a URSS e para Stalin as culpas da derrota republicana dando lugar ao advento do franquismo. Como se as não tivessem a Inglaterra e a França, que abandonaram

beu calorosamente no seu partido o transfuga o oportunista deputado «tory», Alan Howarth, que ao longo dos anos votara todas as principais leis dos governos Thatcher. Mas proibiu e cancelou a decisão dos trabalhistas de Leeds que haviam votado em Liz Davies como candidata partidária da sua circunscrição às próximas eleições gerais. Liz Davies, advogada, é uma daquelas pessoas que não renunciam aos seus princípios.

Recentemente, activistas do partido têm visto o seu trabalho destruído ou feito abandonar através da acção de novos «militantes» que, surgidos do seio dos conservadores, invadiram o trabalhismo com o assentimento de Mr. Blair e dos seus principais associados e conselheiros. Os delegados ao recente congresso de Brighton foram rigidamente mandatados para votar contra todas as moções de carácter progressista. O Congresso votou a definitiva eliminação da célebre Cláusula 4 da Constituição do partido, a que previa a nacionalização de todos os meios de produção,

■ Daniel
Rosário

A última sinfonia

Chegou ao fim um dos capítulos mais importantes da novela Claes-Agusta-Dassault, com a decisão tomada pelo parlamento belga de enviar Willy Claes perante o Supremo Tribunal de Justiça. A decisão, aprovada com 97 votos a favor, 52 contra e um branco, faz com que o já demissionário secretário-geral da NATO e ex-ministro belga da Economia seja processado pelo Supremo Tribunal da Bélgica por «presumível delito de corrupção como autor, co-autor ou cúmplice de falsificação e uso de documentos falsos». A votação realizou-se após a apresentação da defesa de Claes perante os 150 deputados, levada a cabo pelo próprio. Tendo em conta que os socialistas flamengos e valões ocupam 41 assentos, a intervenção de Claes terá convencido apenas 11 deputados. Os social-cristãos, que compartilham o governo de coligação com os socialistas, terão votado divididos a sorte de Claes, enquanto que a oposição liberal, os nacionalistas flamengos e a extrema-direita votaram contra ele, autorizando o seu envio perante o Supremo Tribunal.

Durante cerca de duas horas, o dirigente do partido socialista flamengo (SP) tentou convencer os parlamentares da sua «total inocência» nos escândalos relacionados com a atribuição de comissões ilegais ao seu partido como contrapartida

pela adjudicação de contratos públicos com as empresas italianas Agusta e francesa Dassault em 1988 e 1989.

Perante o hemiciclo, o ex-ministro da Economia afirmou que a sua eventual indicição constituiria um «assassinato político», apesar de não haver provas contra, mas apenas indícios de culpa. Numa última tentativa de salvar a sua carreira, pediu uma acareação com as testemunhas que permitiram a Jacques Velu, procurador-geral do Supremo, reclamar a sua inculpação. No fim, abandonou a sala sem aplausos, no mais completo silêncio da Câmara, o que, segundo alguns dos presentes, «dava a impressão de um homem no final da sua carreira política».

Claes desempenhava as funções de ministro da Economia quando, em 1988, o governo belga decidiu comprar 46 helicópteros de combate à empresa italiana Agusta, negócio que foi acompanhado de suculentas comissões que foram parar directamente aos cofres do partido socialista valão. As decisões foram todas autorizadas por Claes e pelo ex-ministro da Defesa, Guy Còeme, também suspeito de corrupção. O inquérito entretanto instaurado considera

dispor de fortes indícios que os apontam como responsáveis de terem negociado e aceite comissões ilegais da Agusta, no valor de 51 milhões de francos e da Dassault, no montante de 61 milhões de francos. O dinheiro terá ido acabar, através de contas bancárias na Suíça e de alguns paraísos fiscais, aos cofres dos dirigentes e organizações dos partidos socialistas flamengo e valão.

Claes assumiu pessoalmente a sua defesa política perante o plenário do parlamento belga e negou em repetidas ocasiões qualquer vínculo ao escândalo que, entretanto, decorre nos tribunais e já provocou a demissão da cúpula dos socialistas valões, entre os quais um vice-primeiro-ministro.

Neste momento, Claes, e até prova em contrário, é apenas acusado de ter mentido

aos investigadores, ocultando-lhes alguns elementos nas audições realizadas (nomeadamente, o simples conhecimento da existência da possibilidade de se vir a estabelecer o acordo com a firma Agusta, facto que inicialmente negou e se viu posteriormente forçado a admitir que já era dos seu conhecimento). Seja como for, é um dado adquirido que o SP e outros beneficiários, desconhecidos, receberam comissões da Agusta.

Assim, e ao contrário do que Claes tentou fazer crer durante algum tempo, os seus problemas não são fruto de qualquer «complot CVP» (partido social-cristão), nem muito menos de nenhuma cabala judiciária. Se o ex-ministro da Economia não tivesse ocultado alguns pormenores do «contrato Agusta» nem as relações mantidas com algumas das personagens-chave do dossier, não estaria numa situação tão difícil. Além de que a justiça tem uma certa dificuldade em aceitar que os «lapsos de memória» do secretário-geral da NATO sejam fortuitos, da mesma forma que ninguém imagina que Còeme não soubesse nada do que se passava nos seus serviços.

Na hora do adeus, Claes lançou um ataque desenfreado contra tudo e contra todos, vestindo a pele de vítima inocente de uma maquinação política, judiciária e mediática.

No entanto, Claes esqueceu-se de um pormenor. O Estado e respectivo sistema judicial que ele agora acusa de ignorar a lei de forma «indigna para um Estado moderno fundado sobre uma constituição democrática e o primado do direito» é o mesmo Estado que ele durante anos representou, serviu, sustentou e promoveu e pelo

O senhor que se segue

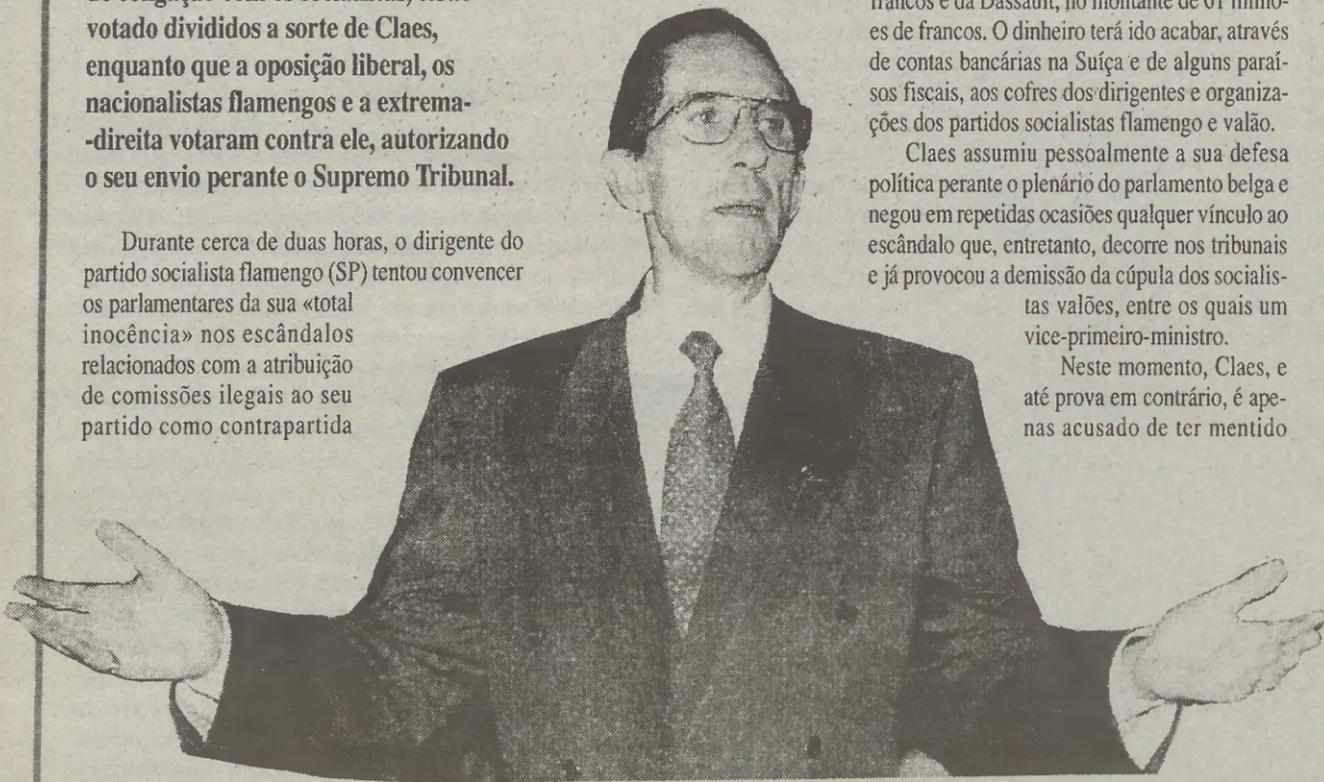
Ainda o corpo não tinha arrefecido ou, para se ser mais preciso, ainda nem sequer a sentença havia sido decretada e já os previdentes «Senhores dos Anéis» da NATO labutavam para não deixar arrefecer o cadeirão do secretário-geral. Isto, não obstante o facto de, em público, defenderem ardentemente o seu ainda secretário-geral e recusarem, até ao fim, qualquer cenário de substituição do dedicado Claes.

Ao deixar o assunto arrastar-se até às últimas consequências, em parte devido à obstinação do próprio Claes, a imagem da Organização não sai nada beneficiada de todo este processo. Mas, também, que importa? A NATO existe para dar tiros e pôr os sérvios na ordem, não para ser nenhum modelo de integridade e honestidade. Aliás, se estes valores tivessem realmente algum peso, a escolha de Claes para o posto, há cerca de um ano atrás, estaria seriamente comprometida, uma vez que já nessa altura o partido do qual era um alto dirigente se encontrava envolvido em diversos casos de corrupção.

No entanto, há uma série de países que, logo à partida, não podem ter pretensões ao posto, como é o caso dos dois membros norte-americanos da Organização, os EUA e o Canadá.

A Grécia e a Turquia excluem-se mutuamente, enquanto que a França e a Espanha ficam de fora por não fazerem parte do comando integrado da NATO. A Islândia não tem exército, o Luxemburgo não pode ocupar ao mesmo tempo a presidência da Comissão Europeia e o secretariado geral da NATO, da mesma forma que Portugal, que já ocupa o secretariado geral da UEO.

Assim, dos vários candidatos logo colocados na corrida à sucessão de Claes imediatamente se destacaram o ex-primeiro-ministro holandês, Ruud Lubbers, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros dinamarquês, Uffe Ellemann-Jensen, o comissário europeu das Relações Exteriores, o holandês Hans Van Den Broek e a primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. Todos reuniam as principais condições necessárias ao desempenho da função que são, entre outras, ser de um país «pequeno», ser atlantista (seja lá isso o que for!) e ter a bênção do Tio Sam. Mas também todos apresentavam alguns pontos fracos devido a desentendimentos entre os vários países que constituem a NATO. Assim, talvez se justifique a preocupação antecipadora por parte da NATO em arranjar substituto para Claes. É que, além do mais, o processo de escolha deste último durou cerca de oito semanas, pelo que o corrente processo de compromissos e cozinhados políticos ainda dará muitas dores de cabeça a quem de direito.



Do contrato Agusta ao relatório Velu

Sete anos passaram desde a assinatura do contrato Agusta e a recente decisão da Câmara. Uma cronologia.

8 de Dezembro de 1988 — É estabelecido um contrato entre a empresa italiana Agusta e o governo belga, no valor de 12 biliões de francos, para a aquisição de 46 helicópteros. Willy Claes, então ministro da Economia, assina, nessa qualidade, dossiers de compensações ligados aos mercados públicos. Em Novembro declara-se de acordo com o parecer favorável à Agusta, apresentado pelo ministro da Defesa, Guy Còeme, apesar do parecer contra do chefe do estado-maior general.

18 de Julho de 1991 — André Cools é assassinado. Segue-se uma série de inquéritos e investigações, uma das quais conduz aos helicópteros Agusta.

Janeiro de 1993 — Na sede da Agusta-Zaventem a justiça encontra um documento interno relativo a comissões pagas ao Partido Socialista. O nome de Willy Claes é citado pela primeira vez por George Cywie, lobbyman da Agusta, enquanto potencial beneficiário dessas mesmas comissões.

Fevereiro de 1994 — O diário «Het Laatste Nieuws» evoca as negociações entre a Agusta e Claes envolvendo subornos. Claes desmente e apresenta queixa.

Fevereiro de 1995 — Depois do ministro se ter tornado secretário-geral da NATO, o antigo tesoureiro do SP (o partido socialista flamengo), Etienne Mangé, entretanto detido, declara ter colocado Willy Claes, Louis Tobback e Frank Vandembroucke, no dia 19 de Janeiro de 89, ao corrente da proposta italiana de dar 60 milhões de francos ao SP. Os três homens declaram não atribuir qualquer importância às afirmações de Mangé. Pela primeira vez, a imprensa evoca uma eventual demissão de Claes do posto que ocupa na NATO.

Abril de 1995 — A Câmara dá luz verde à abertura de um processo instrutório visando Claes, Tobback e Còeme e levanta parcialmente a sua imunidade parlamentar. São emitidos vários mandatos de busca.

Maior de 1995 — Willy Claes é interrogado por três vezes por Francis

Fischer, conselheiro do Supremo Tribunal.

Setembro de 1995 — Com Louis Tobback afastado da polémica, o procurador-geral do Supremo Tribunal solicita a acusação de Willy Claes de «presumível delito de corrupção, como autor, co-autor ou cúmplice de falsificação e uso de documentos falsos».

3 de Outubro de 1995 — A Câmara forma uma comissão especial para examinar o relatório sobre o estado do inquérito relativo à eventual implicação de Claes e Còeme no financiamento oculto do partido socialista através de contratos estabelecidos com as firmas aeronáuticas Agusta e Dassault. A comissão parlamentar elabora um relatório favorável ao envio de Claes perante o Supremo Tribunal.

9 de Outubro de 1995 — A assembleia plenária da Câmara pronuncia-se sobre o relatório: Willy Claes é enviado ao Supremo Tribunal.

20 de Outubro de 1995 — Willy Claes anuncia a sua demissão do posto de secretário-geral da NATO.

de Claes

qual foi durante muito tempo servido, sustentado e promovido. Esta atitude de Claes foi duramente criticada pela imprensa belga que salienta, ironicamente, a ausência da serenidade e da grandeza que caracterizaram o seu pedido de demissão. Como muito bem ilustra um cartoon recentemente publicado no diário «Le Soir», os compatriotas de Claes não lhe perdoam o facto de vir agora cuspir na panela de «sopa belga» que o alimentou durante mais de 30 anos.

Estrela cadente

A carreira política de Willy Claes, que poderá encontrar aqui um fim forçado, começou cedo e de forma fulgurante. As 17 anos foi eleito presidente das juventudes socialistas de Limburgo (Flandres) e, em 1960, licencia-se em Ciências Políticas e Diplomáticas pela Universidade Livre de Bruxelas. Eleito conselheiro comunal em 1964 na sua terra natal, Hasselt, ascende, sempre no seio da família socialista, pela primeira vez ao lugar de deputado em 1968. Desde 1972, desempenhou cargos ministeriais de todas as vezes que o seu partido foi chamado a participar no Governo.

No Executivo, começou com a pasta da Educação e em várias ocasiões se ocupou da Economia até que, em 1992, com a constituição do actual governo, ficou com a pasta dos Negócios Estrangeiros.

A sua projecção internacional teve início em 1992, ao ser nomeado presidente da União dos Partidos Socialistas Europeus, que foi substituída depois pelo Partido Socialista Europeu, e culminou, há cerca de um ano, com a nomeação para o cargo de secretário-geral da NATO.

Willy Claes, nascido em 1938, nunca soube (ou quis?) esconder muito bem que a sua grande ambição era ser primeiro-ministro, objectivo que, pelo menos durante os próximos tempos, estará irremediavelmente comprometido.

Resta-lhe o seu talento musical, que tantas vezes lhe valeu (desde para ajudar a pagar os estudos, até para impressionar os seus locutores em reuniões do mais alto nível), seja como intérprete ou maestro, mas que não deve ser suficiente para o fazer sair por cima de toda esta história.



Política, corrupção e justiça «à la belge»

Os observadores políticos belgas, numa análise mais fria dos últimos acontecimentos, são quase unânimes em considerar que o «enterro» político de Willy Claes não provocará grandes mossas no mundo político belga, em geral, nem particularmente na coligação governamental (constituída pelos partidos socialistas e social-cristãos da Flandres — SP e CVP —, e da Valónia — PS e PSC). A vizinha francesa «L'Express» reflecte bem a forma como o ocorrido é encarado dentro do próprio SP, que se revela um partido extremamente pragmático: «Poderá a controvérsia em torno do ministro de Estado ter consequências graves para o meio político belga? Em toda a lógica, não. «Claes não deseja uma crise»: estas palavras que correm no seio do SP são, sem dúvida, cínicas. São, portanto, reflexo da realidade.» E descreve o «modus operandi» do partido socialista: «De uma forma muito pragmática, o SP «enterrou» Claes.»

A eliminação de um líder histórico é menos grave do que uma marcada desavença de opiniões e menos grave ainda do que uma querela com os parceiros do CVP. Entretanto, a liderança da organização, longe de ficar decapitada, é assumida por um «peso pesado», Louis Tobback, ao mesmo tempo que emerge uma nova geração de líderes políticos que, aos poucos, vai impondo a sua presença. Ironicamente (ou será naturalmente?), esta «jovem guarda» é incarnada, nomeadamente, por Steve Stevaert, a quem Claes, após ser chamado para a NATO, cedeu o lugar em Hasselt.



No entanto, a teimosia de Claes vem colocar na ordem do dia outro problema, que é a necessidade constatada pelos belgas de se reformar urgentemente a actual forma de responsabilização penal dos titulares de cargos governamentais. Para já, a reflexão, essencialmente crítica, incide sobre o presente sistema judicial e sobre os procedimentos aplicáveis nestas situações. Segundo a legislação belga é o parlamento que se deve pronunciar, com base num inquérito elaborado por uma comissão reunida especialmente para o efeito, sobre a comparência, ou não, do visado perante o Supremo Tribunal de Justiça. Ora, os deputados, à partida, não dispõem da competência necessária ao desempenho de semelhantes responsabilidades, que exigem uma formação e aptidões particulares. Por isso mesmo, o Artigo 103º da Constituição ressalva que todos os actos de instrução indispensáveis a um inquérito sobre as actividades de ministros em exercício ou já retirados, são subordinados a uma decisão do parlamento de enviar («colocar sob acusação») os responsáveis em questão perante o Supremo Tribunal de Justiça. O aprofundamento das investigações do inquérito só pode começar a partir deste momento.

No caso de Willy Claes, o inquérito propriamente dito já se encontra bastante avançado: pouco antes das eleições legislativas de Maio último os deputados votaram um texto, baptizado de «lei Claes», destinado a permitir à justiça prosseguir o seu trabalho duran-

te a dissolução do parlamento. Da mesma forma, o Supremo Tribunal de Justiça recebeu luz verde para levar a cabo todos os actos de instrução (interrogatórios, acareações, etc.) necessários para prosseguir as investigações do caso Agusta e de outros dossiers relacionados com o construtor francês Dassault.

Seja como for, este procedimento apresenta alguns inconvenientes: ao solicitar ao parlamento que se pronuncie acerca do conteúdo, fundamentado ou não, de um inquérito, está-se, no fundo, a recorrer a uma «justiça de pares». E a decisão que os deputados tomarem acerca da necessidade de colocar sob acusação, ou não, seja quem for, nunca será politicamente neutra.

Esta polémica torna-se tanto mais interessante se se levar em conta o facto de que a aplicação do referido Artigo 103º se encontra subordinada a uma lei que, em vigor há 165 anos, nunca foi votada. O governo belga deu, recentemente, alguns indícios de pretender alterar a situação ao apresentar, em Setembro último, um projecto de lei regulador da responsabilidade penal dos ministros. No entanto, esta intenção não é aceite de forma pacífica, uma vez que não parte dos deputados, mas do próprio governo o que torna o caso no mínimo paradoxal, ou mesmo suspeito, por ser o governo a apresentar uma lei que pretende regular a actividade dos ministros, isto é, dos seus próprios membros. Ao enveredar pela via legislativa, em vez de alterar pura e simplesmente o Artigo 103º, o governo prova que não faz parte das suas intenções uma verdadeira reforma do sistema concebido em 1831.

PONTOS

CARTEAIS

Manta curta

Enquanto, apesar das vincadas intenções de continuar a lutar por uma política que contemple reivindicações de direitos sonegados pelo cavaquismo - uma nova política - e apesar de haverem longamente esclarecido, durante a campanha eleitoral, que seria impossível levá-la a cabo com os mesmos pressupostos "europeus" do PSD, os comunistas têm aguardado que apareça o novo Governo, que se revele o seu programa, que surja o Orçamento, para definirem

concretamente a sua posição sobre as políticas concretas e não sobre intenções avulsas e declarações que parecem querer prolongar promessas eleitorais. Outras forças e sectores sociais também aguardam, manifestando-se as impaciências do lado do patronato reaccionário que não deixa de dar conselhos a Guterres. É, curiosamente, do interior do PS que as críticas surgem. Como a de Eurico de Figueiredo, o catedrático deputado, a quem "O Diabo" fez perguntas. Figueiredo, que chama, por exemplo, de "vigarice completa" as regras de

mercado para a saúde que vêm no programa do PS, queixa-se de que tal programa seja "uma manta de retalhos". São coisas da abrangência. A manta, que o público ainda não sabe se é de retalhos ou não, parece ser curta para tapar toda a gente no PS.

Manta agrícola

Outra denúncia, vinda dos lados do PS, também não é

de molde a deixar Guterres tapar-se com a manta da política que, sob a forma de promessas, pretendeu lançar sobre o país. Desta vez, António Campos terá feito escarcéu, em Estrasburgo - isto a avaliar pelas notícias veiculadas na imprensa - sobre o facto de Portugal ter financiado, em 1993, a agricultura de países mais ricos. Nada menos de 65 milhões de contos terá Portugal desembolsado para entregar a Espanha, França,

Grécia e Dinamarca. António Campos queixa-se de má negociação por parte dos responsáveis portugueses. Criticar o governo cavaquista só lhe fica bem. O pior é que Guterres não deu garantias nenhuma de que a política comunitária do PS sofrerá alterações de fundo.

O apoio das aldeias

Depois de tanto tempo perdido em tabus, Cavaco parece não querer perder mais tempo. E aí vai ele, segundo se diz, percorrer o país de ponta a ponta, apostando ao "centro", numa viagem pelas "mil aldeias". De facto, diz quem sabe, que Cavaco vai percorrer "mil aldeias", à cata dos votos que fugiram ao PSD nas legislativas. Companhia já vai tendo. Gente muito menos sonante do que já teve, que as derrotas afastam os fiéis de ainda há pouco. Uma fadista que não faz política mas tem intuições - como esclareceu Amália -, uma "esposa de cineasta", uma actriz de renome, um costureiro da selva urbana. Nas cidades, os apoios não parecem muitos, nem de relevo. Mas nas aldeias é que vai ser.

Risos

As celebrações dos 50 anos da ONU, que proporcionaram a cerca de duas centenas de chefes de Estado um encontro de "família" em Nova Iorque, vão ficar na história, além do mais pelas muitas pequenas histórias que engendraram e não só pela importância de alguns discursos - como o de Fidel Castro - ou pelos comentários e declarações que suscitaram a propósito de algumas situações no vasto mundo (agora tão pequeno). Não só pela postura, mas pela pose de alguns dos grandes. Aconteceram coisas importantes, coisas ridículas, coisas horríveis. Um acontecimento conseguiu reunir em si estas três qualidades. Foi aquele espectáculo que os presidentes Ieltsin e Clinton deram, de braço dado, a falar da Bósnia. A Bósnia, parece, é um caso sério. Mas Ieltsin preferiu contar anedotas, e Clinton rir-se delas. Assim vai o mundo.

FRASES da SEMANA

"Os homens da minha idade já não podem ter grandes ambições políticas. Já não se justifica que andemos a lutar pela liberdade ou pela democracia ou pelos direitos humanos."

(Almeida Santos - «O Independente», 20.10.95)

"O nosso objectivo não é de natureza política, mas social. Queremos ver quais são as prioridades do povo moçambicano e qual a melhor forma de contribuir para o ajudar."

(Carmo Jardim, uma das filhas de Jorge Jardim - «Expresso», 21.10.95)

"Não a encaro (à candidatura à Presidência da República) como se viessem falar comigo da candidatura a uma associação de cultura e recreio."

(Pedro Santana Lopes - «SIC», 21.10.95)

"Nunca me zanguei com Manuel Monteiro."

(Paulo Portas, citado em «Público», 22.10.95)

"Fernando Nogueira foi a «pushing ball» durante muito tempo, serviço que manifestamente prestou ao prof. Cavaco Silva e elemento crucial de uma estratégia de desvalorização e degradação da capacidade política do PSD."

(José Miguel Júdice, PSD, citado em «Semanário», 21.10.95)

"Não voltarei a ser primeiro-ministro."

(Cavaco Silva - «Expresso-Revista», 21.10.95)

"Candidatura de Cavaco teme bloqueio do PSD"

(título do «Semanário», 21.10.95)

"PSD promete «dinamizar» utentes de portagens"

(título do «Semanário», 21.10.95)

"O nosso programa é uma manta de retalhos."

(Eurico de Figueiredo, PS - «O Diabo», 24.10.95)

"Passo de controlador a controlado."

(Sousa Franco, indigitado Ministro das Finanças - «O Diabo», 24.10.95)

PONTOS NATURAIS

Ver e Ler

Periscópio

Paparico — Há poucos anos atrás, quem passasse pelas freguesias próximas à cidade de Guimarães via aquelas mulheres à porta de casa comendo a saborosa cebola com sal e pão, arroz pica no chão, um chouricinho caseiro, bolo com sardinha e outros petiscos.

Com a chegada do Shopping tudo virou na americanice e é vê-las agora de perna alçada no MacDonalds comerem hamburger untado de ketchup acompanhado pela xaropada Coca-Cola.

E com uma destas vaidades, alto lá.

Finos — E já que falamos em Guimarães e em comes e bebes, só por curiosidade fique a saber que uma cervejaria próxima ao Toural vendeu 900 finos (meia pipa de cerveja) na noite do comício da CDU com Álvaro Cunhal. Com os outros partidos, não foram além de uns sumóis, coca-colas ou galões com meia torrada.

Avante camaradas.

(Notícias de Vizela)

Para que conste

Na Primavera de 75, a recém-nomeada administração da ENP, proprietária do Diário de Notícias, presidida pelo coronel Marcelino Marques e integrada também pelo arquitecto Solano de Almeida, decidiu rever algumas das remunerações mensais que vinham a ser pagas pela empresa, a começar pelas suas próprias. Pareceu-lhe que as verbas pagas eram inadequadas e resolveu alterá-las em 20%, não aumentando-as, como sempre é costume, mas reduzindo-as.

Propôs idêntica redução ao director do Jornal, Luís de Barros, e ao director-adjunto, o escritor José Saramago, e ambos aceitaram. A mesma proposta foi feita ao então redactor-principal, que entendeu recusá-la. Não sofreu ele por isso a menor retaliação e pelo DN ficou muitos anos e bons, mesmo após a administração e a direcção do jornal terem sido expulsas na sequência do 25 de Novembro, o que claramente indicia que o famigerado «poder gonçalvista» não era tão feroz quanto tem vindo a ser contado.

(Correia da Fonseca — Diário do Alentejo)

Maus, gananciosos e porcos

A televisão não passa de um jogo de cartas, inventado para manter os indígenas distraídos, enquanto o país cai aos bocados.

Eles não se interessam com o lixo que vai para o ar, desde que venda o produto. São maus, gananciosos, uns porcos insensíveis. Acreditem em mim, que os conheço. Há quarenta anos que sou um deles.

(Gene, Murphy Brown, Canal 1)

O negócio vai mal

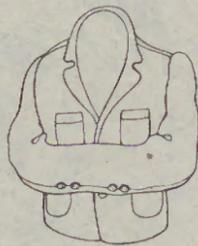
«É baixo e preocupante o grau de receptividade à publicidade veiculada pela televisão.» Esta é a conclusão do estudo da Plurimarketing sobre a eficácia dos anúncios exibidos pelos diferentes canais. Um estudo onde se demonstra que cerca de 28 por cento dos espectadores portugueses não vêem publicidade e mais de metade não conseguem lembrar-se das mensagens veiculadas.

Durante o horário nobre, apenas 68,9 por cento dos contactados estavam a ver televisão ou tinham visto nos últimos 30 minutos. Destes, cerca de 42,8 por cento «não repararam ou não estavam atentos à publicidade», margem que inclui os 28 por cento que «nunca ligam» aos blocos de anúncios. Os que «saem de frente do televisor» durante a publicidade, mudam de canal, comem, lêem ou conversam ascendem ainda a 35 por cento dos inquiridos. Segundo o mesmo estudo, o «zapping» manifesta-se mais entre os residentes nos grandes centros urbanos, sobretudo no Porto (39 por cento).

Dentro dos espectadores que permanecem em frente à televisão durante os intervalos (26 por cento do total dos inquiridos), os 57,2 por cento que sintonizavam a SIC não se lembravam dos anúncios. Para o Canal 1, o número sobe aos 67,4 por cento; para a TVI, ascende aos 83,9 por cento; e, para a TV2, aos 93,2 por cento.

Os factores que conduzem a esta situação passam pela duplicação do número de «spots», verificada desde o aparecimento dos privados, pela mistura de promoções publicitárias com as dos próprios canais, pelas «derrapagens de horários», práticas de «contraprogramação» (que podem «alterar qualitativamente» a estrutura das audiências) e «pela exagerada extensão dos intervalos». Factores que justificam «pôr em causa a efectiva e real rentabilidade dos investimentos feitos pelos anunciantes» nos canais televisivos, conclui a Plurimarketing.

Mário Castrius (Público)





Braga

Almoço de convívio
dos comunistas, candidatos e apoiantes
da CDU

do distrito de Braga
com o Secretário-geral do PCP

Carlos Carvalhas

Debate

sobre as próximas batalhas políticas

*Sábado, 4 de Novembro, às 13 h
no Restaurante Chuva, em Barcelinhos*

Vila Franca de Xira

Domingo, 29, às 13h

Almoço-convívio
de camaradas e activistas da CDU
no CT de A-dos-Loucos
com a participação do camarada

Luís Sá

*(Inscrições nos Centros de Trabalho do
concelho)*

Lisboa

Almoço-convívio
das freguesias de Alcântara-Campolide
Sto. Condestável
Sábado, 4 de Novembro,
CT de Alcântara

Reuniões e plenários das organizações do PCP

Concelho da AMADORA

Brandoa - Encontro de militantes da freguesia para discussão da situação política e social e das perspectivas e prioridades de trabalho da organização: sábado, 28, às 15h, no CT da Brandoa.

Falagueira/Venda Nova - Plenário de militantes da freguesia para análise de resultados eleitorais e discussão de perspectivas e prioridades de trabalho: sábado, 28, às 15h, no salão da Junta de Freguesia da Falagueira.

FARO

Reunião de militantes do PCP, simpatizantes e activistas da CDU do concelho de Faro, para análise dos resultados eleitorais e discussão da acção futura do Partido e da CDU, nomeadamente no que respeita às eleições presidenciais: terça-feira, dia 31, às 21h30, no CT de Faro.

LISBOA

Plenário de militantes da Zona Norte sobre a situação política e as eleições presidenciais, com a participação do camarada **Luís Sá**, da Comissão Política do CC: quinta-feira, dia 2 de Novembro, às 21h30, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário de militantes da Sector Público para discussão de: 1) Situação política e social; 2) Eleições presidenciais; 3) Objectivos de trabalho para 1995. No CT Vitória, quinta-feira, dia 2 de Novembro, às 18h30.

MATOSINHOS

Reunião de militantes no Centro de Trabalho de Custóias, para discussão da situação política e tarefas da organização: sábado, 28, às 15h30.

PORTO

Reunião de militantes do Sector Intelectual, com a participação do camarada **Jorge Sarabando**: terça-feira, dia 31, às 21h30, no Centro de Trabalho da Boavista.

SETÚBAL

Reunião da célula da **Merloni**, para discussão dos resultados eleitorais e acção do Partido: hoje, quinta-feira, às 18h, no Centro de Trabalho do Edifício Arrábida.

«Impunidade das multinacionais - O caso Renault» - debate no Edifício Arrábida, moderado por **Sérgio Ribeiro**: sexta-feira, 27, às 21h, no Edifício Arrábida.

Concelho de SINTRA

Queluz - Reunião plenária da organização de freguesia, com a participação de **Lino Paulo**: sábado, 28, às 14h30, no CT de Queluz.

Agualva-Cacém - Reunião plenária de Reformados da freguesia, com a participação do camarada **Jaime Félix**: segunda-feira, 30, às 15h30, no CT do Cacém.

Almargem do Bispo - Plenário mensal da organização de freguesia, com a participação do camarada **Romeu do Rosário**: sexta-feira, 27, às 21h30, em Albogas, em casa do camarada **Augusto**.

Montelavar - Plenário mensal das freguesias de Montelavar e **Pero Pinheiro**, com a participação do camarada **António Cordeiro**: sábado, 28, às 21h30, no CT de Montelavar.

Concelho de VILA FRANCA DE XIRA

S. João dos Montes - Plenário de militantes da freguesia: no Centro de Trabalho de A-dos-Loucos, sexta-feira, 27, às 21h30.

Vila Franca de Xira - Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada **Carlos Grilo**, do CC: sexta-feira, 27, às 21h30, no Centro de Trabalho de Vila Franca.

Vala do Carregado - Plenário de militantes da organização local: sábado, 28, às 16h, na garagem do cam. Machado.

No S. MARTINHO prepara-te para confraternizar nos MAGUSTOS do PCP!

Na Quinta da Atalaia

No dia 11 de Novembro,
promovido pela Com. Conc. do Seixal do PCP
Almoço - caras de bacalhau ou bacalhau - 1.500\$00
Tarde de convívio com música,
intervenção política
(Inscrições nos CTs do concelho do Seixal)

Nos Olivais

No dia 11 de Novembro, a partir das 16h
Convívio com petiscos, castanhas e água-pé
Intervenção política

Na Colina da Graça / CT da Graça

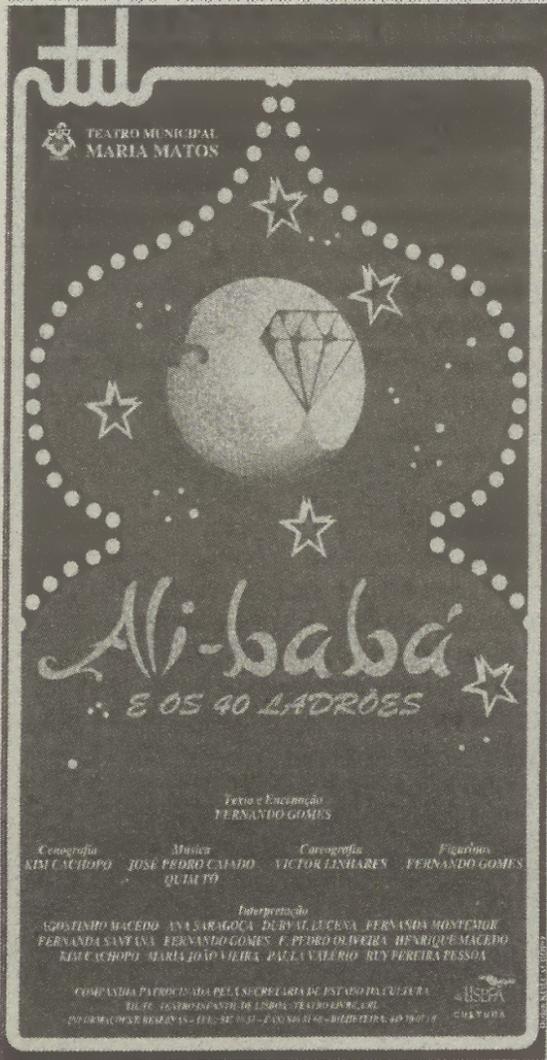
No dia 18 de Novembro, a partir das 16h
Convívio. Petiscos - Intervenção política

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O militante

Neste número - algumas apreciações sobre os resultados eleitorais • mulheres - depois de Pequim, que fazer? • novas razões para ler a imprensa do Partido • uma evocação de Friederich Engels.

Teatro Municipal Maria Matos no próximo dia 27 de Outubro às 21.30 horas (Estreia se Alô quiser!)



TEATRO

AUDITÓRIO CARLOS ALBERTO Porto, R. das Oliveiras. Tel. 2004540. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. BEIJO NO ASFALTO, de Nelson Rodrigues, encenação de Roberto Lage, pelos Seiva Trupe.

AUDITÓRIO CARLOS PAREDES Lisboa, R. Gomes Pereira, 17 (Edifício da JF de Benfica). Tel. 7154565. De 4ª a sáb. às 21h.30, dom. às 17.30. O CONCÍLIO DO AMOR, de Oskar Pannizza, encenação de David Dias, pela Companhia de Teatro Praga.

PALÁCIO RIBAMAR Alges. Tel. 4115060. Sábado às 21h30. LORCA-ESPANHA-CUMPLICIDADES, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo-Grupo de Teatro.

TEATRO DO BAIRRO ALTO Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. DIA DE MARTE, de Edward Bond, encenação de António Fonseca, pelo grupo 4º Período - o do Prazer, da Esc. Sec. de Carnaxide (até 29 de Out.).

TEATRO DA MALAPOSTA Odivelas, Rua de Angola (Olival Basto). Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A ÚLTIMA SEMANA ANTES DA FESTA, de Carlos Coutinho, encenação de Mário Jacques, pelo elenco do Teatro da Malaposta (até 31 de Out.).

TEATRO MIRITA CASIMIRO Cascais, no Cruzeiro (Monte Estoril). Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. INVENTÁRIOS, de Philippe Minyana, encenação de Carlos Avilez, com Ana Paula, Fernanda Neves, Teresa Cortes-Real.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. FILOPÓPOLIS - Uma Lição de Política, de Virgílio Martinho, encenação de Joaquim Benite, pelo elenco do Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ Lisboa, R. Ant. Maria Cardoso. Tel. 3471279. À 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 17.00. UMA COMÉDIA ÀS ESCURAS, de Peter Shaffer, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

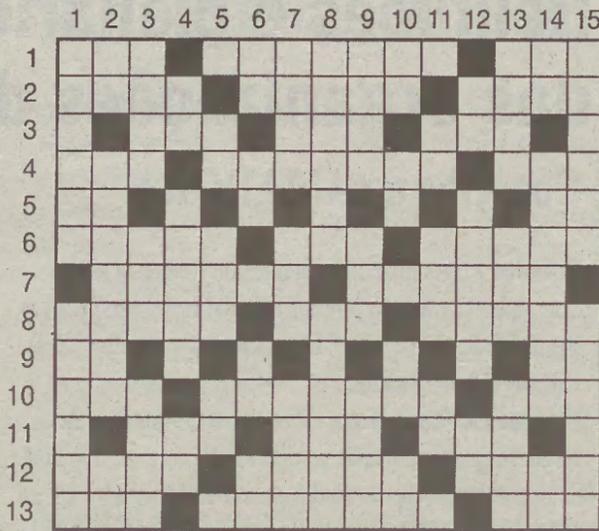
TEATRO NACIONAL D. MARIA II Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. A LOUCA DE CHAILLOT, de Jean Giraudoux, encenação de Rui Mendes, pelo elenco do Teatro Nac. D. Maria II - Sala Estúdio: de 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. ROSA, MINHA QUE-RIDA ROSA, de Josette Boulva e Marie Gatard, encenação de João Canijo, com Glicínia Quartim e Zita Duarte.

TEATRO POLITEAMA Lisboa, R. Portas Sto. Antão. Tel. 3431200. DE AFONSO HENRIQUES A MÁRIO SOARES, de Filipe La Fera.

TEATRO DA TRINDADE Lisboa, Lg. da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. Sala Estúdio - De 4ª a sáb. às 19.15. O DIA SEGUINTE, de Luís Francisco Rebelo, encenação de João Leite.

CASA DA CULTURA DE FREAMUNDE Espectáculos pelo Teatro em Movimento, integrados no Festival de Teatro de Freamunde, sábado, 28 às 16h, HISTÓRIA DE TICO E TECO EM SONHOS E A PRETO E BRANCO; às 21h30, UMA ALMA GÊMEA, de Michel Deuville, encenação de Leandro Vale.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Abóbada celeste; sardão; um cento. 2 - Rio da Europa Central; bramia; vapor. 3 - Lavra; os franceses; casal. 4 - Ruído; trabalhos; aia. 5 - Pron. pess.; antes de Cristo. 6 - Ermida fora do povoado; conj. adv.; recebo. 7 - País da Europa; esquivar-se. 8 - Consinto; pequeno poema da idade média; oferecerão. 9 - Laço apertado; Niquel (s.q.). 10 - Estados Unidos da América; corridas de barcos; sofrimento. 11 - 24 horas; amarro; pron. pess. 12 - Trabalho literário; esconde; chefe da tribo árabe. 13 - Estão; mandara vir; agora.

VERTICAIS: 1 - Chibo castrado aos oito dias de idade; destituídos de cauda. 2 - Vogais iguais; mamíferos insectívoros; Bário (s.q.). 3 - Liguem; prep.; terreno da igreja. 4 - Ouro francês; época da vida; saia. 5 - Em partes iguais; está lá; Rádio (s.q.). 6 - Brisa; letra grega; nota musical; interj. 7 - Sofreguidão; doença; pompa. 8 - Livro de anotações diárias; respeitam. 9 - Zombaria; tenho conhecimento; rapa (jogo). 10 - Basta!; solitário; neste momento; aparência. 11 - Rio da Itália; guerreiro valente (fig.); igreja episcopal. 12 - Nota musical; jogo de rapazes; decifra. 13 - Sara; estabelecimento de bebidas; demónio. 14 - Prep.; porco; sair. 15 - Principado na Europa; dera oiro a.

SOLUÇÃO DO N.º ANTERIOR

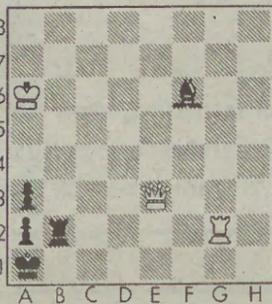
HORIZONTAIS: 1 - Cavernas; virose. 2 - Atas; avós; rolem. 3 - Teu; emir; rapa. 4 - Au.; cãs; eles; sal. 5 - Batel; opas; rã. 6 - Galileu; imolar. 7 - Rabi; erros; nada. 8 - Abafai; alarido. 9 - Ba.; agre; ávido. 10 - Iró; iota; amo; já. 11 - Nove; saia; tam. 12 - Olavo; Sara; meda. 13 - Sarara; saciases.

VERTICAIS: 1 - Catão; rabinos. 2 - Ateu; gabarola. 3 - Vau; baba; Ovar. 4 - És; Califa; Eva. 5 - Bati; agi; or. 6 - Na.; seleiros. 7 - Avé; ler; etas. 8 - Some; ura; aias. 9 - Silo; olá; ara. 10 - Repisava; Ac. 11 - Ir; Sam; rima. 12 - Ror; sonido; má. 13 - Olas; lado; ter. 14 - Separado; jade. 15 - Emalara; damas.

XADREZ

DXXXIV - 26 DE OUTUBRO DE 1995 PROPOSIÇÃO N.º 1995X081 Por THEODOR NISSL 1.º Prémio Deutsches Wochenschach, 1941

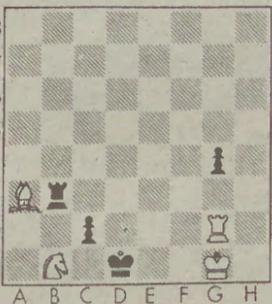
Pr.: [5]: Ps. a2, a3 - Bf6 - Tb2 - Ra1 Br.: [3]: Tg2 - Dc3 - Ra6



Mate em 6 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1995X082 Por FILIPP SIEMIONOVITCH BONDARIENKO Shakhmaty v. URSS, 1952 (Recomendado)

Pr.: [4]: Ps. ç2, g4 - Tb3 - Rd1 Br.: [4]: Cb1 - Ba3 - Tg2 - Rg1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXXXIV

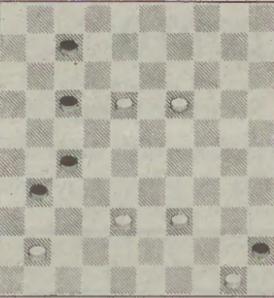
N.º 1995X081 [Th. N.]: 1. Tg6f, Bh8f; 2. Tg7, Bg7; 3. D:gl+, Tb1; 4. D:g7+, Tb2; 5. Dd4, Rb1; 6. Dd1 e # N.º 1995X082 [F.S.B.]: 1. Td2+, Rf1; 2. Tç2, R:b1; 3. Bb2, Ed1; 4. Tg2, g3; 5. Rf1 e g. 4. ... Ré1; 5. Rh2, Td1; 6. Bç3+, Rf1; 7. Bd2, g3+; 8. Rh1 e g.

A. de M. M.

DAMAS

DXXXIV - 26 DE OUTUBRO DE 1995 PROPOSIÇÃO N.º 1995D081 Por ISIDORE WEISS La Revue Française du Jeu de Dames N.º 411/Fev. 1936 [Reliefs/VII]

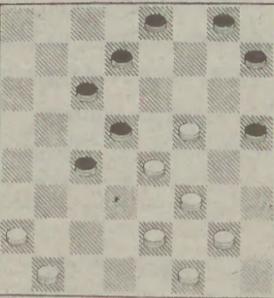
Pr.: [5]: 7-17-27-31-45 Br.: [6]: 18-19-38-39-41-50



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1995D082

GOLPE N.º 143 Por MÁRIO DINIZ VAZ Vamos Decifrar N.º 206, 26.VII.1952 1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 11-14, 19-10; 4. 5-14, 32-28; 5. 12-15, 27-23; 6. 6-10, 23-20; 7. 7-11, 28-23; 8. 1-5, 22-19; 9. 15-22, 26-19; 10. 9-13, 31-27; 11. 13-18, 20-15; 12. 11-20, 24-15; 13. 3-6, 21-17 Diagrama {Pr. [8]: 15-17-19-23-25-27-29-30; Br. [8]: 2-4-5-6-8-10-14-18 Pr.+}



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXXXIV

N.º 1995D081 [L.W.]: 1. 39-33, (31-36) {Outra B. + por maioria}; 2. 50-44!; (-D; 3. 38-32!, (47-22); 4. 32-1 = D. (22-50); 5. 1-6+ N.º 1995D082 [M.D.V.]: 14. 18-21, 25-11; 15. 8-12, 15-8; 16. 16:31 = D+ NOTA: Se: 13. ... 29-16; 14. 18-22, 27:11; 15. 8-12, 15-8; 16. 6:29 = D+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 26

O Pequeno Nikita «Little Nikita» (EUA/1988). Real.: Richard Benjamin. Int.: Sidney Poitier, River Phoenix, Richard Jenkins, Caroline Kava. Cor, 96 min. «Thriller»/Espionagem. (22.00, TVI)

Círculos na Floresta «Circles in a Forest» (Rep. Áfr. Sul/1988). Real.: Regard Van der Bergh. Int.: Arnold Vosloo, Ian Bennen, Judi Trott, Brian James. Cor, 95 min. Melodrama. (22.50, TV2)

Um Caso de Honra «Case of Honor» (Austrália/Filipinas/1988). Real.: Eddie Romero. Int.: Timothy Bottoms, Candy Raymond, John Phillip Law, Nick Nicholson. Cor, 88 min. Aventuras. (01.15, Canal 1)

SEXTA, 27

Na Linha de Fogo «In the Line of Fire» (EUA/1993). Real.: Wolfgang Petersen. Int.: Clint Eastwood, John Malkovich, Rene Russo, Gary Cole, John Mahoney, Jim Curley. Cor, 123 min. Ver Destaque. (22.00, TVI)

Memórias do Cárcere (Brasil/1984). Real.: Nelson Pereira dos Santos. Int.: Carlos Vereza, Glória Pires, Jofre Soares, José Dummont, Nildo Parente, Tonico Pereira. Cor, 144 min. Ver Destaque. (23.50, TV 2)

Romance Fracassado: Lucille Ball «Lucy & Desi: Before the Laughter» (EUA/1990). Real.: Charles Jarrot. Int.: Frances Fisher, Maurice Bernard, Robin Pearson Rose. Cor, 89 min. Telefilme Dramático. (00.50, TVI)

O Melhor Amigo do Homem «Man's Best Friend» (EUA/1993). Real.: John Lafia. Int.: Ally Sheedy, Lance Henriksen, Robert Costanzo, Frédéric Lehne, John Cassini. Cor, 94 min. Terror/Fantástico. (01.40, Canal 1)

Chuckie, O Boneco Diabólico - Parte 2 «Child's Play II» (EUA/1990). Real.: John Lafia. Int.: Alex Vincent, Jenny Agutter, Gerrit Graham, Christine Elise, Grace Zabriskie. Cor, 80 min. Terror. (01.50, SIC)

Amigo Desconhecido «The Silent Partner» (EUA/1978). Real.: Daryl Duke. Int.: Elliott Gould, Christopher Plummer, Susannah York, Celine Gomez. Cor, 106 min. Ver Destaque. (03.15, Canal 1)

SÁBADO, 28

Encontro Casual «Bonds of Love» (EUA/1992). Real.: Larry Elikann. Int.: Kelly McGillis, Treat Williams, Steve Raisback, Grace Zabriskie. Cor, 89 min. Drama. (17.30, TVI)

Olhos Verdes, Loira e Perigosa «The Great Bank Robbery» (EUA/1969). Real.: Hy Averback. Int.: Zero Mostel, Kim Novak, Clint Walker, Claude Akins, Akim Tamiroff. Cor, 92 min. «Western»/Comédia. (20.20, TV 2)

S.O.S. Titanic «S.O.S. Titanic» (Gr.Br./1979). Real.: Billy Hale. Int.: David Janssen, Cloris Leachman, David Warner, Susan Saint-James, Ian Holm. Cor, 98 min. Ver Destaque. (00.50, TV 2)

Beckett, O Atirador «Sniper» (EUA/1993). Real.: Luis Llosa. Int.: Tom Berenger, Billy Zane, Aden Young, Ken Radley, J. T. Walsh, Reinaldo Are-

nas. Cor, 94 min. «Thriller» Dramático. (01.05, Canal 1)

As Ruas de Nova Iorque «Dead End» (EUA/1937). Real.: William Wyler. Int.: Sylvia Sydney, Joel McCrea, Humphrey Bogart, Wendy Barrie, Claire Trevor. P/B, 88 min. Ver Destaque. (01.10, TVI)

Diversão ao Domicílio «Party Favors»/«Barely Yours» (EUA/1987). Real.: Ed Hansen. Int.: Jeannie Winters, John F. Goff, Buck Flower, Kent Stoddart. Cor, 82 min. Comédia. (02.40, Canal 1)

DOMINGO, 29

Uma Razão Para Viver, Outra Para Morrer «Una Raggione Per Vivere e una Per Morire» (Esp./RFA/Fr./It./1974). Real.: Tonino Valerii. Int.: James Coburn, Bud Spencer, Telly Savalas. «Western»/Guerra. (17.10, SIC)

Obsessão Maternal «Empty Cradle» (EUA). Real.: Paul Schneider. Int.: Kate Jackson, Loru Laughlin, Eric LaSalle, David Lansbury, Jonah Blechman. Cor, 87 min. Drama. (17.30, TVI)

Mata-me Outra Vez «Kill Me Again» (EUA/1989). Real.: John Dahl. Int.: Val Kilmer, Joanne Whalley-Kilmer, Michael Madsen, Jonathan Gries, Pat Mulligan. Cor, 94 min. «Thriller» Policial. (23.15, SIC)

A Verdadeira Glória «The Real Glory» (EUA/1939). Real.: Henry Hathaway. Int.: Gary Cooper, Andrea Leeds, David Niven, Reginald Owen, Broderick Crawford. P/B, 92 min. Ver Destaque. (00.45, TV 2)

SEGUNDA, 30

Vingança sem Rosto «Darkman» (EUA/1990). Real.: Sam Raimi. Int.: Liam Neeson, Frances McDormand, Colin Friels, Larry Drake, Nelson Mashita. Cor, 92 min. Acção/Ficção Científica. (22.50, SIC)

O Diário de Lulu «Forever Lulu» (EUA/1987). Real.: Amos Kollek. Int.: Hanna Schygulla, Deborah Harry, Alec Baldwin. Cor, 85 min. Drama. (01.15, Canal 1)

TERÇA, 31

Voluntário à Força «Volunteers» (EUA/1985). Real.: Nicholas Meyer. Int.: Tom Hanks, John Candy, Rita Wilson, Tim Thomerson, Gedde Watanabe. Cor, 106 min. Comédia. (22.20, Canal 1)

Força Sobre Rodas «Driving Force» (EUA/1988). Real.: Andrew Prowse. Int.: Sam Jones, Catherine Bach, Don Swartz. Cor, 90 min. Drama. (00.55, Canal 1)

QUARTA, 1

Ben-Hur «Ben-Hur» (EUA/1959). Real.: William Wyler. Int.: Charlton Heston, Jack Hawkins, Stephen Boyd, Haya Harareet, Hugh Griffith. Cor, 204 min. Ver Destaque. (15.40, TVI)

A Febre no Delta «Delta Fever» (EUA/1987). Real.: William Webb. Int.: Tom Eplin, Katherine Kelly, Martin Landau. Cor, 100 min. (02.20, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

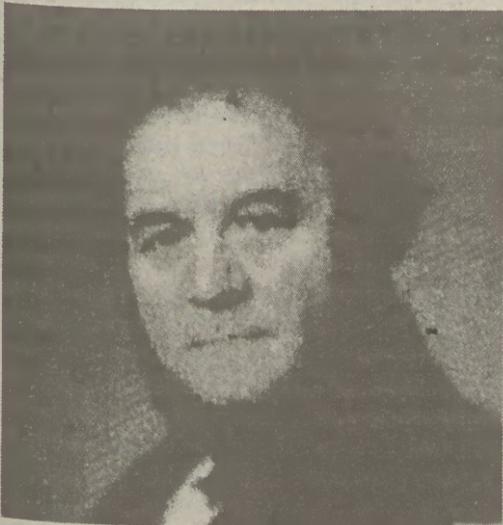
Quinta, 26

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.40 Malha de Intrigas
15.35 Edera
16.20 Kananga do Japão
17.10 Os Dias Úteis
18.00 Pantanal
19.15 Lotaria Nacional
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 A Idade da Loba
21.35 A Mulher do Sr. Ministro
22.10 Paul McKenna - Parte II
23.10 Quem É o Quê?
00.25 24 Horas
00.55 Remate
01.15 Um Caso de Honra
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.35 NBA
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Star Trek - O Caminho das Estrelas



Stendhal, o autor, e a sua personagem Julien Sorel na série baseada em «O Vermelho e o Negro» segunda-feira à noite no Canal 1

19.15 Musical: «Concerto da Paz» - Parte II
20.25 D. Quixote
21.20 Dinheiro em Caixa
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Círculos na Floresta
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Viagens na Minha Terra
00.55 Ver Artes
01.25 Serenata no Gelo

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Moda Paris
20.55 Trapalhões em Portugal
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Surprise
23.55 A Noite da Má-Língua
01.05 Último Jornal
01.20 No Fim do Mundo

TVI

10.30 Vida Selvagem
11.05 Clube da Manhã
11.35 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.50 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Pequeno Nikita
(ver «Filmes na TV»)
24.00 TVI Jornal + Primeira Fila

Sexta, 27

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.40 Malha de Intrigas
15.35 Edera
16.20 Kananga do Japão
17.10 Os Dias Úteis
18.00 Pantanal
18.10 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Benfica-Leça
22.45 Isto É Agildo
23.35 A Idade da Loba
00.25 24 Horas
00.55 Remate
01.15 Contos Assombrosos
01.40 O Melhor Amigo do Homem
(ver «Filmes na TV»)
03.15 Amigo Desconhecido
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.35 Automobilismo (Fórmula 1 - Japão)
17.35 Rua Sésamo

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Moda Paris
20.55 Os Malucos do Riso
21.35 A Próxima Vítima
22.35 Luna Parque
00.35 Os Donos da Bola
01.50 Último Jornal
02.05 Playboy

TVI

10.30 Caixa de Perguntas
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
22.00 Na Linha de Fogo
(ver «Filmes na TV»)
00.20 TVI Jornal
00.50 Romance Fracassado: Lucille Ball
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 28

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.30 Clube Disney
12.30 Praça de Touros
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Automobilismo (Fórmula 1 - Japão)
14.00 Top +
15.05 Jovens Americanas
15.55 A «Outra» Senhora Greenville
16.40 Chefe, Mas Pouco
17.10 Pantanal
18.55 Clube dos Totalistas (Jocker e Totoloto)
20.00 Telejornal
20.40 Futebol: Farense-Porto
22.50 Parabéns
00.30 24 Horas
01.05 Beckett, o Atirador
(ver «Filmes na TV»)
02.40 Diversão ao Domicílio
(ver «Filmes na TV»)
04.05 Musical - Billy Joel
04.45 Automobilismo - Grande Prémio do Japão de Fórmula 1

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 TV2 Desporto
18.00 Circo



Stendhal, o autor, e a sua personagem Julien Sorel na série baseada em «O Vermelho e o Negro» segunda-feira à noite no Canal 1

19.45 Para Além do Ano 2000
20.20 Olhos Verdes, Loira e Perigosa
(ver «Filmes na TV»)
22.00 TV2 Jornal
22.30 Cantares de Amigo
23.30 Remate
23.40 Jogo Falado
00.10 Tribunal de Polícia
01.40 S.O.S. - Titanic
(ver «Filmes na TV»)

SIC

09.00 Buéréré
12.30 Portugal Radical
13.00 Quatro por Quatro
14.00 Muita Lôco
15.00 Dra. Quinn
16.00 Cosby Show
16.45 Sinhá Moça
18.00 Futebol: Tirsense-Belenseses
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
22.45 Big Show Sic
01.20 Último Jornal
01.50 Chuckie, o Boneco Diabólico (II)
(ver «Filmes na TV»)

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Visto Isto
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra Ataque
15.00 Troféu Carina
15.25 Hora do Recreio
16.30 Christy
17.30 Encontro Casual
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telejornal + Grande Plano
20.55 Feita à Medida
21.30 Doído Por Ti
22.00 Picket Fences
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.40 Últimas Notícias
01.10 As Ruas de Nova Iorque
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 29

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Made In Portugal
13.50 Jovens Americanas
14.45 86-60-86
15.20 Homens do Rio Snowy
16.10 Amores Perfeitos
17.15 Robocop
18.05 A Festa dos Preços
19.00 Casa Cheia
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Futebol: Salgueiros-Sporting
22.50 Nico d' Obra
23.25 Miss Europa 1995
00.55 24 Horas
01.30 Paixões
02.20 No Calor da Noite

TV 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 A Terra e os Homens
11.55 Regiões
12.55 Euronews
14.00 TV2 Desporto
19.45 Para Além do Ano 2000
20.30 O Homem e a Cidade
21.00 O Mundo de Cá
22.00 TV2 Jornal
22.30 Vidas a Meias
23.00 Domingo Desportivo
00.45 A Verdadeira Glória
(ver «Filmes na TV»)

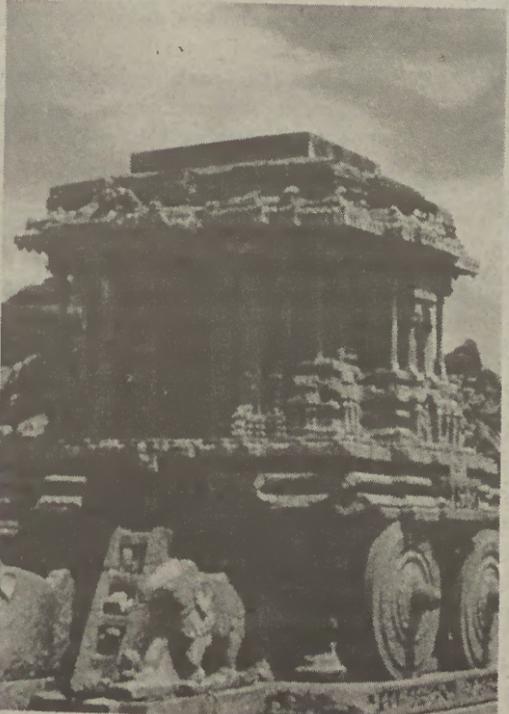
SIC

09.00 Buéréré
13.00 BBC - Vida Selvagem
14.10 Internacional SIC
14.40 Príncipe de Belair
15.10 Olho de Falcão
16.10 Os Imortais
17.10 Uma Razão para Viver, Outra para Morrer
(ver «Filmes na TV»)
19.10 Cenas de um Casamento
20.00 Jornal da Noite
20.50 História de Amor
22.00 Chuva de Estrelas
23.15 Mata-me Outra Vez
(ver «Filmes na TV»)
01.20 Último Jornal
01.35 Campeonato do Mundo de Surf

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.15 Missa
13.45 Portugal Português
15.15 Jornal do País
15.45 Olho Popular!
17.30 Obsessão Maternal
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telejornal
20.10 Menina Prodigio
20.50 Jogo do Ganso
23.20 Últimas Notícias
23.40 Modelo e Detective

«O Mundo de Cá», série de Paulo Varela Gomes e Camilo de Azevedo sobre a presença portuguesa no Oriente para que o «Avante!» já chamou a atenção: ao domingo às 21h na TV2



Segunda, 30

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Maria José
14.45 Malha de Intrigas
15.45 Edera
16.25 Kananga do Japão
17.00 Os Dias Úteis
18.05 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 A Idade da Loba
21.45 Casados de Fresco
22.45 Vermelho e Negro
23.40 24 Horas
00.10 Remate
00.30 O Diário de Lulu
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Uma Família Feliz
17.30 Rua Sésamo
17.55 Um, Dó, Li, Tá
19.20 O Mundo em Guerra
20.20 Corpo e Alma
21.15 À Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.20 Musical - «In Concert» (VIII)

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Próxima Vítima
22.00 Ponto de Encontro
22.50 Vingança sem Rosto
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Último Jornal
01.10 Flash Back

TVI

10.30 Novos Ventos
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.40 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
22.00 Invader - O Confronto (I)
23.50 TVI Jornal

Terça, 31

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Maria José
14.45 Malha de Intrigas
15.45 Edera



«Porgy and Bess», a ópera de George Gershwin a transmitir terça-feira à noite na TV2, é por muitos considerada a obra-prima do grande compositor americano

16.25 Kananga do Japão
17.00 Pantanal
17.55 Futebol: Roda-Benfica
20.00 Telejornal
20.50 A Idade da Loba
21.40 Isto... Só Vídeo
22.20 Voluntários à Força
(ver «Filmes na TV»)
00.05 24 Horas
00.25 Remate
00.55 Força Sobre Rodas
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Golo Europa
17.30 Rua Sésamo
17.55 Um, Dó, Li, Tá
18.55 Star Trek - O Caminho das Estrelas
19.20 Rotações
20.20 O Programa Discovery
21.10 Lendas e Narrativas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.50 Ópera - «Porgy and Bess»
01.55 Coleção Platinium

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Próxima Vítima
22.25 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.50 Casos de Polícia
01.10 Último Jornal
01.25 No Fim do Mundo

TVI

10.30 Vida Selvagem
11.05 Clube da Manhã
11.30 Telhados de Vidro
12.15 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
22.00 Invader - O Confronto (II)
23.50 TVI Jornal
00.25 Jornal de Negócios

Quarta, 1

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.40 Malha de Intrigas
15.35 Edera

16.00 Dias Úteis
16.50 A Herança da Sogra
18.25 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.20 Futebol: Panatinaikos-Porto
22.30 A Idade da Loba
23.50 O Renegado
00.10 Prova Oral
01.30 24 Horas
02.00 Remate
02.20 Febre no Delta
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Li, Tá
19.05 O Meu Verão Secreto
19.35 Comboios Como Não Há Outros
20.25 Irei para Longe
21.15 Universidade
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 África Selvagem
23.45 Liga dos Campeões
00.45 Musical: Gilberto Gil no Coliseu

SIC

11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buéréré
17.10 Notícias
17.20 Praça Pública
17.55 Sinhá Moça
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.55 Barba e Cabelo
21.25 A Próxima Vítima
22.25 Número Um
00.30 Último Jornal
00.45 No Fim do Mundo

TVI

10.00 Clube da Manhã
12.00 Missa
11.45 Morena Clara
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
15.40 Ben-Hur
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Agente Especial
21.45 Fora de Jogo
22.00 Models
24.00 TVI Jornal
00.30 Jornal do Mundo



Renee Russo e Clint Eastwood, numa cena do filme «Na Linha de Fogo», de Wolfgang Petersen

Charlton Heston, intérprete principal de «Ben-Hur», de William Wyler

Por isto e por aquilo...

Na Linha de Fogo (Sexta, 22.00, TVI)

A história deste «thriller» é um achado: um vilão de meter medo (fabulosamente interpretado por John Malkovich) trata de perturbar o sangue-frio de um veterano dos Serviços Secretos, ameaçando assassinar o Presidente dos EUA. O problema é que não o faz inocentemente: ele sabe que aquele agente carregava consigo o sentimento de culpa de ter sido incapaz de impedir o assassinato de John F. Kennedy, três décadas atrás. Este é um dos ingredientes que dá maior sabor a uma história bem urdida e bem posta em cinema por Wolfgang Petersen um especialista germânico do cinema-espectáculo - mas é ao autor do argumento (Jeff Maguire) que se deve o principal mérito da escrita filmica. E a Clint Eastwood, que tem aqui um das melhores interpretações da sua carreira.

Memórias do Cárcere (Sexta, 23.50, TV 2)

Adaptando ao cinema, com admirável sentido de rigor e síntese, a gigantesca obra de Graciliano Ramos, o realizador Nelson Pereira dos Santos atinge neste filme um dos pontos altos da sua carreira, proporcionando ao espectador um retrato fiel e intensamente dramático do período da ditadura fascista no Brasil e, em particular,



Glória Pires, uma das principais intérpretes de «Memórias do Cárcere», de Graciliano Ramos/Nelson Pereira dos Santos

dando corpo às reflexões de um escritor, prisioneiro das masmorras daquele regime.

Amigo Desconhecido (Sexta, 03.15, Canal 1)

Um modesto caixa de um banco, grande apreciador de peixes exóticos, é atacado por um ladrão do qual acaba por safar-se e, num estilo ao jeito do «agarrar que é ladrão!», acaba por se locupletar com a bela quantia de 50.000 dólares, que afirma ter-lhe sido roubada! O frustrado assaltante persegue-o sem cessar e, vendo-se ameaçado, o nosso caixa chega a um acordo com ele: devolver-lhe-ia o produto do roubo se aquele fizesse um novo assalto e o recompensasse de seguida. O assaltante cai na armadilha e é morto nesse novo assalto... porque o caixa acciona o sinal de alarme. Para sátira policial não está mal, pois não? Agora, veja-se o resultado do descuido e da incompetência militantes, não do desajeitado assaltante propriamente dito, mas dos res-

ponsáveis da RTP: ao transmitir à uma e quarenta da madrugada um filme fantástico em jeito de fita de terror (mas completamente desconhecido e, ao que se diz, inequivocamente indigente - dá pelo nome de O Melhor Amigo do Homem), o Canal 1 despacha para as três e quinze dessa mesma madrugada um filminho como este que, não sendo embora daquelas obras indispensáveis, de qualquer modo faz figura de «obra-prima» em comparação com aquele - mais que não seja porque, na sua ficha técnica, em vez de nomes perfeitamente ignotos e de terceira categoria, sempre figuram um Elliott Gould, um Christopher Plummer ou uma Susannah York.

S.O.S. Titanic (Sábado, 00.50, TV 2)

Inspirado nos filmes anteriores que, de forma diversa, se debruçaram sobre a tristemente célebre catástrofe do afundamento do conhecido paquete de luxo britânico (Titanic, de 1953, e A Night to Remember, de 1958), o realizador William Hale encena aqui, para um telefilme que as referências classificam acima da média, uma peça teatral escrita para a televisão por James Costigan.

As Ruas de Nova Iorque (Sábado, 01.10, TVI)

Um bando de jovens delinquentes dos bairros da zona Leste de Nova Iorque segue e admira os golpes desferidos pelos gangsters «a sério». E assiste ao regresso de um deles, «Baby Face» Martin, o qual, na sequência da revisitação dos seus lugares de infância, se defronta com um adversário e é liquidado. Mas os jovens, que entretanto haviam sido apanhados pela polícia na sequência do sequestro de um rapaz rico, vêem agora de perto as consequências dos seus actos irreflectidos... As Ruas de Nova Iorque é um filme menor de William Wyler, constituindo, como tal, uma ligeira decepção. Mas

acaba por valer a pena revê-lo, mais que não seja pela excelente presença de Humphrey Bogart.

A Verdadeira Glória (Domingo, 00.45, TV 2)

Depois da Guerra Hispânico-Americana, um oficial paramédico norte-americano consegue, quase sozinho, dar uma elevada contribuição para a resolução dos problemas médicos e militares dos filipinos. Encenado por um especialista da aventura, Henry Hathaway, o filme vale sobretudo pelas espectaculares cenas de acção e pela interpretação de Gary Cooper, brilhante ao lado de «secundários» de renome.

Ben-Hur (Quarta, 15.40, TVI)

Um filme que tem as costas largas: costuma servir para abrilhantar a época do Natal (como aconteceu há dois anos na TVI) mas hoje é a mesma estação que, com a sua transmissão, desta vez ocupa a emissão da tarde do Dia de Todos os Santos. Daí não vem mal ao mundo, já que, no género, é dos filmes bíblicos que melhor se deixam ver. Esclareça-se, entretanto, que a famosa «corrida das quadrigas» não foi dirigida por William Wyler, o realizador, mas sim pelo especialista em «efeitos especiais» e direcção de duplos Andrew Marton. Mas o filme não se fica apenas por este lado superficial, embora importante, sendo a escrita cinematográfica dos autores do argumento (entre os quais quase passam despercebidos os nomes maiores de Gore Vidal e Maxwell Anderson) e da inteligência e sensibilidade de um brilhante realizador, os garantes de um espectáculo cinematográfico que, nunca deixando de se adaptar a velhas receitas, se não esgota nelas. Como é costume, a grandeza do trabalho para *cinemascope* corre o risco de ser atraída pelos cortes na adaptação da cópia ao pequeno *écran*.

É o lixo! É o lixo!

Era nítido que as coisas andavam a piorar. E era de esperar que, também aqui, o lixo acabasse por se sobrepor à qualidade. Vejam-se, nesta página, os destaques da semana e conclua-se que, de 25 filmes programados pelos nossos quatro canais de televisão, apenas 7 correspondem (mesmo que, nalguns casos, com a melhor das boas vontades) aos critérios de algum rigor que, inevitavelmente marcado pelo subjectivismo do gosto mas sempre no descontraído respeito por um leque aberto de estilos e tendências, aqui procuramos seguir e respeitar. Vejam-os, em pormenor:

a) - Canal 1: renunciando, de mão beijada, àquilo que há anos tinha conseguido configurar como uma das melhores programações cinematográficas em qualquer televisão europeia, a RTP abandonou à concorrência esse lugar de primazia, privilegiando hoje em dia a transmissão de uma esmagadora maioria de filmes completamente desclassificados, dignos do *videoclube* mais ordinário, mergulhando sem princípios e de forma oportunista na violência mais desbragada e, muitas vezes, no *soft porno* disfarçado. Quem conhece realizadores como Eddie Romero, Charles Jarro, John Lafia ou Ed Hansen, para citar apenas alguns dos «cineastas» que nos são propostos esta semana? E que dizer de filmes como «Um Caso de Honra», «Romance Fracassado», «Beckett, O Atirador» ou «Diversão ao Domicílio»?

b) - TV 2: ainda continua a ser, mas de forma muito mais mitigada, o canal onde podem apreciar-se obras de referência - em particular provenientes da Europa ou de outras cinematografias menos implantadas nos circuitos de comercialização - que, por insondáveis razões do todo poderoso «mercado», menor impacte poderiam alcançar no Canal 1 - embora seja inaceitável continuar a pretender-se confinar o «serviço público» à TV 2. Mas já não se compreende que o canal comece a ser invadido, nos espaços dedicados ao grande cinema, por fraquíssimos telefilmes que ali não deveriam ter lugar ou, como acontece esta

semana, por obras menores que só contribuem para o descaracterizar ainda mais.

c) - SIC: acção, violência, sexo e sensacionalismo parecem ser as tónicas preferenciais pelas quais que se orienta a programação da estação de Carnaxide, embora nos últimos tempos, mesmo que continuando a optar pelo terreno do puro *cinema-espectáculo*, se tenha superiorizado largamente ao Canal 1. Ainda há poucas semanas, era por vezes mais do que duvidosa a escolha que os programadores faziam de filmes para rubricas com título apelativo, como *Sessão Especial*, ou apresentadas como aparentemente «temáticas», como *Noite de Estreia*, embora neste último caso a tendência de degeneração tenha vindo a ser ligeiramente invertida nas emissões mais recentes. Mas é ainda mais sintomático que, esta semana, a SIC tenha decidido acabar, de repente, com o único espaço em que, de vez em quando e em promiscuidade com outras obras de nível duvidoso, dava cobertura ao grande cinema, e designadamente ao cinema clássico: a *Sessão da Tarde*. Lá se vai a esperança de o espectador deixar o gravador a funcionar para, mais tarde, fora das horas de trabalho, ver cinema de qualidade.

d) - TVI: ainda era, há pouco tempo, a única esperança para uma alternativa à indigente oferta dos outros canais. Porque, inteligentemente, havia criado às 22.00 horas (pontualmente, dizia-se...) um espaço de cinema diário. Entretanto, e exceptuando a habitual qualidade das cada vez mais madrugadoras sessões nocturnas de Lauro António, a TVI não só abandonou ou subverteu o projecto e passou a transmitir séries de fraquíssimo nível às segundas e terças-feiras como, nas outras noites (quando o futebol não se impõe como factor de ilusória concorrência), também opta por telefilmes de nível inferior, as mais das vezes *dramas familiares* de arpear os cabelos tal o número de hemoptises e outras desgraças por fotograma!

Onde é que isto vai parar?

■ Francisco Costa

O prazer da inteligência

Se há momentos em que o crítico se reconcilia com a televisão - e, em particular, com o tão vilipendiado «serviço público» de televisão - é quando consegue descobrir uma ou outra peça de antologia que ele sente o prazer de partilhar e recomendar ao seu semelhante. O que hoje tenho para vos recomendar é que assistam (ainda vão a tempo!) à continuação de duas séries - uma de produção estrangeira, outra de produção nacional - que a TV2, na clandestinidade silenciosa que parece ser a sua forma de vida, tem vindo semanalmente a oferecer-nos. De uma, dedicada ao Centenário do Cinema (sextas-feiras, por volta das 19.00 horas), segue-se uma breve recensão. De outra, «O Mundo de Cá», da autoria de Camilo Azevedo e Paulo Varela Gomes (Domingos, por volta das 21.00 horas) falar-vos-ei em próxima oportunidade.

Nem tudo o que é importado é mau

Começemos pela série produzida para o British Film Institute e o Channel 4 e destinada a comemorar o Centenário do Cinema - com documentários encomendados a outras instituições estrangeiras e produzidos e realizados por nomes maiores do cinema mundial. Até agora, os espectadores portugueses mais avisados tiveram já a oportunidade de ver uma sequência de três documentários realizados pelo cineasta norte-americano Martin Scorsese e mais dois assinados, cada um deles, pelo britânico Stephen Frears e pelo franco-suíço Jean-Luc Godard - o que nos dá uma excelente oportunidade para apreciar e cotejar as opções que cada um deles escolheu para corresponder à encomenda.

E a propósito dos documentários de Scorsese é interessante começar por constatar que algumas generalizadas ideias-feitas, justa e injustamente, a propósito do cinema americano - sobretudo justificadas por essa realidade incontornável que é a confrangedora qualidade dos artífices da esmagadora maioria da sua produção mais primária e comercial que em massa invade os nossos cinemas e as nossas televisões - por uma vez se esfumam, por mecanicistas e superficiais, ao apreciarmos o rigor e didáctico, a argúcia do poder de síntese e a inteligência da análise que nos foram transmitidos pelo celebrado autor de «Taxi Driver», «O Toiro Enraivecido», «A Cor do Dinheiro» ou «A Última Tentação de Cristo», a que não são alheias, como é natural, certas especificidades da sua carreira e, ainda, a sua anterior actividade docente em «História do Cinema» na Universidade de Nova Iorque.

Dividindo a sua «viagem pessoal pelo cinema americano» em três capítulos, nos quais sucessivamente se ocupa, entre outras, das temáticas dos géneros, do realizador como ilusionista ou dos grandes cineastas iconoclastas, Scorsese dá mostras de uma aguda inteligência e aberto espírito crítico face ao material fílmico, propriamente dito, que incessantemente nos dá a ver em harmoniosa articulação com a evolução do seu texto, ao mesmo tempo que faz acompanhar esses marcos

cinematográficos pela desmontagem da evolução da sociedade americana e do próprio sistema de produção dos grandes estúdios. É assim que, antecipando-se ao advento do grande filme negro - e para aqui apenas me referir, entre tantos outros focados, a este domínio da abordagem - ele se debruça sobre o filme de gangsters enquanto elemento do que chama o fascínio americano pela violência e os forada-lei e nos fala da figura do gangster como «caricatura do sonho americano», não deixando de sublinhar a incrível fotogenia desse «mundo quase atraente», misto de agressividade e irresponsabilidade - e, diga-se de passagem, inegável fonte de inspiração para o seu notável «Tudo Bons Rapazes», há dias transmitido pela SIC - aqui e ali tocado por laivos de humor-negro, como é magistralmente sublinhado com o excerto da célebre sequência do tiroteio do exterior para dentro do café em Scarface (1932), de Howard Hawks.

Mas Scorsese vai mais fundo ainda nesta matéria. E aponta a dedo as progressivas mutações da sociedade americana, destacando do mesmo passo o realismo do retrato da corrupção feito por Abraham Polonski em The Force of Evil (1948) em que são denunciadas a doença do corpo social, a violência do «sistema» a substituir-se à violência individual, a implosão de um mundo corrupto e as mutações, verificadas após a II Grande Guerra, da própria situação social do gangster, tornado homem de negócios, e do gang, substituído por sociedades anónimas...

O «fastio» do Mestre...

Aproximando-se, por um lado, em certo sentido, do tipo de explanação analítica que poderia dizer-se saída da mais elaborada mente de um crítico de formação europeia, Scorsese não deixa de demonstrar, por outro lado, um enorme respeito pelo sentido de respiração, controlada espontaneidade, agudo realismo e recusa de artificios intelectualizados que - no sentido mais nobre e transparente destas características - parecem ser, com a maior das naturalidades, algumas marcas essenciais do grande cinema americano.

E, a este propósito, pelo óbvio absurdo que representa o caso extremo da citação, não é por acaso que o realizador - como que numa espécie de sorriso-feito-montagem - insere, no seu capítulo dedicado aos géneros e em particular ao western, esse espantoso e desmistificador diálogo travado entre mestre John Ford e Peter Bogdanovich no documentário por este último realizado em 1971 e intitulado «Directed by John Ford» - um diálogo que não resisto a reproduzir:

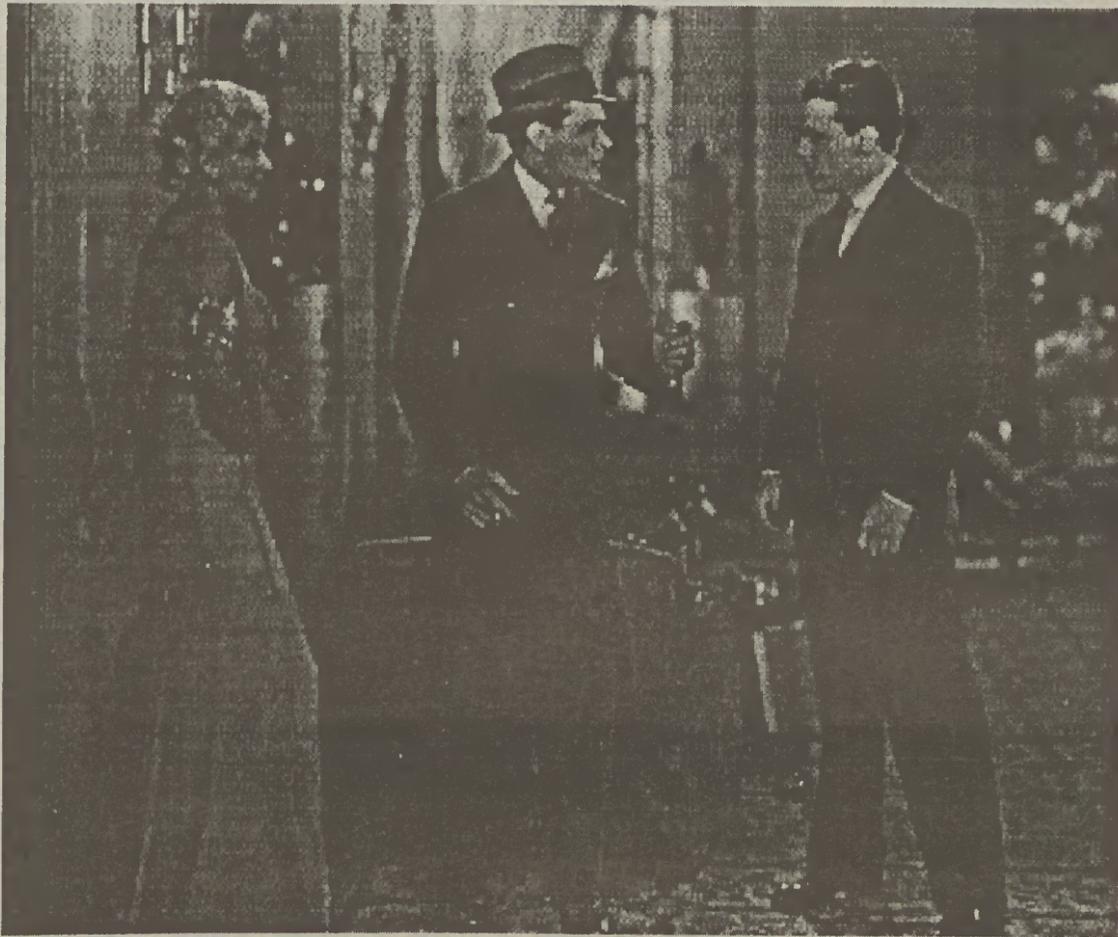
P.B. - Mr. Ford, tenho reparado que a sua visão do Oeste se tornou cada vez mais triste e melancólica ao longo dos anos. Estou a comparar «Wagon Master» com «The Man Who Shot Liberty Valance». Tem tido consciência dessa mudança?

J.F. - Não... não...

P.B. - Agora que levantei a questão, deseja fazer algum comentário?

J.F. - Não sei do que é que está a falar!

P.B. - Posso perguntar-lhe que elemento especial o atraiu sempre no western?



«O Inimigo Público», um grande clássico de William Wellman

J.F. - Não faço ideia...

P.B. - Concorda que a ideia de «Fort Apache» foi a de que a tradição do Exército era mais importante do que o indivíduo?

J.F. (enfasiado, acenando em direcção à câmara) - Corta!

A surpresa de uma outra postura

Uma suplementar surpresa que esta série até agora nos proporcionou foi a participação de um outro cineasta, este britânico - Stephen Frears -, conhecido autor de filmes tão relevantes como «The Hit», «Minha Bela Laundrette», «Ligações Perigosas», «Anatomia do Golpe» ou «The Snapper». Admitindo-se à partida uma postura estudada, aparentemente mais «própria» de um cineasta europeu, Frears faz questão em sublinhar, do princípio ao fim do seu documentário, um tom carregado de humor e sarcasmo tipicamente britânicos, quantas vezes acompanhado de frechadas sibilinas acerca da evolução da estratificada sociedade de classes inglesa ou dirigida ao sistema de produção do seu país (sempre debatendo-se com a incompetência em arranjar financiamentos...) e colocando-se, afinal, numa posição de observador atento e participante do mais recente movimento de renovação do cinema inglês - coisa que, por curio-

so pudor, Scorsese recusara na sua participação na série, ao afirmar-se incapaz de se debruçar com objectividade sobre a sua própria geração de amigos e companheiros cineastas.

É assim que Frears optou por fazer acompanhar os bem escolhidos excertos de filmes notáveis, em que exaltou os seus antepassados ou contemporâneos - como David Lean, Noel Coward, Carol Reed, Jack Clayton, Basil Dearden, Anthony Asquith, Lindsay Anderson, Nicholas Roeg, Bill Forsyth, Ken Loach ou Mike Leigh -, pela montagem fluente de descontraídas e reveladoras conversas com dois vultos maiores do cinema britânico (o célebre crítico da revista Sight and Sound Gavin Lambert e o grande cineasta, entretanto falecido, Alexander Mackendrick), a par de uma outra com dois expatriados nos EUA, Michael Apter e Alan Parker, em que com grande espírito de auto-observação nos é revelada a tradicional encruzilhada do cinema britânico: fazer filmes «insulares» na Grã-Bretanha ou ir trabalhar para as «fábricas de filmes» de Hollywood... Uma outra visão, extremamente bem documentada e humorada, dos 100 anos do cinema vistos da Velha Albion.

O esperado «déjà vu»...

Finalmente, uma curta referência ao documentário realizado, com a mesma finalidade, por Jean-Luc Godard com a colaboração de Anne-Marie Miéville, e intitulado «2 x 50 anos de Cinema Francês». Ele constituiu de certo modo, até agora, a única desilusão relativa desta série - e já como que adivinhada. Não por-

que, como desde há quase quatro décadas nos habituou, o cineasta não tenha feito alarde do brilhantismo sempre inovador das suas propostas no campo do cinema - aqui transpostas para um dos seus últimos amores, a video-arte; ou não fosse pródigo no imaginativo trabalho de montagem e associação entre o que é dito no texto ou ouvido na banda sonora e é sublinhado (ou contrariado) na letragem que profusamente fez inserir no discurso da imagem; ou não nos tenha por vezes feito sorrir com a costumada truculência do seu radicalismo formal e de conteúdo.

Mas a quem celebra, como um acto de paixão, o centenário de uma Arte que tanto se diz amar, não deixa de ser estranho que com tamanhas delongas Godard se tenha exposto a si próprio e persistido, de forma tão serodidamente esquerdizante, num absurdo radicalismo no repisar de argumentos com que, nesse mesmo acto, se dispôs a criticar o modo dito «institucional» dessa celebração, ainda por cima com a patética complacência de um «figurante»

como Michel Piccoli - ele próprio Presidente da Associação do I Centenário do Cinema Francês! - numa longa conversa com o cineasta, artificialmente encenada algures num hotel, quase dela se concluindo que a ideia genial para comemorar o Cinema (obviamente forçada e utópica no seu deliberado e provocatório exagero) seria a da transmissão contínua, em todos os canais de televisão possíveis, de «Pickpocket», de Bresson!...

Percebida sem dúvida a mensagem, o problema é que começa a não haver pachorra para o desbobinar das «racionalis» elocubrações literárias de Godard, sobretudo quando confrontadas com a total ausência de emoções na transmissão de uma paixão, tornada afinal irracional ao optar pela prática exclusão de sequências ou imagens em movimento (a essência do próprio cinema), substituídas que foram pela montagem de fotogramas - mesmo que belíssimos! - de obras maiores do cinema francês, apenas porque melhor servindo, como estratégia estética, as peculiaridades do «grafismo» da sua montagem.

N. da R. - Além de outras pequenas gralhas de menor importância, uma inexactidão mais substancial acabou por passar na revisão, na última crónica de televisão publicada nesta página. É que, ao referir-se a Ucrânia como tendo sido ocupada pelas tropas nazis em ostensiva violação do Tratado de Versalhes, o que deveria ler-se era Renânia. Do involuntário lapso pedimos desculpa aos leitores e ao nosso colaborador Correia da Fonseca.

de FOICE

Os ovos e os cestos

A batalha das presidenciais começou há muito, ainda as legislativas vinham longe. Ao anunciar ao país a sua fuga às responsabilidades governativas e ao PSD a sua orfandade, Cavaco instituiu uma figura política que de novo apenas tinha o nome - tabu - isto é, proibição de se falar no caso da sua candidatura à Presidência da República. O tabu era só dele, porque não foi surpresa para ninguém.

À direita todos ficaram suspensos da revelação final, embaraçados no tabu cavaquista. Cavaco ganhava, assim, uma mão cheia de meses de propaganda à sua "eventual" corrida para Belém. Quase não se falou doutra coisa.

À direita, o embaraço a todos impedia. Impediu mesmo Ramalho Eanes de arquitectar desculpas creíveis à sua "desistência", embrulhando-se em razões que o senso comum desconhece. Impediu o PP de jogar um candidato seu temendo lançar a confusão num eleitorado que, saído do PSD, o havia feito crescer, sujeitando-se por fim à confusão que a incapacidade, a indecisão e as armadilhas criaram no seio aparentemente refrescado deste CDS. Impediu o PSD de ficar a saber se apoia Cavaco para o castigar ou para, esperançosamente, sonhar com algum poder nos próximos anos.

No partido derrotado em 1 de Outubro, voltou-se aos tempos de antes da Figueira da Foz - cada cabeça sua sentença, cada ambição sua estratégia, cada projecto seu malabarismo. E enquanto os sportinguistas chegaram a pensar em livrar-se do seu presidente, os açorianos conseguiram livrar-se daquele que lá conservavam há quase vinte anos.

Apesar, porém, das grandes manobras à direita, da confusão ou da aparência dela, o certo é que a direita pressentiu o perigo de uma dispersão. E apostará em Cavaco contra ventos, marés e anticlones. E já começou a arrebatar razões, motivos e pretextos para fazer crer que, se com a saída do PSD do governo vinha aí o caos, sem Cavaco em Belém será o dilúvio.

Cavaco esforça-se mesmo por, renegando afirmações e posturas que ao longo dos anos lhe petrificaram o perfil e foram, conjuntamente com a sua política, responsáveis pelo desaire eleitoral que sofreu, apresentar-se como novo. Deitou para trás das costas o Governo, o PSD e até o cartão de militante. Elogia Soares e promete postura semelhante. Assegura a Guterres colaboração e ajuda. Afirma que não dissolverá a Assembleia da República. Um dia destes vai comprometer-se perante os jornalistas a gastar umas horas na leitura de jornais. E vai passar a ter dúvidas. E a enganar-se democraticamente todos os dias...

Uma das razões de "fundo" que os seus apoiantes - e ele próprio! - agitam para dar credibilidade à hipótese de vitória é aquela que, ainda os votos não tinham sido todos contados, ainda quentes das mãos dos escrutinadores das legislativas, Durão Barroso ofereceu à reflexão dos media: que os portugueses não gostam de meter os ovos todos no mesmo cesto. Que seria mau para o equilíbrio da democracia que todo o poder se concentrasse num pólo (maioria, governo, presidente). O coro alargou-se e viu-se a velha maioria, que desde Sá Carneiro pretendia levar a Belém Soares Carneiro e Freitas do Amaral em nome dessa santíssima trindade, apontar os perigos de uma trindade que seria pouco santa do lado democrático. Curiosamente, viu-se também que os defensores da tese dos ovos dispersos alinham agora numa de os enfiarem todos no mesmo cesto. Para o PS, o cesto deles é seguro e os ovos não se partem.

Entendamo-nos: a questão não é de cesto. É de ovos que se trata. É de derrotar Cavaco. Um ovo podre é sempre um ovo podre, seja qual for o cesto.

■ LM

Na Junta de Odivelas PS aumenta clima de intimidação

Os eleitos da CDU na Junta de Freguesia de Odivelas denunciaram a mais recente prepotência do presidente daquele órgão, eleito pelo PS, consubstanciada na retirada de competências do chefe de serviços e sua transferência para chefe do pessoal de limpeza das instalações da autarquia.

A penalização deste trabalhador, há vinte anos como chefe de serviços da autarquia e sob a direcção de várias forças políticas, insere-se, no entender da CDU, "num clima de crescente e perigosa intimidação de trabalhadores da Junta de Freguesia,

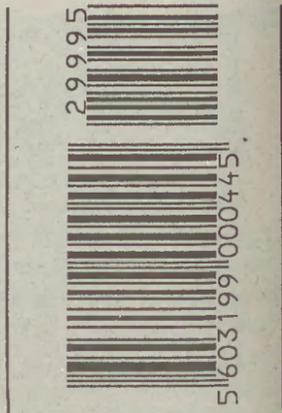
designadamente dos que se encontram com contratos a termo certo, dos que se recusam a assumir atitudes de subserviência e de compadrio com a maioria" que dirige aquele órgão autárquico.

Recorde-se que ainda recentemente PS e PSD retiraram aos dois eleitos da CDU os pelouros que lhes estavam atribuídos, numa atitude de retaliação pelo facto de estes terem solicitado um inquérito à Inspeção Geral da Administração do Território com vista ao cabal esclarecimento de responsabilidades num processo nebuloso

de que resultaram prejuízos para a autarquia.

Estas atitudes, observam os eleitos da CDU, contrariam as declarações de António Guterres feitas após as eleições contra o clientelismo político e revelam que o PS na Junta de Freguesia de Odivelas não se coíbe de "castigar, sanear e intimidar trabalhadores", tentando responsabilizá-los "pela incapacidade de gestão já manifestadas pelo actual Executivo", premiando simultaneamente "os amigos e os que estão dispostos a serem servis".

"Só num clima de diálogo, de cooperação, de promoção da



igualdade de direitos e de oportunidades entre todos os trabalhadores será possível potenciar a indispensável acção da autarquia em domínios de intervenção da sua responsabilidade directa", sublinham os eleitos da CDU, antes de reafirmarem a sua intenção de "continuar a exercer o seu papel de vogais na Junta, defendendo a isenção, a transparência e o trabalho em prol da freguesia".

Com «pagamentos principescos» por cada fiscalização

Continua o esvaziamento da Direcção-Geral de Viação

«Nunca um decreto-lei foi tão rapidamente tratado» como o nº 250/95, que estabelece o regime de fiscalização das actividades privadas de exames de condução e de inspecção periódica de veículos automóveis - denunciou na semana passada a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, protestando contra o facto de que, «depois dos exames de condução e das inspecções a veículos, também a fiscalização a estes actos está a ser precipitadamente entregue a entidades privadas, com pagamentos principescos por cada fiscalização efectuada».

Com mais esta peça legislativa, publicada a 21 de Setembro e complementada com o despacho 10/95, o projecto de portaria e o acordo que a DGV se prepara para efectuar com a empresa ISA, o Estado «hipoteca quase totalmente a sua responsabilidade e paga de forma elevada o esvaziamento do conteúdo funcional da DGV», afirma-se numa nota divulgada pelo Departamento de Informação da FNSFP. A federação reafirma o seu compromisso de «acautelar e defender os direitos dos trabalhadores da DGV, nomeadamente o direito ao trabalho,

que está ameaçado com a continuação deste esvaziamento de funções», realçando que «a todos os contribuintes e ao poder político que se perfila impõe-se um alerta em relação às atitudes de despedida que o Governo ainda em funções semeia».

Detendo-se no artigo daquele decreto-lei que indica os requisitos necessários para que entidades privadas possam exercer a fiscalização de exames e inspecções, a FNSFP afirma que é «fácil adivinhar que foram talhados por medida» e recorda que «a lógica tem antecedentes

por compromissos entre amigos que vão dando consistência indicada ao longo de todo o processo de privatização das funções da DGV e a passagem de dinheiros de forma garantida».

A federação vai procurar que «o despacho 10/95 não produza efeitos, sem que os novos responsáveis ponderem todo o processo», reunir com o director-geral de Viação e com o secretário de Estado da tutela «assim que nova ordem seja estabelecida». Entretanto, exige «que nas despedidas se moderem os custos que, a curto e a médio prazo, todos acabamos por pagar».

Sábado, em Coimbra Tesoureiros do Superior discutem carreiras

Promovida pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, realiza-se no próximo sábado, dia 28, em Coimbra, uma reunião dos trabalhadores das Tesourarias do Ensino Superior.

Com início às 14.30 horas, no Hotel Almedina, esta reunião nacional destina-se a analisar um documento de alteração de carreira elaborado por um grupo de trabalho, o qual será posteriormente entregue à nova equipa que dirigirá o Ministério da Educação.

Trata-se de uma proposta para a reorganização da carreira, nomeadamente no capítulo do reenquadramento de funções, revalorização e desenvolvimento, tanto mais necessária e urgente quanto é certo que a carreira dos Tesoureiros do Ensino Superior encontra-se muito desvalorizada

face às suas congéneres em funções e responsabilidades.

Tal facto, como salienta a Federação dos Sindicatos da Função Pública em nota à comunicação social, tem levado à "fuga" destes funcionários para a

carreira administrativa, o que tem criado uma situação anómala em que as funções não correspondem à categoria».

"Urge alterar tal estado de coisas - conclui aquela estrutura sindical -, com uma dignificação

da carreira de tesoureiro, na medida directa das exigências que se põem ao exercício da profissão, com avultadas verbas a movimentar e com uma gestão de movimentos e de contas de grande responsabilidade».

Trabalhadores do Hotel Zenith contra despedimentos

Os trabalhadores do Hotel Zenith (Costa do Sol) concentram-se hoje, pelas 10.00 horas, para exigir a reintegração de dez colegas seus injustificadamente despedidos pela administração. Os trabalhadores reclamam que os despedidos ocupem os seus postos de trabalho a partir de de Novembro próximo e estão decididos a divulgar as suas formas de luta através de comunicado junto dos clientes daquela unidade hoteleira.

Recorde-se que os trabalhadores foram já impedidos abusivamente pela administração de realizar um plenário convocado nos termos da lei em vigor, facto que os levou a concentrarem-se na recepção do hotel como forma de repúdio pela atitude patronal. Esta, na ocasião, chamou a Polícia que, após deslocação ao local, acabou, logicamente, por não intervir face à constatação de que não havia qualquer perturbação da ordem pública.